

SUELI TERESA DE OLIVEIRA

UMA COLMÉIA GIGANTESCA: ESCOLA PROFISSIONAL  
FEMININA DE SÃO PAULO - 1910/20/30

MESTRADO: HISTÓRIA

P U C / S P

1992

Escola Técnica Estadual Carlos de Campos  
Centro de Memória

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

UMA COLMÉIA GIGANTESCA: ESCOLA PROFISSIONAL  
FEMININA DE SÃO PAULO - 1910/20/30

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Maria Antonieta Martinez Antonacci, por Sueli Teresa de Oliveira.

São Paulo  
1992

*Para meus pais*

*Sebastião e Thereza,*

gente talhada na faina do campo,  
com pouca instrução e muita sabedoria. E porque têm a serenidade  
de quem cresceu entre porteiras,  
roças e quintais muito me ajudaram na realização deste modesto  
trabalho acadêmico.

## AGRADECIMENTOS

"Para que pueda ser  
he de ser otro.  
Salir de mi,  
buscarme entre los otros.  
Los otros que no son  
sy yo no existo.  
Los otros que me dan,  
a mi, plena existencia".

(Octavio Paz)

Mais do que agradecer, a minha vontade é de partilhar com outros a satisfação de ver realizado este estudo.

Ana Guiomar e Nilton, colegas da ETESG "Carlos de Campos"; a primeira, sempre estimulando-me a prosseguir na tarefa de resgate da memória de nossa unidade de ensino e o segundo, auxiliando-me na localização e preservação de materiais do acervo da Escola.

Iacy e Márcia Angelina, amigas de todas as horas, ajudaram-me a superar momentos de desânimo e impasse, que comumente manifestam-se na trajetória de grandes empreitadas.

Meus familiares, pela compreensão, carinho e apoio moral. Alguns deles colaboraram na viabilização deste trabalho, como meu pai, levando originais até Maria Antonie ta para correção; Cristine, que fez a primeira datilografia e Mazinha, que deu aquela mão na árdua tarefa de revisão.

Antonia Ramos, Iris Krauss, Lina Ranieri e Olga

Vasquez, com seus depoimentos de ex-alunas da Escola Profissional Feminina, conferiram um valor inestimável a esta pesquisa.

Graça, mais do que uma datilógrafa... revelou-se uma grande amiga, desempenhando um papel de suma importância na etapa final deste empreendimento acadêmico.

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro.

E o que dizer sobre Maria Antonieta? Mais do que orientadora, mostrou-se a verdadeira companheira de percurso: incansável, solidária, crítica e competente.

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	01
CAPÍTULO I	
ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA: DA PREPARAÇÃO DE "OPERÁRIAS DO FUTURO" À FORMAÇÃO DE "RAINHAS DO LAR".....	22
1.1 - Oscilações em torno de uma escolarização para mulheres .....	35
1.2 - Legitimação de um perfil feminino .....	54
CAPÍTULO II	
DISCIPLINANDO A COLMÉIA .....	75
2.1 - Instrumentos formais de controle: regulamentos escolares e estrutura hierárquica .....	76
2.2 - Estratégias persuasivas: as Reformas e a educação de comportamento .....	88
CAPÍTULO III	
PLASMANDO A RAINHA DO LAR .....	123
3.1 - Sob a conexão de saúde e educação .....	126
3.2 - Sob a égide da racionalização do saber-fazer doméstico e da maternidade .....	141
3.3 - Para o lar e para o mercado .....	173
"ESCOLA BARATA" .....	179
ANEXOS .....	183
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	202

## A P R E S E N T A Ç Ã O

Ao iniciar a minha atividade docente na E.T.E.S.G. "Carlos de Campos", em 1987<sup>(1)</sup>, dei-me conta, imediatamente, que estava diante de uma casa de ensino sobre a qual teria muito o que contar. O que chamou a minha atenção, num primeiro momento, foi a arquitetura do seu prédio, cuja fachada insiste, até nos dias de hoje, em ostentar imponência e majestosidade, apesar dos maltratos do tempo e do descaso das autoridades governamentais com as questões escolares.

Caminhando pelo interior do prédio e olhando a sua estrutura, suas linhas e disposições de salas de aula, banheiros, diretoria, laboratórios, biblioteca, percebe-se o que ela "já foi". Seus imensos corredores sombrios, de amplas paredes altas e largas, seu piso<sup>amplas</sup> hoje gasto e encardido, seus corrimões em ferro e o elevador parado sugerem que ali funcionou<sup>uma instituição onde cultiva-se</sup> algo como um santuário, cujos deuses adorados em cerimônias diuturnas eram<sup>o trabalho, a produtividade,</sup> a disciplina, a ordem e a pátria. [E que os devotos destes deuses organizaram a Escola na crença de forjar, através de uma educação norteada por aqueles princípios, um Brasil grande e moderno, que vinha para ficar.]

Na minha convivência diária com a Escola fui "descobrindo-a". Conversas rápidas com os professores mais antigos e o seu zelador que lá trabalhara por mais de 20 anos; encontros inesperados com documentos históricos diversos, mal conservados e dispersos em seus variados es-

(1) Em 1987 ingressei como professora efetiva, na disciplina de História, na E.T.E.S.G. "Carlos de Campos", através do concurso realizado no ano anterior, promovido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

paços, foram fundamentais para meu encontro com dimensões do seu passado e do fazer-se das relações de gênero na sociedade urbano-fabril de São Paulo.

A descoberta de que esta instituição escolar, que fora fundada no início do século sob a denominação de Escola Profissional Feminina, veio a ser a primeira casa de ensino público do Estado de São Paulo destinada a preparar moças para o trabalho assalariado, foi decisiva na transformação do que inicialmente fora uma mera curiosidade em um projeto de pesquisa. Na condição de mulher, trabalhadora em educação, interessei-me em conhecer que forma de ensino se oferecia às meninas das camadas populares, nas primeiras décadas deste século e com que perspectivas foram encaminhadas questões de gênero nas lutas sócio-culturais de então.

Neste sentido, materiais como balança de bebês, pedaços de um rádio de recepção e transmissão, fotografias, fragmentos de fitas cinematográficas, peças de serviço de chá em porcelana inglesa, instigaram-me a buscar seus significados, remetendo-me a fontes e bibliografia relacionados à dinâmica dos confrontos dos anos 10/20/30, assim como a depoimentos de ex-alunas, de ex-professoras e de um ex-professor desta mesma época. Ao atribuir voz e sentido histórico ao acervo da Escola foi possível identificar concepções de ensino de mulheres presentes na sociedade paulista, as quais marcaram a Escola no período em questão, resultando este esforço na elaboração de um estudo em torno de educação feminina, sob uma perspectiva histórica, assunto pouco trabalhado pela historiografia

também porque a comunidade escolar da instituição em pauta não tem demonstrado, ao longo de sua trajetória, preocupações no sentido de manter seu patrimônio. A dilapidação continua deste acervo tem-se manifestado sob diferentes formas, indo desde o desinteresse, a indiferença mediante a perda, por descuido, desses documentos, até a atos barbarizantes como a queima ou venda, por quilo, para depósitos de papelão, dos documentos mais antigos do arquivo morto da Escola<sup>(3)</sup>. Lembro que estes atos criminosos tem sido, em geral, promovidos por diretores que, na tentativa de acobertar incompetência realizam inesperadas mudanças espaciais, como se o deslocamento de móveis e alterações de função de salas pudesse traduzir operância, autoridade e competência administrativo-pedagógica.

Nestas mudanças de efeito pirotécnico, a que a comunidade escolar tem assistido com passividade, o acervo da Escola tem sido a grande vítima, já que frequentemente é deslocado, espalhado e subtraído para proporcionar mais salas de aula, a ampliação do espaço destinado a abrigar funções administrativas ou, simplesmente, para se livrar de "papéis velhos".

Com esta sistemática e impune destruição da memória, quem vai notar que estão sendo retomadas, como se fossem originais, idéias e medidas já pensadas e implementadas,

(3) Em 1990, ao assumir a direção da E.T.E.S.G. "Carlos de Campos", o professor Luiz Hernandez, para demonstrar "autoridade", mudou de lugar a sala dos professores de forma inesperada. Uma outra medida "relâmpago", que tomou assim que chegou na Escola, foi desocupar a sala do arquivo morto, vendendo a maior parte do mesmo a um depósito de papelão, com o objetivo de transformar tal sala num pranchetário para os alunos do curso de Desenho de Comunicação, "agradando" assim professores deste curso, que vinham reivindicando uma sala grande para as aulas de Desenho.

como escola padrão e concepção de um ensino técnico desenvolvido em escolas com perfis de empresas? Neste caso, o velho passa por novo, o já implementado, por inédito. (4)

Por tudo isso agora entendo, mais do que nunca, para que serve uma "escola sem passado".

A partir da documentação encontrada dentro e fora da Escola, das problematizações em torno de propostas educacionais e de escolarização nos anos 20 e 30 encaminhadas pela pesquisa Trabalho, Cultura, Educação, da qual participei com uma bolsa de aperfeiçoamento (5), e das questões levantadas por recentes abordagens historiográficas em torno da profissionalização e educação de mulheres naqueles anos, desenvolvi o presente trabalho de pesquisa, tomando como tema de estudo o conteúdo do ensino oferecido pela Escola Profissional Feminina de São Paulo, nas décadas 1910/20/30.

Entre os trabalhos produzidos nos últimos anos a partir de pesquisas em torno de educação de mulheres, três revestiram-se de grande importância para meus estudos,

(4) O grupo de especialistas ligado à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, encarregado de reformular a instrução técnico-profissional, vem retomando discursos dos anos 20/30, em torno desta, como se fossem de sua autoria. Nas poucas visitas que alguns membros deste grupo têm feito a E.T.E.S.G. "Carlos de Campos", no início de 1992, eles têm insistido na perspectiva da escola técnica criar mecanismos de captação de recursos financeiros, que auxiliem na sua manutenção, sem mencionar que práticas neste sentido estiveram presentes no ensino profissional paulista, desde a fundação pelo Governo, das duas primeiras escolas desta modalidade, em 1911, e nele permanecendo por muitas décadas.

(5) No decorrer da pesquisa Trabalho, Cultura, Educação: dimensões dos conflitos sociais em São Paulo nas décadas 20/30, financiado pelo CNPQ, sob coordenação da Profª Dra. Maria Antonieta Antonacci, comecei a analisar o material referente a Escola Profissional Feminina, sistematizando as informações e elaborando a problemática de estudo que veio a ser desenvolvida no presente trabalho.

sendo que suas contribuições balizaram o começo desta dissertação, cabendo-lhes referência.

Em *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*, norteando-se por perspectivas de análise que tomam a instituição escolar como espaço de tensão, de dominação e de resistência, Guacira Louro debruçou-se sobre o Instituto de Educação de Porto Alegre — com origens no século passado e transformado em escola feminina em 1942, com a Reforma Capanema —, percebendo que, organizado para plasmar "prendas", acabara por também formar "antiprendas".<sup>(6)</sup>

Desenvolvendo dissertação de mestrado — *Tessitura de destinos: mulher e educação* (São Paulo, 1910/20/30) — Maria Cândida Reis, ao incursionar por diferentes agências sociais com objetivo de apreender as idéias que alimentaram concepções em torno da instrução de mulheres, fixou-se em dois estabelecimentos escolares de grande expressão na sociedade paulistana: a Escola Normal da Praça e a Escola Profissional Feminina. Compreendeu que, com finalidades educacionais distintas — uma para formar professoras primárias e a outra para preparar moças em determinadas artes e ofícios — e destinadas para diferentes clientelas, estas instituições pretendiam constituir as mulheres em "guardiãs do futuro", enquanto portadoras da dupla missão de mãe e mestra. Todavia, a autora também recupera dissonâncias dos discursos e práticas destas escolas, representadas por ações e falas de mulheres que

---

(6) LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1987.

formularam suas recusas. (7)

Já Maria Alice Ribeiro, participando de pesquisa sobre formação do trabalhador assalariado urbano, abordou o tema educação feminina num estudo que realizou em torno da qualificação da força de trabalho. Articulando a decisão do governo paulista de interferir no processo de qualificação de mão-de-obra ao movimento em direção à nacionalização do mercado de trabalho, lançou seu olhar para o interior de escolas profissionais, criadas na década de 1910, para ambos os sexos, na expectativa de identificar o perfil do homem trabalhador e da mulher trabalhadora que tinham em vista formar<sup>(8)</sup>. Nestes procedimentos, destacou-se a Escola Profissional Feminina.

Criada em 1911 e destinada às meninas da classe operária, com o objetivo de qualificá-las para o trabalho fabril, esta instituição educacional, pioneira e modelar no seu gênero por muitas décadas, experimentou no período em questão diferentes concepções de ensino feminino como expressão da própria dinâmica sócio-cultural paulista. Trabalhando na perspectiva de historicizar os diferentes perfis de ensino da Escola, tivemos em vista apreender, através da trajetória da mesma, os objetivos pedagógicos e os instrumentos educacionais, sem ignorar as tensões que

(7) REIS, Maria Cândida. Tessitura de destinos: mulher e educação (São Paulo, 1910/20/30), PUC/SP, dissertação de mestrado, mimeo, 1991.

(8) RIBEIRO, Maria Alice. "Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942)", in: RIBEIRO (org.) Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. Campinas, Editora UNICAMP, 1986.

marcaram a sociedade paulista nas primeiras décadas desse século. A respeito deste enfoque articulador no estudo com instituições sociais, Michael Ignatieff fez a seguinte consideração:

"O tema verdadeiro da história das instituições não é, eu argumentaria, o que acontece dentro das paredes, mas a relação histórica entre o dentro e o fora. Por si só, estas entidades (...) são somente de interesse arqueológico. Elas somente se tornam objetos históricos significantes quando nos mostram, no rigor de seus rituais de poder, os limites que governam o exercício do poder na sociedade como um todo". (9)

Com a intenção de não restringir este estudo nos limites da unidade escolar em pauta, ultrapassamos os seus muros e lançamos nosso olhar sobre o que vinha sendo discutido e implementado em diferentes agências sociais paulistas ocupadas com questões de higiene, saúde, educação, trabalho, no interior de preocupações com a delimitação de uma ordem cívico-nacional.

Como vem apontando uma historiografia mais recente, no longo e conflituoso processo que abarcou os anos 20/30, a propagação de novas concepções de saber-fazer e de controle social tiveram ampla penetração na sociedade paulista, redimensionando suas instituições, regras de

---

(9) IGNATIEFF, Michael. "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico", in: Instituições, Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPHU/Marco zero, volume 7, nº 14, março/agosto de 1987, p. 187.

sociabilidade e exercícios do poder (10). A formulação destes novos saberes e mecanismos de disciplinarização articularam-se aos conflitos sociais e ao desejo de setores dominantes de construir uma nação forte e viabilizar um progresso industrial no país como um todo.

Ainda importa ter presente que, nesta época, alterava-se a visão que grupos sociais dominantes tinham a respeito do trabalhador estrangeiro e do trabalhador nacional. Se, no século XIX, a mão-de-obra nacional fora preterida em favor do imigrante europeu, desde os anos 10 e com vigor nos anos 20, emanou de elites intelectuais e econômicas um forte discurso em favor do trabalhador nacional, enfatizando, porém, que este precisaria passar por um amplo e rigoroso processo "regenerador", através de um sistema educacional coeso, homogeneinizador e conformador (11). Para estes setores, modos de ser das camadas populares constituíam-se em entraves às propostas de modernização nacional, uma vez que eram afetados por males físicos e mentais como ignorância, indolência, propensão ao vício e à doença, promiscuidade e insubordinação. (12)

Esta mudança de ponto de vista em relação ao trabalhador nacional associou-se à forte mobilização operária

(10) Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão (?). São Paulo, Marco Zero/CNPQ, 1992; CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, Papirus, 1986; RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

(11) A. Carneiro Leão refere-se ao povo brasileiro como "um povo retardatário, doente, mal organizado (...), cultura diminuta, lentidão no trabalho (...). Como solução para este problema, sugere uma educação popular que implique em "formação, organização e adaptação". LEÃO, A. Carneiro. "Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras", in: CARDOSO, Vicente Lício (org.). A Margem da História da República. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1928, p. 19.

(12) Cf. RAGO, Margareth. op. cit.

ocorrida nas duas primeiras décadas deste século, quando projetou-se a militância do trabalhador estrangeiro. Se este, anteriormente, fora considerado mais eficiente e produtivo que o trabalhador nacional, já no final da década de 10 (principalmente depois das greves gerais de 1917 a 1919), passou a ser visto como elemento mercenário, desordeiro, um cancro que poderia comprometer a saúde das instituições sociais brasileiras<sup>(13)</sup>. A medida que a mão-de-obra estrangeira passou a ser uma ameaça ao trabalho e à ordem sócio-política, grupos e agências sociais, puseram-se a discutir, formular e sugerir a criação de mecanismos, norteados por dispositivos rationalizadores, que reorganizariam o trabalho e promoveriam a formação do trabalhador competente, ordeiro, disciplinado e patriótico.

Neste processo de assepsia físico-mental e moral, ao qual foram submetidas as camadas populares urbanas, o Serviço Sanitário e o Instituto de Higiene tiveram desempenho relevante. Atuando em conjunto com agências centradas no trabalho e na educação, estes importantes órgãos da Saúde Pública empenharam-se em varrer do espaço urbano a sujeira, a doença, os hábitos e atitudes considerados incorretos e imorais, sob a ótica dominante. Desta maneira, estariam garantindo, mais do que a saúde do homem trabalhador,

---

(13) O presidente da República Epitácio Pessoa, num pronunciamento feito ao Congresso, em 3 de maio de 1920, referiu-se aos trabalhadores estrangeiros nos seguintes termos: "(...) indivíduos de maus procedentes, alguns até que nunca foram obreiros, imiscuiram-se no movimento com intuito de subversão da ordem social existente. Desde que os principais agentes dessas paredes são estrangeiros, em grande parte infensos à ideia de pátria e que entram no país por causa das portas escancaradas à invasão do rebotalho humano, aos sem pátria, torna-se indispensável e urgente que o Poder Legislativo arme o Governo de leis de defesa contra maus elementos que demandam o país, contra os estrangeiros que aqui se tornam nocivos e contra os nossos próprios compatriotas que se associam à sua ação criminosa". In NACLE, Jorge. Educação e Sociedade no Brasil - 1920 - 1929. Tese de concurso de Docência - livre na cadeira de Pedagogia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 1966, volume II, p. 165.

a saúde do social. Tal meta levou, inclusive o Serviço Sanitário a mudar sua política na gestão da higiene pública: se até 1925 este órgão limitara-se a combater os surtos epidemiológicos e os problemas de higiene no espaço urbano, através da "polícia sanitária", a partir desta data, com a Reforma Paula Souza, começou a pôr em prática, paralelamente às velhas estratégias coercitivas, uma nova concepção para administrar a saúde pública, fundamentada na racionalização e no caráter persuasivo da educação sanitária (14). Esta, adentrou-se nos estabelecimentos escolares, de diferentes modalidades e níveis de ensino, através da introdução, em seus currículos, de programas em torno de higiene. Desta maneira, procuravam inculcar nas crianças e nos jovens em geral, hábitos saudáveis e regrados, que garantissem a saúde do indivíduo e do corpo social.

Os agentes envolvidos na tarefa de higienização da sociedade, tendo em vista sua reformulação, compreenderam logo cedo a necessidade de repensar a educação da mulher, sobretudo da mulher trabalhadora, em virtude do seu papel no seio da família: administrar o lar, preparar a alimentação e suprir as demais necessidades do marido e dos filhos.

Neste sentido, diversas agências, intelectuais, educadores e grupos sociais adeptos da racionalização e favoráveis à construção de uma ordem social em moldes corporativistas, passaram a defender, com veemência, uma nova concepção de ensino para mulheres, que resultasse no

---

(14) Cf. LUZ, Madel. Medicina e Ordem Política Brasileira. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda., 1982 e MERRY, Emerson Elias. O Capitalismo e a Saúde Pública, Campinas, Papirus Editora, 1987.

preparo de mães de família e donas de casa, com formação norteada por conhecimentos técnico-científicos e racionalizadores em torno do saber-fazer doméstico e da maternidade. Tendo em vista este objetivo, programas de puericultura e de economia doméstica passaram a ser ministrados às meninas e adolescentes, a partir da última série do grupo escolar, de uma forma pontual desde o final dos anos 10 e no decorrer dos 20; de forma sistemática, na década de 30. A Escola Profissional Feminina de São Paulo não ficou à margem deste processo, constituindo-se num instrumento privilegiado para a veiculação destes novos ensinamentos, uma vez que suas alunas, na condição de futuras donas de casa e mães de família da classe trabalhadora, seriam, na visão dos empreendedores da tarefa de construção desta consciência sanitária, as propagadoras ideais dos mesmos, já que seu meio social constituía-se no núcleo que pretendiam intervir através destes novos conhecimentos.

Acompanhando o conteúdo do ensino e das práticas de educação doméstica, desenvolvidos nos anos 20/30 pela Escola Profissional Feminina, identificamos nos mesmos, ao lado da desqualificação do saber-fazer doméstico construído nas relações comunitárias, uma forte conotação moralizante. Sem dúvida, o perfil que adquiriu o ensino profissional feminino, no sistema escolar paulista e, em particular, na Escola Profissional Feminina, nos anos 30, articulou-se à concepção de uma ordem e disciplina de dimensão nacional, fundada em dispositivos corporativistas e em princípios racionalizadores, os quais constituíam-se em pano de fundo da dinâmica sócio-cultural paulista daquela época. Quando à Organização Racional do Trabalho, destacamos

que este ideário vinha, desde o final dos anos 10, conquistando espaço em diferentes setores da sociedade em questão, como fábricas, escritórios, hospitais, manicômios, escolas, introduzindo novas concepções de saber, novas relações de poder, novos processos de trabalho. (15)

Não poderíamos deixar de abordar, neste estudo, outra grande preocupação inerente às propostas de reformulação social, encaminhadas por especialistas de diferentes campos do saber, por empresários e autoridades governamentais: a eugenia. Esta questão se fez sentir com muita força, na Escola Profissional Feminina, durante os anos 30 e constituiu-se, sem dúvida, nestes anos, na viga mestra da concepção de ensino oferecido por este estabelecimento às moças que lá buscavam formação e qualificação.

Assim, tendo em vista as tensões políticas e sócio-culturais que marcaram São Paulo nos anos 20/30, desenvolvemos como problemática do presente estudo a perspectiva de que a gestação e a implementação de uma nova concepção de ensino de mulheres, que se fez presente no âmbito do ensino público de São Paulo, e em especial na Escola Profissional Feminina, tendo em vista plasmar a "rainha do lar", inseriu-se a movimentos mais amplos, que tiveram por meta a construção da nação brasileira sob os postulados da ciência, da técnica e da razão.

---

(15) Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta, op. cit.; CUNHA, Maria Clementina. op..cit.; LUZ, Madel. op. cit. e RIBEIRO, Maria Alice. op. cit.

Escolhemos os anos 10/20/30 para trabalhar o noso objeto de estudo — o conteúdo das práticas e dos saberes difundidos em torno da educação de mulheres pela Escola Profissional Feminina de São Paulo — com a intenção de acompanhar as diferentes concepções de ensino que nortearam a instituição educacional em pauta, no período mencionado, assim como apreender o processo que culminou no perfil que esta escola de moças adquiriu nos anos 30, quando ocorreu no seu interior uma sistematização de medidas que apontavam para a formação de uma nova mulher. Mulher instrumentalizada pelos conhecimentos rationalizadores pertinentes às tarefas domésticas e de criação dos filhos. As práticas consolidadas nos anos 30 foram gestadas nas décadas anteriores, período em que, apesar da Escola manter sua concepção original de ensino — qualificar a "mão-de-obra feminina para o trabalho fabril" —, localizamos no seu interior discursos e tentativas de recuos frente ao treinamento obreiro que, em consonância com vozes de outras agências sociais, acenavam à formação da mulher nos moldes de "rainha do lar".

No contexto sócio-cultural das décadas 1920/30, quando articularam-se Saúde/Educação/Trabalho sob pressupostos técnico-racionalizadores, tendo em vista recriar mecanismos de controle social, o papel da mulher, notadamente da mulher das camadas assalariadas urbanas, foi repensado e revestido de um novo sentido social: sobre os outrora frágeis ombros femininos passou a repousar a felicidade da família e a saúde de nação.

Quanto ao título deste estudo — Uma Colméia Gigantesca: Escola Profissional Feminina de São Paulo - 1910/20/30 —, cabe mencionar que nos inspiramos em artigo do jornal Diário da Noite, de 23 de novembro de 1925, denominado "Uma Colméia Gigantesca: a Escola Profissional Feminina". Optamos por esta recuperação porque traduz, com muita propriedade, o sentido que grupos sociais e membros do governo procuraram atribuir ao estabelecimento de ensino abordado em nossa pesquisa. Desde a fundação até o período com o qual nos ocupamos, esta Escola Profissional Feminina, localizada no Brás — populoso bairro operário de São Paulo, com grande concentração de imigrantes e palco de lutas e associações de tendências anarquistas —, caracterizou-se como uma escola de trabalho, onde o ensino se pautava pela produtividade, pela ordem, pela disciplina, pelo respeito à hierarquia, à pátria e aos valores sociais viventes. Na ótica de setores dominantes, a Escola representava, em miniatura, a grande colméia que sonhavam converter a nação brasileira, ordenando-a nos moldes da rígida organização hierárquica das abelhas. Neste ordenamento social almejado por autoritárias elites paulistas, cada indivíduo, no anonimato, seria peça vital na engrenagem do sistema, exercendo com precisão, prontidão e eficiência o seu papel social, encarando-o como uma destinação social.

No que diz respeito a sua estruturação, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, denominado Escola Profissional Feminina: da preparação de "operárias do futuro" à formação de "rainhas do lar", fazemos uma retrospectiva da trajetória da Escola, desde a sua fundação até os anos 30, situando-a no contexto histórico

brasileiro. Já, o segundo capítulo — Disciplinando a Colméia — trata de diferentes estratégias em torno de disciplina, ordem e hierarquia escolar, presentes na Escola Profissional Feminina dos anos 10 aos 30. E o terceiro, que traz por título "Plamando a rainha do lar", ocupa-se, num primeiro momento, de atividades desenvolvidas no interior do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, na segunda metade dos anos 20, no sentido de difundir hábitos de higiene e conhecimentos de puericultura entre escolares e, posteriormente, atem-se aos cursos de Educação Doméstica, introduzido na Escola de 1929 a 1939, como expressão de uma concepção de ensino de mulheres que, gestada nos anos 20, cristalizou-se na década de 30. Através da análise de programas destes cursos, empenhamo-nos em compreender o conteúdo das práticas e dos saberes previstos nos mesmos, articulando-o a um contexto sócio-cultural marcado por dispositivos corporativistas e racionalizadores. Neste capítulo, sobressai-se a criação do Dispensário de Puericultura da Escola, pioneiro e modelar dentro do sistema educacional paulista. O seu destaque justifica-se por expressar o "coroamento" da educação doméstica pensada em moldes técnicos-racionalizadores e pela repercussão social que teve, pois sua notoriedade ultrapassou as expectativas de seus idealizadores e as fronteiras do Estado de São Paulo.

A título de considerações finais apresentamos parte do documento intitulado "Escola Barata", que diz respeito a um plano econômico e eficiente para difusão em larga escala do ensino profissional pelo território paulista, elaborado por Horálio da Silveira, a pedido do Governo de São Paulo e exposto em seu Relatório dos Trabalhos

Escolares de 1930, dirigido ao secretário do Interior. O projeto em pauta, que a primeira vista parece contrapor-se ao discurso e às práticas apreendidas em torno da instrução profissional, nas décadas de 1910/20/30, traz em seu conteúdo coerência com os mesmos à medida que vislumbra-se, em seu cerne, a presença de princípios técnico-científicos e rationalizadores que animaram a reestruturação de agências sociais diversas — como a Escola Profissional Feminina — e da sociedade como um todo, no período em questão.

Ciente da impossibilidade de multiplicar as escolas profissionais de feição modelar — estabelecimentos de ensino onerosos ao Estado e que atendiam uma restrita parcela da população —, sobretudo num momento de crise econômico-social, Horálio da Silveira formulou uma sugestão para propagar a instrução profissional pelo Estado de São Paulo através das chamadas "escolas baratas", instituições anexas aos grupos escolares, as quais absorveriam meninos e meninas provenientes de bairros operários da Capital e de pequenas cidades do interior. Esta proposta do diretor da Escola Profissional Feminina deixa transparecer que o Governo e especialistas da educação, daquela época, imputavam ao ensino profissional importante papel no almejado processo de modernização de São Paulo, como também põe em evidência que os mesmos já vinham pensando, desde algum tempo, numa forma econômica para o Estado reproduzir as experiências acumuladas num trabalho de muitos anos em instituições modelares.

Levando em conta estas preocupações, Horácio da Silveira propõe a difusão do ensino profissionalizante de uma forma racional, a partir da produção em massa de um

modelo de escola, de custo reduzido, que divulgaria a essência de uma instrução depurada em instituições de infra-estrutura mais complexa e dispendiosa, produzindo em grande escala e a baixo custo, o trabalhador "ordeiro" que viria a atuar "convenientemente" no crescimento nacional e na manutenção da ordem social.

Portanto, o referido plano do diretor da **Escola Profissional Feminina**, que cabe deixar registrado no final deste trabalho, fornece indícios seguros de que no interior do sistema educacional paulista, que já estava esboçado no final dos anos 20, as escolas profissionais modelares de número reduzido, funcionariam como laboratórios, onde saberes e práticas seriam experimentados e produzidos, chegando até a maioria da população infantil através das "escolas baratas". Cada unidade deste modelo escolar custaria o montante de 47.650\$000, conforme cálculo do autor do projeto. Lembramos ainda que o perfil desta instituição educacional pensada por Horácio da Silveira muito se assemelha ao da escola profissional primária, instituída pelo Código de Educação de 1933, instrumento legal que, aliás, contou no processo de sua elaboração com a presença daquele educador.

As fontes consultadas foram, predominantemente, de caráter oficial. Cientes desta realidade, empenhamo-nos em colher, do material analisado, informações e idéias que lhes são subjacentes,

"(...) pois é o olhar que constitui o objeto.(...) Os documentos jamais falam por si mesmos. O ponto de vista que se lhes aplica consegue extrair coisas

diferentes e reconstrói differentemente a informação". (16)

Tais fontes constituem-se em material de escrituração escolar, legislação educacional, publicações e relatórios de órgãos oficiais de ensino. Trabalhamos, também, com publicações de outros órgãos, como Revista IDORT, cujo material possibilitou-nos o contato com vários trabalhos que abordam Educação /Trabalho/Higiene/Racionalização, no período de nosso interesse.

Ainda com relação às fontes, recorremos àquelas de natureza oral, colhendo depoimentos de ex-alunas, ex-professoras e um ex-professor, que vivenciaram a Escola Profissional Feminina nos anos 20/30. Além de nos proporcionar valiosas informações, este tipo de fonte permitiu ouvir mulheres que passaram a adolescência e boa parte da mocidade de suas vidas dentro da Escola. Se a documentação escrita que encontramos, oficial e produzida por homens comprometidos com a ordem vigente, deu pouco espaço e/ou omitiu as vozes das educandas e mestras, a fonte oral nos possibilitou captar, nas falas de "meninas e moças" dos anos 20/30, os sonhos que acariciaram e os ideais que abraçaram, motivados pelas experiências que vivenciaram na Escola Profissional Feminina, ainda que seus relatos apresentem pouca criticidade. Nesta perspectiva, as fontes orais são de grande valor no desenvolvimento de estudos em torno de

---

(16) Esta citação foi extraída do prefácio do livro organizado por Michelle Perrot, intitulado Une histoire de femmes est-elle possible?, por Eliane Marta Teixeira Lopes que escreveu interessante artigo discutindo a mulher na abordagem e na produção historiográfica francesa. Cf. LOPES, Eliane Marta Teixeira. "Historie des Femmes: uma revisão bibliográfica". op. cit., p. 25.

educação de mulheres, na medida que

"(...) nos permitem escutar as silenciadas da história, levando em conta que como documentos orais não são uma panacéia; — como qualquer outro requerem crítica e elaboração. Esses textos, em geral extremamente saborosos, fazem passar para o outro lado do espelho e, desse ponto de vista, são insubstituíveis". (17)

A título de esclarecimento informamos que da data de sua fundação até o final dos anos 30, o estabelecimento escolar que abordamos no presente estudo passou por várias denominações: Escola Profissional Feminina, 1911; Escola Profissional Feminina "Carlos de Campos", 1927; Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, 1931 e Instituto Profissional Feminino, nome que recebeu em 1933 e conservou até 1945. Popularmente a instituição ficou conhecida como Escola Profissional Feminina do Brás. Ressaltamos que referimo-nos à Escola por intermédio de sua primeira denominação, uma vez que foi através deste nome que a casa de ensino profissional feminino do Brás alcançou notoriedade, nos meios oficiais, atravessando muitas décadas e as fronteiras do território paulista.

Como o tema abordado no presente estudo conta com pouca documentação divulgada e que corre o risco de perder os seus registros, achamos pertinente anexar ao final do trabalho alguns textos que nos pareceram relevantes para a sua realização.

---

(17) Idem, ibidem.

Levando em consideração também, que questões em torno de educação de mulheres e relações de gênero vêm constituindo-se em alvo de interesse de pesquisadores de diferentes instituições e procedências, consideramos que faz parte de nossa contribuição para o desenvolvimento de futuros estudos, a respeito das questões em pauta, a exposição de materiais que localizamos em nossa pesquisa, muitos dos quais encontram-se unicamente na E.T.E.S.G. "Carlos de Campos", estabelecimento de ensino que no passado fora a Escola Profissional Feminina. Enquadram-se, neste caso, por exemplo, os Regulamentos Disciplinares de 1911, um dos poucos registros deste tipo de que temos notícia.

No que concerne aos anexos, nossa opção recaiu sobre os seguintes documentos: Regulamentos Disciplinares de 1911 da Escola Profissional Feminina, destinados a alunas e professoras; Programma de Economia Doméstica e Puericultura da Escola Profissional Feminina (1929) e Programma de Educação Doméstica Adoptado nas Escolas Profissionaes Secundarias Femininas e Mixtas - Curso Secundario (1935). Formulados em épocas diferentes, estes registros permitem visualizar concepções de ensino que nortearam a Escola Profissional Feminina, em suas três primeiras décadas de funcionamento, assim como dimensionar a importância que a formação da mulher para o lar, proporcionada pelas escolas profissionais, adquiriu nos anos 30, a partir do acompanhamento de programas de educação doméstica datados de 1929 e 1935.

## CAPÍTULO I

### ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA: DA PREPARAÇÃO DE "OPERÁRIAS DO FUTURO" À FORMAÇÃO DE "RAINHAS DO LAR"

"Enquanto, talvez, em qualquer parte do mundo, a luta violenta de um anarchismo destruidor, partindo das camadas operárias esmagadas pelos grandes procura abafar as instituições sociais, aqui, nesta Escola, as operárias do futuro rendem preito ao Governo, que por elas tanto se tem interessado". (Olga Nogueira, aluna da Escola em 1911).

Até o primeiro decênio deste século, São Paulo contava, no campo do ensino puramente profissional, apenas com o Liceu de Artes e Ofícios<sup>(1)</sup>. Ao lado desta instituição educacional, outras agências, de caráter assistencial, esforçavam-se em oferecer aos órfãos e desvalidos rudimentos daquela modalidade de ensino, além de conhecimentos de leitura, de escrita e das operações básicas de Matemática<sup>(2)</sup>. Ainda reservada à infância pobre, havia instituições correcionais, como o Instituto Disciplinar,

PROJETO DE  
ESTUDO DA  
HISTÓRIA  
DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
EM SÃO PAULO

"onde o objetivo era fundamentalmente domar os insintos 'anti-sociais'. Tinham o caráter mais correcional do que profissional".<sup>(3)</sup>

No entanto, no final daquele mesmo decênio, parlamentares paulistas puseram-se a discutir, com insistência, a necessidade do Governo de São Paulo criar escolas profissionais, cuja manifestação, a nível do Legislativo

(1) O Liceu de Artes e Ofícios tem sua origem na Sociedade Propagadora de Instrução Popular, que tinha por objetivo ministrar "ensino noturno e gratuito às classes menos favorecidas". Conforme Githay, "em 1882, os cursos da Propagadora são reorganizados e ampliados, enfatizando-se sua orientação para o ensino profissional. Além do curso primário, que se ampliava, e do complementar, estruturaram-se melhor o de Ciências Aplicadas e o de Artes e Ofícios". GITAHY, Maria Lúcia Cairo. "Qualificação e Urbanização em São Paulo: A experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)". In RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, pp.23-24.

(2) Como instituições desta natureza, podemos citar: o Instituto dos Educandos e Artífices, criado no interior da Força Policial da Província; o Instituto Da. Ana Rosa e o Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus. Todos estes estabelecimentos foram criados entre as décadas de 70 e 80 do século passado e destinavam-se a acolher meninos pobres. Para as meninas, de igual condição social, havia o Seminário das Educandas, criado em 1825 e que a partir de 1870 passou a funcionar sob a direção de Irmãs da Congregação de São José. Cf. LAURINDO, Arnaldo. Cinquenta Anos de Ensino Profissional - Estado de São Paulo. São Paulo, Fundo do Ensino Profissional, 1962, vol. 1, pg. 102.

(3) RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Qualificação de Força de Trabalho: A Experiência das Escolas Profissionais de São Paulo (1911-1942)". In Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional, op. cit., p. 121-122.

estadual, expressava interesses de grupos sociais dominantes e do meio oficial. (4)

As justificativas apresentadas pelos defensores da propagação desta modalidade de ensino eram múltiplas, tais como, atender a necessidades do setor fabril, qualificando mão-de-obra; erradicar o preconceito contra o trabalho manual, cuja aversão tinha suas raízes assentadas no regime escravagista que perdurara por muitos séculos; combater a tendência das camadas populares de procurar se "ajectar" no funcionalismo público, fato que gerava o "empre guismo" na máquina estatal; capacitar o "elemento" nacional para que o mesmo pudesse competir com o estrangeiro no mercado de trabalho, etc. (5)

Contudo, não podemos perder de vista que o debate em torno da criação de escolas profissionais públicas emergira num contexto histórico da sociedade paulista, onde cruzavam-se acelerado crescimento urbano, desenvolvimento industrial e agudização dos conflitos sociais (6). Neste contexto onde os confrontamentos entre trabalhadores e empresários eram frequentes, os poderes constituídos e determinados setores sociais dominantes passaram a cultivar a idéia da construção de um novo perfil de trabalhador,

(4) Na leitura de sua plataforma de governo para a Presidência do Estado de São Paulo, feita no banquete que lhe fora oferecido pelo Partido Republicano Paulista, em 25 de janeiro de 1908, Manoel Albuquerque Lins deixou transparecer seu interesse pelo ensino profissional, dizendo: "Mais a caracter nos fica o ensino profissional, com as nossas escolas normaes, escolas agrícolas, de commercio, de artes e officios". EGAS, Eugenio. Galeria dos Presidentes de São Paulo. São Paulo, p. 267.

(5) RIBEIRO, Maria Alice. op. cit., p. 123.

(6) FAUSTO, Boris. Trabalhadores Urbanos e Conflito Social. São Paulo, DIFEL, 1976.

notadamente de trabalhador assalariado urbano, visando renovar, mais do que a qualificação, a sua formação.

Visto sob uma ótica mais abrangente, a emergência do ensino profissional situava-se no interior de um amplo debate que vinha se manifestando no mundo Ocidental e que buscava recriar estratégias de disciplina social e processos de trabalho tendo em vista a superação de crises engendradas pelo próprio sistema. Apontam para esta direção medidas que vinham sendo pensadas e implementadas, desde o final do século passado, de conteúdo racionalizador, na expectativa de, por um lado, aumentar e baratear a produção e, por outro, neutralizar os conflitos sociais. Neste processo, mudanças significativas foram introduzidas no mundo da produção: o trabalhador, lentamente, sofria a expropriação do seu saber-fazer, construído em suas vivências dentro e fora das fábricas; alteravam-se as relações de poder no interior do espaço fabril através da criação de novos cargos e adotavam-se métodos de trabalho que implicavam no redimensionamento dos gestos e da disposição espacial dos operários envolvidos no desempenho de suas funções. Estas medidas objetivavam a disciplinarização do trabalho fabril, a eficiência e o aumento da produtividade. Ao lado destes ajustes, que vinham sendo efetuados no setor da produção, criavam-se novas regras de sociabilidade e elaborava-se nova forma de pensar o mundo. (7)

---

(7) Cf. CORIAT, Benjamin. El taller y el cronómetro. México, Siglo Veintiuno, 1988; CASTORIADIS, Cornelius. Experiencia do Movimento Operário. São Paulo, Brasiliense, 1985; PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; RAGO, Margareth. Do cabare ao lar. op. cit. e RAGO e MOREIRA. O que é Taylorismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Neste complexo de transformações que atingiam a fábrica e a sociedade como um todo, países desenvolvidos vinham demonstrando interesse, antes mesmo do início deste século, pela formação do trabalhador, através de processos de escolarização, na expectativa de moldar o "fator humano" ideal. Os Estados Unidos, por exemplo, representavam, sob o ponto de vista de autoridades educacionais paulistas, um dos países a ser imitado na área do ensino profissional<sup>(8)</sup>, de forma que, para lá foram enviados educadores, com a missão de observar o funcionamento e a organização de escolas daquela modalidade de ensino.<sup>(9)</sup>

No ano de 1910, data em que o Governo Federal instalou na Capital paulista uma escola profissional, sob sua administração<sup>(10)</sup>, também o Congresso Legislativo de São Paulo deu um passo decisivo em favor desta modalidade de ensino, ao aprovar a lei nº 1214, de 24 de outubro que, dentre outras medidas no campo da instrução pública, previa

(8) O diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, em 1913, João Crysostomo B. dos Reis Junior, apontou os Estados Unidos como o país que logo cedo compreendeu a necessidade da criação de escolas profissionais para a preparação do operário adequado às exigências da indústria moderna. Em seu comentário sobre este assunto, teceu as seguintes observações: "Si bem que tais escolas apresentem alli dois aspectos bem distintos, isto é, umas, como a 'New York Trade School', de New York, que se limitam a um ensino meramente prático; outras como o 'Girard College de Philadelphia', que dão aos alunos uma educação científica e profissional - em todas ellas predomina o cunho prático; todas ellas organizam seu ensino sob um mesmo escopo, de modo a preparam os alunos para serem recebidos nas officinas como operários completos, capazes de desempenhar o mister a que se destinam". Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913, Directoria Geral de Instrução Pública, São Paulo, p. XXV.

(9) A respeito deste fato, o professor João Lourenço Rodrigues fez um pronunciamento interessante, em 1920, quando assumiu a direção da Escola Profissional Feminina: "No anno anterior (1908) de volta dos Estados Unidos havia eu apresentado ao governo o relatório das minhas observações. Referiam-se estas, em sua maior parte, aos institutos de ensino technico-profissional que eu alli visitara, e que despertaram em mim o mais vivo entusiasmo". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. "O Estado de São Paulo" de 17/07/1920.

(10) "Em 1910 o Governo Federal fez instalar na Capital do Estado uma das 20 escolas de aprendizes artífices criadas em 1909. Essa escola mantinha inicialmente aprendizagem nas oficinas 'mecânica, marcenaria, tornearia, entalhação e eletricidade'". LAURINDO, Arnaldo, op. cit., p. 104.

a criação de "dois institutos de educação profissional, um para cada sexo" (11). Posteriormente, em 28 de setembro de 1911 foi baixado o decreto nº 2118-B (12), que organizou e regulamentou as duas primeiras escolas estaduais destinadas a qualificação de mão-de-obra, na Capital, ambas localizadas no bairro do Brás: uma masculina — Escola Profissional Masculina — e a outra feminina — Escola Profissional Feminina.

Dois professores normalistas foram indicados para organizá-las e dirigi-las. Antes, porém, de por em prática o que lhes fora incumbido, estes professores fizeram uma viagem de observação à Argentina, com o objetivo de trazer deste país vizinho informações a respeito do funcionamento de escolas profissionais (13). Registraramos que no período abordado neste estudo, a Argentina, seguida pelo Uruguai, eram frequentemente apontados pela imprensa espor-

(11) No texto desta lei está expresso que "Fica o Poder Executivo autorizado a fazer uma operação de crédito até a quantia de 10.500:000\$000 (dez mil e quinhentos contos de réis), para o fim de prover de prédios escolares à Capital e às redes dos municípios do interior do Estado bem como para o estabelecimento de dois institutos de educação profissional, um para cada sexo, nesta Capital, e a aquisição ou construção de prédio para o Ginásio de São Paulo, podendo emitir apólices de dívida pública do Estado". Esta lei foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 234, de 27 de outubro de 1910 e encontra-se transcrita em LAURINDO, Arnaldo, op. cit., p. 124.

(12) Registrarmos que, simultaneamente ao decreto nº 2118-B, que "Organiza as Escolas Profissionais da Capital, de acordo com a lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento", o Governo Paulista baixou outro, de nº 2118-A, cujo instrumento criou duas escolas, com a mesma finalidade, no interior: uma em Amparo e outra em Jacareí, sendo que esta última não logrou êxito, fechando-se pouco tempo depois de sua instalação. Idem, pp. 119-125.

(13) A respeito da viagem dos dois educadores, encarregados pelo Governo Paulista de organizar as suas primeiras escolas profissionais, encontramos a seguinte informação: "O Governo, no interesse de evitar um provável fracasso, resolveu, em boa hora, confiar a normalistas a organização destas primeiras escolas. E, para melhor garantir o bom êxito da delicada empreza, permitiu que os dois professores fizessem a viagem de estudos ao Prata. Foram designados os normalistas Miguel Carneiro e Aprígio Gonzaga, os quais de regresso da Argentina, apresentaram minucioso relatório. O professor Miguel Carneiro foi aproveitado na direção da Escola Profissional Feminina (...), e o professor Aprígio Gonzaga, foi o primeiro diretor da Escola Profissional Masculina". SILVEIRA, Otavio. "O ensino profissional em São Paulo". in Revista Educação, Organ da Directoria do Ensino, São Paulo, volume VIII, Dezembro de 1934, p. 176.

educadores paulistas, como países detentores de um sistema de ensino modelar e que, em muitos aspectos, deveria ser imitado pelo Brasil. (14)

Instalada em novembro de 1911, a Escola Profissional Feminina deu início a suas atividades no mês de dezembro daquele mesmo ano, num velho sobrado da rua Monsenhor Andrade, próximo da "porteira do Brás", em imóvel adquirido pelo Governo do Estado para abrigar a nova instituição escolar. (15)

Não encontramos nenhum documento que explicitasse as razões que levaram o Governo Paulista a criar estas duas escolas, em 1911, num bairro povoado por imigrantes, onde eram frequentes as manifestações de trabalhadores fabris, de tendência libertária. No entanto, consideramos pertinentes análises que articulam tal decisão governamental à aguerrida resistência de seus habitantes, com reivindicações que caracterizou o movimento operário paulista, no início do século XX. (16)

Neste sentido, a presença e atuação de operários

(14) O diretor geral da Instrução Pública de S. Paulo, João Chrysostomo B. R. Junior, ao referir-se à prática de governos de alguns países vizinhos, no sentido de enviar delegações aos EUA e à Europa, com o objetivo de inteirar-se dos progressos educacionais que se faziam sentir "nos grandes centros civilizados" mencionou que: "A Republica Argentina, o pequeno Uruguai, o Chile e até o Equador, não se importavam de consignar verbas destinadas a manter naquelas grandes centros文明ized pessoas idoneas, como profissionaes e como individuos, com o fim exclusivo de ficarem a par dos progressos que se realizam continuadamente, ininterruptamente, no ramo da administração publica referente à instrucção e educação do povo, para depois virem applicar o resultado de suas observações cuidadosas e intelligentes no seu paiz. (...) Ora, S. Paulo, que se orgulha, e com razão, de ser o mais progressivo estado brasileiro não pôde e não deve ficar a este respeito principalmente, inferior ao Chile, ao Uruguai e ao Equador". Annuario do Ensino do Estado de S. Paulo 1910-1911. São Paulo, Directoria Geral da Instrução Pública, pp.4-5.

(15) "A Escola Profissional Masculina, da Capital, foi instalada, inicialmente, em precárias condições, à Rua Muller, no Brás, a 17-11-1911; a Escola Profissional Feminina iniciou o seu funcionamento a 11-12-1911 e inaugurada oficialmente a 16-3-1912, à Rua Monsenhor Andrade, no antigo prédio, em que funcionara o Colegio Azevedo Soares". LAURINDO, Arnaldo. op. cit. p. 108.

(16) Cf. RIBEIRO, M. Alice. op. cit. e REIS, Maria Cândida. op. cit.

estrangeiros, no mercado de trabalho paulista, passou a constituir-se em grande preocupação para empresários, autoridades políticas, educadores e especialistas de diferentes campos do saber, notadamente nos anos 10/20. Esta perspectiva pode ser acompanhada, por exemplo, através das idéias expressas pelo inspetor de ensino, Guilherme Kuhlmann, num relatório elaborado para a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, no ano de 1918, onde refere-se ao trabalhador estrangeiro como insubordinado e antipatriota, conclamando o governo paulista a formar o "elemento" nacional.

"Precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos muitas vezes banidos de suas terras de origem, pelas ideias subversivas que professam, e que tudo anarchizam, pois, não lhes pesa na consciência, a desorganização social de uma terra extraordinariamente hospitaliera...". (17)

Mais adiante, Kuhlmann sugeriu a difusão de escolas profissionais como uma medida de dimensão patriótica, visto que, no seu entender, tais escolas contribuíram na manutenção da paz e da ordem social, formando o trabalhador nacional:

"É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais. Os governos devem encará-las como um veículo seguro de nacionalização". (18)

---

(17) Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1918. São Paulo, Directoria Geral da Instrução Pública, p. 534.

(18) Idem, ibidem.

No entanto, o inspetor de ensino fazia uma adver-  
tência:

"As escolas profissionaes só produzirão os  
desejados benefícios sociaes, se pudessemos con-  
tar com mestres educados. Este ponto é de capital  
importancia.

Entregue o ensino a mestres estrangeiros na  
maioria dos casos semi-analphabetos, o nobre em-  
prehendimento cahirá, fatalmente, na trilha sinuo-  
sa das idéas anarchizantes. Como mestre estrangei-  
ro, que não tem amor a terra em que vive, a propo-  
sito de tudo diz mal de nossos homens e de nossas  
instituições, as escolas nunca serão as incubado-  
ras ideaes do nacionalismo consciente". (19)

Podemos inferir destas considerações em torno de  
constituição do corpo docente de escolas profissionais que,  
mais do que competência para ensinar um ofício, o mestre  
deveria possuir uma formação afinada com as propostas de  
nacionalização do trabalho, que deveria reproduzir na sua  
prática docente.

Idéias semelhantes às de Kuhlmann, localizamos  
no discurso de Oscar Thompson, proferido num momento que  
este educador encontrava-se à frente da Diretoria Geral  
da Instrução Pública de São Paulo. Em seu relatório dirigido  
ao secretário do Interior e correspondente ao ano de  
1917, associou o incremento do ensino profissionalizante à  
formação do operariado nacional e ao crescimento econômico  
do país:

---

(19) Idem, ibidem.

"Desses estabelecimentos é que sairá, definitivamente preparado, o operário nacional, na plena consciência e integridade do seu valor económico e capaz de concorrer, efficazmente, para a economia da collectividade, em a qual repousa a do Estado". (20)

Continuando em suas ponderações, Oscar Thompson atribuiu o despreparo do "elemento nacional" à preferência deste pelo ensino "livresco", em tendência que, além de favorecer os estrangeiros no mercado de trabalho, poderia criar condições favoráveis para que estes últimos viessem a controlar os destinos do país.

"O elemento nacional, habituado pela tradição, a preferir carreiras liberais e outras quaisquer, desvaloriza-se, dia a dia, por sua falta de preparo nas mais insignificantes ocupações materiais. E isto o coloca, na luta pela vida, em situação inferior a dos estrangeiros, que dentro em pouco tempo se não mudarmos de rumos, serão os donos, os dirigentes económicos desta grande terra". (21)

Todavia, no contexto em que foi emitido este raciocínio e mesmo no interior de suas formulações, apreendemos outras dimensões da problemática educacional de então, que devem ser destacadas. Assim, na afirmação de que o brasileiro, de uma forma generalizada, tendia a se embrenhar por um ensino "livresco", importa registrar que, no início do século, saber ler e escrever, já era um privilégio

---

(20) Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1917. São Paulo, Directoria Geral da Instrução Pública, p. 41.

(21) Idem, ibidem.

desfrutado por uma parcela minoritária da sociedade brasileira<sup>(22)</sup>. Mesmo para as famílias trabalhadoras que conseguiam garantir o curso primário para seus filhos era difícil mantê-los estudando posteriormente, ainda que em escolas profissionais. As precárias condições de materiais de existência, que assolavam o operariado,迫使了很多 meninos e meninas deste segmento social a ingressarem muito cedo no mundo fabril<sup>(23)</sup>. Quanto à propagação da idéia de que os estrangeiros poderiam vir a ser, no futuro, "os dirigentes econômicos desta grande terra", trata-se de uma visão distorcida a respeito do trabalhador imigrante, construída a partir de um olhar xenófobo e autoritário em relação aos movimentos de resistência operária.

Entretanto, sob àquele ângulo de análise, para pôr fim às situações humilhantes geradas pela presença estrangeira, notadamente no mercado de trabalho paulista, Oscar Thompson foi incisivo:

"Só ha um meio para nos furtarmos à humilhação desta inferioridade, que nos infelicitá: — a criação das escolas profissionaes, e, mormente, a diffusão do ensino agricola. (24)

(22) A frequência dos alunos de grupos escolares situados em bairros populares, no ano de 1908, era bastante baixa, conforme demonstram dados que encontramos: Belezinho, 24,1%; Liberdade, 22,8%; Santa Ifigenia, 21,7%. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1908. São Paulo, Directoria Geral da Instrucção Pública, p. 91.

(23) Oscar Thompson, na mesma ocasião em que atribuía o despreparo do "elemento nacional" nas mais insignificantes ocupações materiais à preferência deste pelas "carreiras liberaes" se contradiz ao admitir que um elevado número de alunos das escolas profissionais evadiam-se das mesmas após alguns meses de curso. Numa avaliação otimista de que estas escolas proporcionavam melhores salários aos jovens operários, Thompson considerou que "teem sido elas de tantas vantagens para os alumnos, que muitos delles, ao cabo de seis ou oito meses, interrompem o curso, com grande desprazer de seus directores, para aceitar, nas fabricas e officinas da cidade, colocações que lhes garantem de tres a cinco mil réis por dia". Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1917. op. cit., p. 42.

(24) Idem, p. 41.

Conforme pode-se acompanhar nas manifestações de Kuhlmann e Thompson — que eram correntes nos meios oficiais e no interior de setores sociais dominantes —, os estabelecimentos de ensino em questão, mais do que atender as necessidades industriais, a nível de qualificação de mão-de-obra, tiveram em vista a formação de um trabalhador nacional. Remetendo-nos mais uma vez às colocações de Guilherme Kuhlmann, encontramos afirmações que endossam nossa perspectiva de análise:

"As escolas profissionais formarão o cidadão operário, consciente de seus deveres e direitos políticos, cumpridores das suas obrigações sociais e morais. Serão uma força viva de progresso e um factor de riqueza para o paiz". (25)

Neste sentido, podemos entender que a preocupação do Governo Paulista, ao lançar-se no empreendimento de criação de escolas profissionais, era contribuir para formação de um novo trabalhador, dotado de espírito patriótico, disciplinado e devotado ao trabalho, contrapondo-se ao já existente: estrangeiro, proprietário de um saber-fazer, mobilizado e fortemente influenciado pelas idéias libertárias. Seguindo estas considerações, entendemos que, ao instalar as duas primeiras escolas de artes e ofícios num dos bairros proletários mais populosos — o Brás —, com forte contingente de imigrantes italianos, o governo pretendeu criar mecanismos que contribuissem, a médio prazo, para o desgaste das bases de um operariado mobilizado e combativo,

---

(25) Idem, ibidem.

"reeducando" seus filhos em escolas fundamentadas em ensino norteado por uma política educacional onde mesclavam-se interesses patronais, nacionais e técnico-científicos.

Palavras proferidas pela aluna Olga Nogueira, na cerimônia de inauguração oficial da Escola, deixam transparecer a preocupação em relação à presença anarquista no movimento operário, assim como permitem vislumbrar posturas paternalistas quanto à decisão de interferir na formação do trabalhador assalariado urbano, objetivando formar o "novo operário" ou o "operário do futuro". A aluna, em nome de suas colegas, agradeceu ao Governo do Estado de São Paulo que, ao criar escolas técnicas, "vem erguer o proletariado desprotegido, tornando consciços do proprio valor aqueles que são fatores indiretos de sua grandeza material", ressaltando:

"Enquanto, talvez, em qualquer parte do mundo, a lucta violenta de um anarchismo destruidor, partindo das camadas operarias esmagadas pelos grandes procura abafar as instituições sociaes, aqui nesta Escola, as operarias do futuro rendem preito ao Governo, que por ellas tanto se tem interessado". (26)

Fica perceptível que as duas primeiras escolas profissionais públicas e, em particular a Escola Profissional Feminina, destinaram-se aos filhos de um operário

---

(26) Escola Profissional Feminina de São Paulo. Acta de Inauguração Official da Escola Profissional Feminina de São Paulo, 1912. Percebe-se que as idéias contidas no discurso "preparado" para a aluna Olga Nogueira pronunciar perante autoridades paulistas, no dia da inauguração oficial da Escola, coincidem com aquelas manifestadas por Kuhlmann e Oscar Thompson, alguns anos depois, a respeito da finalidade do ensino profissional.

qualificado, porém "inconveniente", devido a sua desenvolvida capacidade de organização e resistência contra investidas de setores empresariais que promoviam a expansão da atividade fabril através de crescentes controles sobre os trabalhadores. É necessário frisar que o processo de qualificação, através das referidas escolas, era restrito, porém significativo. Se, conforme Ribeiro, a fábrica continuou sendo o verdadeiro local de aprendizagem do operário (27), deve-se ter presente, ainda seguindo esta autora, que os profissionais formados nestas escolas eram destinados para funções de manutenção da ordem e da disciplina no trabalho fabril, num momento em que os trabalhadores ainda tinham acesso a tradicionais controles do processo de trabalho, preservando formas de saber-fazer.

A criação destas duas primeiras escolas profissionais representou o primeiro passo do Governo Paulista, no sentido de interferir na formação e qualificação de trabalhadores assalariados. A meta proposta não era o treinamento da massa operária, mas a seletiva e disciplinada formação de um trabalhador e uma trabalhadora competentes, orgulhosos e sensíveis ao valores pátrios. (28)

#### 1.1 - Oscilações em torno de uma escolarização para mulheres

Concebida para atender meninas maiores de 12 anos,

(27) RIBEIRO, Maria Alice Rosa. op. cit., p. 178.

(28) Sobre tensões sociais nos processos desqualificação/requalificação de trabalhadores, assim como sobre a seletividade dos procedimentos de habilitação profissional, ver textos reunidos em SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

portadoras de diploma de grupo escolar — ou com instrução equivalente — e oriundas da classe operária, a Escola Profissional Feminina manteve em funcionamento, nas duas primeiras décadas de sua trajetória, cursos que proporcionavam habilitação em artes e ofícios considerados, tradicionalmente, femininos, tais como, corte e confecção, rendas, bordados, flores, feitio de chapéus e arte culinária (29). Quanto a este último curso registramos que foi pouco procurado, sobretudo na década de 10, por tratar-se de conhecimentos que as mocinhas adquiriam no lar, com as próprias mães. O jornal "Commercio de São Paulo", a respeito deste fato fez um comentário bastante ilustrativo, ao noticiar a comemoração oficial da Escola, em março de 1912:

"O Instituto, que começou a funcionar em fins de dezembro do ano passado, já apresenta a frequência de 200 alumnas aproximadamente, dando a media de 40 alumnas para cada classe, com exceção de cozinha, em que não houve matrícula alguma, pois todas as candidatas conhecem naturalmente esse de licado mister, no qual não se querem aprofundar, como profissionaes...". (30)

Trabalhando com uma clientela majoritariamente de

(29) De acordo com o Artigo 4º do Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, a Escola Profissional Feminina compreendia as seguintes "seções": "a) de desenho; b) de datilografia; c) corte e feitio de vestidos e roupas para senhoras e crianças; d) de corte e feitio de roupas brancas; e) de bordados e rendas; f) de fabrico de flores e ornamentação de chapéus; g) de arte culinaria em todos os seus ramos e de economia doméstica". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 120. A respeito do curso de datilografia, o jornal "Correio Paulistano" informa que o mesmo fora inaugurado na Escola em julho de 1921. Escola Profissional Feminina de S. Paulo. Livro de Recortes. "Correio Paulistano" de 24 de julho de 1921.

(30) Este artigo que, contém menções a respeito do desinteresse das alunas pelo curso de Cozinha, por ser sugestivo será retomado mais adiante, quando então formularemos considerações sobre as concepções de ensino de mulheres presentes na trajetória da Escola Profissional Feminina, nos anos 10/20/30. Escola Profissional Feminina - Livro de Recortes de Jornais. "Commercio de São Paulo", de 17 de março de 1912.

ascendência européia — sobretudo italiana — <sup>(31)</sup>, a Escola Profissional Feminina ofereceu nos anos 10/20 ao crescente número de moças que nela buscava vaga <sup>(32)</sup>, um ensino de "feição prática e proveitosa", que se desenvolvia em regime de oficinas <sup>(33)</sup>. Estas, eram dirigidas por mestras e auxiliares, contratadas temporariamente pela Secretaria do Interior <sup>(34)</sup>. O corpo docente era constituído por professoras primárias ou senhoras da "alta sociedade", que dominavam certas artes e ofícios, nos quais a Escola oferecia habilitação<sup>(35)</sup>. Lembramos que até 1931 não existiam cursos para formar professores para escolas profissionais.

No decorrer da década de 10, Desenho constitui-se na única cadeira teórica, obrigatória e de fundamental importância em todos os cursos oferecidos pela Escola Profissional Feminina <sup>(36)</sup>. É interessante notar que esta

(31) Esta característica da clientela escolar pode ser observada nos Livros de Registros de Matrícula da Escola Profissional Feminina, correspondentes aos anos 1915, 1916, 1920, 1924 e 1929.

(32) Para se ter uma idéia do aumento da demanda por vagas na Escola Profissional Feminina citamos números de matrícula correspondentes aos anos 10 e início da década de 20, cujos dados foram localizados nos Annuários de Ensino do Estado de São Paulo do respectivo período. Os números são os seguintes: 1911 - 176; 1912 - 200; 1913 - 293; 1914 - 253; 1915 - 292; 1916 - 366; 1917 - 613; 1918 - 593 e 1922 - 601.

(33) "As escolas iniciais eram do tipo simples, com três anos de curso e um reduzido programa de disciplinas de cultura geral: apenas Matemática e Noções de Desenho, ao lado das aulas práticas de oficinas. Cuidava-se muito mais do trabalho manual. As alunas visavam, sobretudo, um aprendizado prático, imediato, com rápida possibilidade de emprego". SILVEIRA, Horácio. "As Primeiras Escolas Profissionais do Estado", in LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 114.

(34) A respeito da contratação de professores, o parágrafo 1º do Artigo 5º, do Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, determinava que "Os professores e os mestres serão contratados pelo Secretário do Interior, por tempo que convier. LAURINDO, Arnaldo, op. cit., p. 120.

(35) Esta informação foi obtida através do depoimento de Olga Vasquez, prestado em 1990. Segundo esta ex-aluna da Escola Profissional Feminina, onde estudou Roupas Brancas e Rendas e Bordados, no final do anos 20, algumas de suas mestras eram "senhoras finíssimas e da élite paulistana", como era o caso de Dona Maria Rafaela de Paula Sousa, que dirigira por muitos anos a oficina de Rendas e Bordados.

(36) De acordo com o Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, instrumento que organizou as duas primeiras escolas profissionais da Capital, a Escola Profissional Masculina tinha por cadeiras teóricas Matemática, e Desenho; enquanto que a Escola Profissional Feminina, apenas Desenho. LAURINDO, Arnaldo. op. cit. pp. 119-120.

cadeira, conforme decreto organizador da Escola, deveria ser ministrada por professor do sexo masculino, ao qual ainda era atribuído o poder de substituir o diretor em seus "impedimentos temporários" (37). Por volta de 1916, esta cadeira se desdobrou em duas: Desenho Artístico e Desenho Profissional. A primeira, ficou sob responsabilidade de Antônio Peregrino de Castro, professor que vinha lecionando Desenho desde a fundação da Escola e nela continuou até os anos 20, enquanto que Desenho Profissional passou a ser ministrada por Cândida Colli. (38)

A importância do Desenho foi preservada nas décadas posteriores, quando então outras cadeiras foram sendo gradativamente acrescentadas no currículo da Escola Profissional Feminina, tendo em vista a formação geral das alunas.

Sem perder de vista a concepção de ensino de "feição prática e proveitosa" das escolas profissionais, a Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA do Estado, acompanhando a onda nacionalista que vinha ganhando força articulada a questões de modernização do Brasil no enfrentamento das questões sociais, introduziu em 1919, em caráter obrigatório, no ensino profissional, as cadeiras de Português, Educação Moral e Cívica, História e Geografia do Brasil, além

(37) No Capítulo VI, que trata das Disposições Gerais do Decreto nº 2118-B, encontra-se o artigo 29, que diz: "O diretor será substituído em seus impedimentos temporários pelo professor de matemática (na Escola Masculina) e pelo de desenho (na Escola Feminina)". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p.123.

(38) Tudo indica que o desdobramento da cadeira de Desenho ocorreu na Escola Profissional Feminina, em 1916, visto que o Annuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1915, p. 77, informa que, neste ano, ao lado das oficinas Rendas e Bordados, Roupas Brancas, Confecções, Flores e Chapéus funcionara a cadeira Desenho. Já no ano seguinte, ao lado das mesmas oficinas que estiveram ativas em 1915, localizamos Desenho subdividido em Desenho Artístico e Desenho Profissional. Annuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1916. São Paulo. Diretoria Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA.

de Geometria e Cálculo Aritmético<sup>(39)</sup>. O que pretendiam com esta medida era plasmar um novo trabalhador, direcionando sua formação para a disciplina no trabalho e para o amor à Pátria<sup>(40)</sup>. Neste sentido, a inovação em questão foi de encontro ao discurso que vinha reivindicando a formação do "elemento" nacional, cujas vozes, conforme vimos já vinham manifestando-se no interior da própria Diretoria de Instrução Pública.

Segundo Horácio da Silveira, a introdução de cadeiras teóricas no ensino profissional provocou descontentamento nos alunos<sup>(41)</sup>; entretanto temos como certo que tais cadeiras já se encontravam implementadas na Escola Profissional Feminina, em setembro de 1920<sup>(42)</sup>, antes mesmo

(39) Os artigos 3º e 4º da Lei nº 1711, de 27 de dezembro de 1919, que foi regulamentada através do Decreto nº 3.205, de 29 de abril de 1990, determinava que:

Art. 3º — "As Escolas Profissionais ministrarão aos alunos conjuntamente com o aprendizado profissional, noções elementares das seguintes matérias:

a) língua materna e educação moral e cívica;  
b) cálculo aritmético e geométrico;  
c) geografia e história do Brasil.

Art. 4º — Os programas dessas matérias deverão ser organizados de acordo com as artes a ensinar e serão desenvolvidos de conformidade com o curso profissional de modo que se completem". Annuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1919. São Paulo, Directoria Geral da Instrução Pública, p. 188.

(40) "(...) o Governo do Estado, em 1919, cuidou de desenvolver a parte de aulas teóricas. Já não era bastante ensinar a trabalhar mecânicamente. Tornava-se necessário dar ao obreiro uma instrução geral que lhe permitisse progredir, raciocinar com segurança e tornar-se possuidor de razoável grau de cultura intelectual. Era a desejada aliança dos cérebros e das mãos, no bendito esforço da produção". SILVEIRA, Horácio A. da. "As Primeiras Escolas Profissionais do Estado", in: LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 114.

(41) "O Decreto 1711, de 27 de dezembro de 1919, introduziu então nas escolas profissionais, o ensino de Português, Geografia, História e de Instrução Moral e Cívica. E, como acontece em todas as inovações, surgiu a reação. Alunos e pais rebelavam-se com a nova concepção do trabalho manual aliado ao cultivo do intelecto. (...) Permaneceu o ensino de Português, porém não foi possível nem aconselhável no momento, conservar o de Geografia e História". Idem, pp. 114-115.

(42) De acordo com o Livro do ponto do pessoal da Escola Profissional Feminina, aberto em 19 de setembro de 1920, pelo diretor João Lourenço Rodrigues, a Escola mantiña em funcionamento, naquela data, as seguintes cadeiras de formação geral: Português, Aritmética, Geometria, História e Geografia, Economia Doméstica, Desenho Profissional e Desenho Artístico. As oficinas que mantiveram-se ativas nos últimos meses de 1920 foram: Bordados, Flores, Roupas Brancas e Confecção. Escola Profissional Feminina. Livro do ponto do pessoal da Escola Profissional Feminina da Capital - 1920-1924. São Paulo, página correspondente a 19 de setembro de 1920.

da Reforma Sampaio Dória, que referendou a manutenção das mesmas, determinando a entrada em vigor de novo currículo no ensino público paulista. (43)

A reformulação da instrução pública empreendida por Sampaio Dória, que acelerou, aprofundou e ampliou as mudanças que vinham sendo promovidas pelo seu antecessor<sup>(44)</sup>, atingiu o ensino paulista como um todo e expressou intenções de conferir um novo perfil ao ensino profissional destinado à mulher. Se até então esta modalidade de ensino vinha se preocupando tão somente com a qualificação da mão-de-obra feminina, a reforma em questão previu mecanismos que apontavam para a formação da mulher em todos os níveis de escolarização e, em particular, no ensino profissional.

Antes porém de abordarmos as medidas inovadoras destinadas ao ensino profissional feminino, sistematizadas pela Reforma de 1920, registramos tentativas efetuadas em

---

(43) A reforma empreendida no ensino público paulista por Sampaio Dória, em 1920, converteu-se na Lei nº 1750, de 8 de dezembro de 1920 e foi regulamentada pelo Decreto nº 3356, de 31 de maio de 1921. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921. São Paulo, Directoria Geral da Instrucção Pública, p. 217.

(44) A respeito da articulação entre as administrações de Oscar Thompson e Sampaio Dória, Heládio Antunha fez as seguintes considerações:

"(...) ao findar o decênio 1910-1919, havia entre os educadores mais esclarecidos uma certa unidade de pontos de vista e um senso comum a respeito dos problemas mais instantes do sistema público de São Paulo e sobre as mais importantes mudanças a serem introduzidas.

O nacionalismo viria unificar todas essas idéias e dar ênfase aos objetivos a serem imediatamente alcançados. Algumas das medidas preconizadas chegaram a ser introduzidas, por Oscar Thompson, em seu segundo período administrativo à frente da Diretoria Geral (de 1917 a 1920); na verdade, na administração deste educador inicia-se efetivamente o processo de renovação escolar que teria sua culminação com a Reforma instituída nos moldes inicialmente preconizados por Sampaio Dória. A Reforma de 1920, pois, incorporaria uma série de medidas que já vinham sendo sugeridas há um certo tempo; elas seriam no entanto integradas de uma forma nova e audaciosa, a que se procurou dar um sentido sistemático e corrente". ANTUNHA Heládio C.G. A Instrução Pública no Estado de São Paulo - Reforma de 1920. Estado de São Paulo, Universidade de São Paulo, em data, p. 160.

anos anteriores, clamando pela introdução, no ensino público paulista, de programas que acenasse para a formação da mulher.

Reivindicações objetivando difundir conhecimentos de puericultura nas escolas oficiais de São Paulo manifestaram-se desde a década de 10, com propostas emergentes de debates em torno de questões de ensino, nos quais fizeram-se sentir aspirações em torno de uma "escola nova". Em 1916, o professor José Escobar dirigiu-se em carta ao secretário do Interior, sugerindo a inclusão daquela matéria nos quartos anos dos grupos escolares<sup>(45)</sup>. Um ano depois, em relatório dirigido à mesma Secretaria, o diretor geral da Instrução Pública do Estado, Oscar Thompson, arrolou a difusão da puericultura como uma das propostas de ensino da pedagogia escolanovista que o órgão oficial, sob sua direção, estava disposto a divulgar, a partir de então, nos estabelecimentos escolares paulistas.<sup>(46)</sup>

Em 1918, o discurso de Thompson já produzia frutos no que tange à formação da mulher, em virtude da introdução de programas de puericultura, em caráter obrigatório,

---

(45) CASTRO, Maria Antonieta de. "O ensino da puericultura nas escolas e agremiações femininas". In: Revista de Educação. São Paulo, Diretoria Geral de Ensino do Estado de São Paulo, volume IV, Dezembro de 1933, p. 120.

(46) No relatório Geral da Instrução Pública, correspondente ao ano de 1917, Oscar Thompson justificou as alterações promovidas na elaboração do anuário daquele ano dizendo: "A nossa aspiração é fazer escola nova. Não nos prendemos mais a questões que julgamos resolvidas, sem contudo descuidarmos, totalmente, delas, mas procuraremos divulgar em nossos estabelecimentos de ensino objetivo da escola nova e afirmar que "Escola nova, para nós, é a formação do homem, sob o ponto de vista intelectual, sentimental e volitivo; (...) é a educação physica e a educação profissional, caminhando, paralelamente, com o desenvolvimento mental da criança; é a preparação para a vida prática; é a transformação do ambiente escolar num perene campo de experiência social; é a escola de intensa vida cívica, do cultivo da iniciativa individual, do estudo vocacional, da difusão dos preceitos de hygiene, e, principalmente, dos ensinamentos da puericultura; é em suma, a escola brasileira, no meio brasileiro, como um só labaro: — formar brasileiros, orgulhosos de sua terra e de sua gente" Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1917.

às alunas dos quartos anos dos grupos escolares. Todavia, evidenciando-se o jogo de forças em disputa no campo da escolarização paulista, as diferenças de posturas nos conflictos que permearam as questões sociais em geral e as de educação feminina em específico, assim como as idas e vindas para que idéias e práticas conquistassem poderes, ganhando legitimidade, em 1925 o ensino da puericultura foi retirado dos currículos. (47)

O projeto de formação da mulher através de uma escolarização, iniciado por Thompson em 1918, civera continuidade na gestão de Sampaio Dória que o promover uma profunda reformulação do ensino público paulista, em 1920, estabelecera como prioridade a erradicação do analfabetismo (48). Para este jurista, educador e expoente da Liga Nacionalista, o papel da mulher na sociedade deveria ser revisto e foi nesta perspectiva que o ensino de economia doméstica e puericultura foi adotado na instrução profissional feminina, na reforma educacional por ele implementada. Assim, enquanto o artigo 346, da lei que regulamentara a reforma em questão, deixava muito claro que, ao lado das atividades de ofício,

"Só ultane nente se ministrarão aulas de desenho profissional, acrescendo às escolas femininas, economia doméstica e puericultura";

---

(47) "O ensino de puericultura, que, em 1918, fôra introduzido, por Oscar Thompson, nos programas dos quartos anos da escola primária, dele fôr retirado em 1925". STRO, Maria Antonieta de. "O ensino de puericultura nas esc. e agrem. femininas". op. cit., p. 124.

(48) Cf. HT. M. Hefélt; op. cit.; IA. J. Sampaio. Escola e ensino, volume I, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia. dit res, 1930, Cecília Hart. "Dimensões dos conflitos educacionais em São Paulo nos anos 1920: inquirindo, reformato, legitimando uma escola nova". Dissertação de mestrado, Programa de História e Filosofia da Educação, PUC/SP, 1991.

o artigo 349, determinava

"É obrigatorio a todas as alumnas o ensino de lavagem e engommado, puericultura e economia doméstica";

e o artigo 350, que tratava da distribuição do programa de economia doméstica e puericultura, estipulava:

"A economia domestica se praticará em todos os annos da escola.

§ 1º — O seu curso constará de arte culinaria e preparação geral da casa no 1º anno: arte culinaria e especializada aos doentes, crianças e velhos, preparo e aproveitamento de roupas e sobras caseiras; no 2º anno, deveres das mães no asseio, alimentação e prophylaxia dos filhos, e administração geral da casa". (49)

Ainda importa destacar que, o parágrafo 2º, desse mesmo artigo, dizia respeito a inculcação do hábito de "aproveitamento racional" das matérias-primas, uma das preocupações enfatizadas por Sampaio Dória, nas atividades domésticas:

"A pratica da economia se fará também em todos os cursos e classes com o aproveitamento integral da materia-prima". (50)

---

(49) O artigo 346 faz parte do Título XIV, do Decreto nº 3356, de 31 de maio de 1921, que regulamentou a Lei 1750, de 1920, cujo título trata especificamente do ensino profissional. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1920-1921. op. cit., p. 218.

No período correspondente à gestão de Sampaio Dória, na Direção Geral da Instrução Pública, localizamos, no interior da Escola Profissional Feminina, um veemente discurso defendendo a formação da mulher enquanto dona de casa e mãe de família, através das práticas e intervenções daquela instituição escolar. Em julho de 1920, na cerimônia de posse de João Lourenço Rodrigues, na direção da Escola, Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina, criticou a concepção de ensino vigente nas escolas de mulheres, voltada tão somente à qualificação das mesmas enquanto mão-de-obra para o trabalho fabril, descuidando-se, de sua formação como donas de casa e mães, preocupação maior nas sociedades modernas daquele momento.

"João Lourenço Rodrigues conseguiu, no elegante dizer de Ruy Barbosa, capitalizar em si próprio um tesouro de experiências e de bondade. Esse tesouro, certamente, elle o porá ao serviço da nobre tarefa da educação da mulher. Não nessa vés ga educação de preparar costureiras e floristas, mas como é hoje ideal dos povos cultos, preparar a mãe de família, papel mais nobre da mulher". (51)

Logo adiante, neste mesmo discurso, Aprígio Gonzaga apontou "Maria" como o modelo ideal de mãe e, mais uma vez, repudiou o ensino em vigência nas escolas femininas, direcionado fundamentalmente, para preparação de mulheres para atender as necessidades do setor industrial.

"Mae de familia! (...) todas as abstrações que o meu espirito possa fazer, tudo fica aquem dessa

missão que tem em 'Maria' o seu expoente maximo. Não é preparar a mulher para ser explorada pela industria. Não! isso é função menos digna da Escola". (52)

Encerrou sua preleção informando João Lourenço Rodrigues que a Escola Profissional Feminina, que estivera interinamente sob sua direção, já estava norteando-se pela concepção de ensino que tem em vista preparar a mulher para o lar e, por extensão, conferir um novo perfil à sociedade.

"Sr. professor João Lourenço: o pessoal desta escola é competente e esforçado. (...) Aqui, sob esse carácter educativo por excellencia está se formando e plasmando o carácter da 'mae de familia' e, conseqüintemente, o da futura sociedade". (53)

Ao fazer uso da palavra, na mesma ocasião, João Lourenço colocou-se de acordo com as posições de seu antecessor, deixando entrever que tal mudança fazia parte da reforma de ensino que estava em formulação por Sampaio Dória. Justificando que, num primeiro momento, relutara em aceitar o cargo de director da Escola, por considerar-se despreparado para o mesmo, João Lourenço comentou:

"Uma circunstancia feliz veio porém, levantar o meu espirito: foi a noticia dada pelo sr. director da Instrucção Publica de que o governo cogita de uma remodelação desta Escola de accordo com as

---

(52) Idem, ibidem.

(53) Idem, ibidem.

ídéas que ha pouco expendeu o meu collega sr. Apri-  
gio Gonzaga". (54)

O então diretor da Escola Profissional Masculina fez da reformulação do ensino de mulheres a sua bandeira de luta, manifestando-se a este respeito em encontro de professores , realizado em julho de 1921, com o objetivo de discutir a situação do ensino paulista (55) . Fazendo parte da comissão que se ocupou da instrução profissional, Apri-gio Gonzaga apresentou um minucioso trabalho intitulado "Finalidade do Ensino Profissional Feminino". Nele, não só reforçou a pertinência de suas idéias em torno desta questão, expressas no discurso do ano anterior, como também arrolou argumentos em defesa das mesmas. Ao insistir numa nova orientação para o ensino profissional feminino, chegou a propor um novo nome para as instituições educacionais encarregadas de ministrá-lo, justificando-se em termos que interessa reter:

"A escola profissional dever-se-ia chamar 'Escola de Educação Domestica e Profissional'. Eu quero a escola que prepare a dona de casa, dando-lhe uma profissão, e não a escola que forme operarias, em detrimento da sua missão oficial". (56)

Mais adiante, ainda manifestou-se portador de uma visão recriminadora de movimentos de mulheres,

---

(54) Idem, ibidem.

(55) De 20 a 25 de julho de 1921 ocorreu, na cidade de São Paulo, um encontro de professores, determinado pelo "Artigo 23 do Regulamento à Lei nº 1750, de 8 de dezembro de 1920", convocado pelo diretor geral da Instrução Pública, Guilherme Kuhlmann. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1920-1921. Directoria Geral da Instrução Pública, p. 366.

reivindicatórios e feministas, além de expressar que os papéis sociais do homem e da mulher são biologicamente determinados.

"Deixemos de parte toda essa questão de direitos, reivindicações e feminismo. Attendamos à natureza que, na organização e diferenciação orgânica de cada um estabeleceu as funções e as adaptações à vida". (57)

A educação a ser oferecida à mulher em escolas profissionais deveria, primeiramente, prepará-la como dona de casa e mãe de família e, num segundo plano, qualificá-la para atividades remuneradas. A partir do lar a mulher empreenderia intervenções que ressoariam muito além do circuito familiar, repercutindo na tarefa de construção da Pátria:

"Educando-se, ella adquire as qualidades precisas para armar o seu espirito e fazer-se cada vez melhor; elevar-se e comprehendêr a sua alta função social, as suas responsabilidades no magno problema da educação dos filhos, na orientação do esposo, no governo do lar, e na preparação dos cidadãos para a patria. Dirigindo o lar, a mãe de família, ella está no seu verdadeiro papel, no seu trono de magestade, onde, plasmando o carácter dos filhos, formando-lhes a alma, contendo e aconselhando o esposo, é causa de grandeza, de valor da sua patria". (58)

No entendimento de Aprígio, a maternidade, os afazeres domésticos e a condução do lar são atributos da

---

(57) Idem, ibidem.

mulher por razões biológicas, determinadas pela vontade divina, uma vez que "Ser mãe de família, dirigir o lar, é a missão que Deus lhe marcou". (59)

Entretanto, nestas formulações discursivas onde cruzavam-se perspectivas rationalizadoras, nacionalistas e corporativistas, no sentido de determinar papéis, funções e lugares sociais conforme traços psicobiológicos, chamam atenção ponderações que procuram articular o desempenho da mulher no lar aos movimentos operários:

"(...) quantas vezes os motins sociaes, as greves as lutas politicas nascem de pequenos problemas caseiros!

A. é um operario, ganha 6\$000 diarios. Sua mulher não conhece a economia domestica, ou não a pratica, e gasta 6\$500 ou 7\$000.

O homem no fim do mês vê que os seus ganhos não dão. Appela para o patrão, pedindo aumento. Esse, cujos lucros industriaes, lh'o não permitem, nega. O operario abandona o trabalho, vem para a rua, grita, junta-se aos criminosos, e, dari, nasce a multidão de seitas ou quejandos, seitas de bolchevistas, minimalistas, etc.". (60)

Analisando estas colocações, inferimos que traduziam preocupações de um grupo de educadores para a qual a

(59) Sem perder de vista a mulher solteira, Aprígio Gonzaga abriu um parênteses para dizer que a escola profissional também deveria se ocupar com as mulheres que opta ram pela vida celibataria, instrumentalizando-as para o provimento de suas próprias necessidades de subsistência, ao enfatizar: "A escola tem de encarar a mulher sob duas faces: a mulher casada e a solteira. Nessa inferência, organizar-se para que ella cumpra a sua missão - mãe de família, esposa, quando necessário fôr; trabalhadora, ao lado do homem, para se manter, sem dependencias ou humilhações". Idem, p. 384.

(60) Idem, p. 385.

reformulação da educação feminina era um dos caminhos para a reconstrução nacional. E esta proposta de imprimir um novo perfil ao ensino de mulheres, fez-se presente no interior da Escola Profissional Feminina, antes mesmo do projeto reformulador da Instrução Pública de São Paulo, elaborado por Sampaio Dória, converter-se em lei. Enquanto tal projeto era votado pela Assembléia Paulista, em dezembro de 1920, a cadeira de Economia Doméstica já se encontrava instalada na Escola, onde vinha funcionando desde setembro daquele ano. (61)

No entanto, se práticas em favor de uma nova concepção de educação de mulheres, notadamente em escolas profissionais, chegaram a ser implementadas pela Reforma Sampaio Dória, esta inovação — ao lado de muitas outras projetadas pelo referido Diretor da Instrução Pública —, não encontrou forças políticas suficientes para vigorar sistematicamente no transcorrer dos anos 1920 (62). Os esforços de Oscar Thompsom e Sampaio Dória, que acenavam para formação de uma "rainha do lar" via processo de escolarização, com base num ensino calcado em conhecimentos de higiene, puericultura, alimentação balanceada e num saber-fazer das atividades domésticas já direcionado por intenções racionalizadoras, expressavam anseios de um ainda restrito grupo de especialistas que, desde os anos 10, vinha discutindo novas maneiras de educar e formar cidadãos ordeiros, disciplinados e patriotas. Atribuindo a si mesmos o papel de

---

(61) Vide nota de rodapé nº 42.

(62) Cf. ANTUNHA, Heládio C.G. op. cit. e DÓRIA, A. Sampaio, op. cit.

condutores de um processo de modernização do país, os integrantes deste grupo minoritário tinham dificuldades em conseguir respaldo suficiente para implementação em larga e ordenada escala das medidas que propunham.

Tudo indica que, em relação à educação feminina, o ensino de Economia Doméstica não era socialmente reconhecido como fundamental, no decorrer dos anos 10/20, na Escola Profissional Feminina e na sociedade como um todo. Neste período, a partir do predomínio de uma perspectiva sócio-cultural que reconhecia e valorizava o saber-fazer doméstico construído nas vivências comunitárias, as atividades e os afazeres de dona de casa e mãe de família eram encarados como um mister que as moças "conheciam naturalmente" (63). E, porque se aprendia em casa as atividades em pauta, as meninas não tinham interesse em serem treinadas neste mister na Escola. Nesta, as mocinhas das camadas populares preferiam buscar habilitação em ofícios como corte e confecção, rendas e bordados, roupas brancas, chapéus, etc., que lhes garantiam a atribuição de uma profissão e de uma remuneração.

Com esta ótica, a Escola preocupava-se, nos anos 10/20, com a qualificação fabril da mão-de-obra feminina, de forma que todo os esforços da sua direção, neste período, foram canalizados no sentido de conseguir recursos financeiros, espaço físico e mestres que proporcionassem o aprendizado de artes e ofícios através das práticas de oficinas. Em virtude desta orientação de ensino, o preparo da

---

(63) Vide nota de rodapé nº 30.

mulher voltado às atividades do lar, no âmbito da Escola Profissional Feminina, restringira-se, nos anos 20, a discursos e tentativas mal sucedidas, que se concentraram nos primeiros anos desta década. Registros encontrados sobre a Escola, a respeito deste período, informam que o ensino da Economia Doméstica já se encontrava suspenso em 1924, enquanto que as demais cadeiras destinadas à formação geral das alunas, desenvolviam suas atividades, naquele mesmo ano, com carga horária reduzida. Pelo que se pode perceber, a intenção desta medida era ampliar as atividades de oficinas, para qualificar o maior número possível de interessadas. Em balanço sobre a trajetória desta Escola, ao comentar as dificuldades que ela enfrentara em 1924, devendo a precariedade do edifício e o excesso de alunas que o mesmo comportava, Horácio da Silveira, seu diretor em 1923, lembrou

"(...) a Directoria da Escola Profissional Feminina via, com pezar, o transtorno que o excesso de alumnas e a falta de espaço estavam causando ao ensino.

Por deficiencia de salas, aulas essenciaes como as de portuguez, mathematica e desenho technico, eram seriamente prejudicadas.

O ensino de economia domestica, por falta das accomodações necessarias, não podia ser desenvolvido". (64)

(64) Este comentário, mais do que indicar a precariedade da Escola em termos de espaço, permite visualizar que o próprio Horácio da Silveira atribuía a esta cadeira a finalidade de ministrar um ensino de menor importância, na medida em que não o incluiu no grupo das "aulas essenciaes". Esta visão depreciadora da parte do diretor da Escola, com relação à referida cadeira, torna-se mais significativa ao levarmos em conta que tal comentário foi emitido em 1931, dois anos depois de anunciar aos participantes da III Conferência Nacional de Educação que este ensino era "o principal da Escola". Escola Profissional "Carlos de Campos". São Paulo. 3ª Conferência Nacional de Educação 7-9-1929. São Paulo, página não numerada.

Tudo indica que esta situação perdurou até 1929.

Mesmo depois da criação dos cursos noturnos, em 1924<sup>(65)</sup> — tentativa da Directoria Geral do Ensino de equacionar melhor espaço escolar e demanda de vagas — , a direção da Escola Profissional Feminina insistira na postura de manter as cadeiras destinadas à formação geral funcionando em condições precárias, em benefício das atividades de oficina. No conjunto destas cadeiras, Economia Doméstica continuou sendo a mais prejudicada, visto que, em muitos momentos do período em questão, suas atividades foram suspensas. Informes sobre esta situação encontramos, mais uma vez, em referências de Horálio da Silveira, desta vez localizadas em seu relatório em torno dos trabalhos desenvolvidos na Escola, em 1929. Neste documento, o referido diretor comentou que a conclusão parcial do novo edifício escolar, alcançada neste mesmo ano, veio a normalizar a situação da Escola que

"por longos annos, vinha funcionando, por assim dizer, com meio tempo de serviço, e, por essa razão, com grande prejuízo, principalmente, do ensino do curso geral, constituído das seguintes matérias: português e educação moral e cívica, aritmética e geometria, desenho technico, plástica, e economia doméstica e puericultura. As alumnas, no regimen antigo, tinham por semana, apenas uma hora de aula dessas disciplinas, com exceção de

---

(65) "Em 1924, esta Directoria sugeriu ao governo do Dr. Carlos de Campos, por intermédio de seu ilustre secretário do Interior, a criação de um curso nocturno, para poder atender, ao menos em parte, aos reclamos da nossa população, sempre ávida de progresso. A medida foi promptamente aceita pelo governo, e posta em execução. Os logares do novo curso foram preenchidos imediatamente, ficando avultado numero de candidatas sem collocação.

Agora, eram pretendentes para os cursos do dia e para os da noite, ás centenas, que não podiam ser attendidas, por falta de logares". Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Histórico e organização actual. São Paulo, São Paulo Editora Limitada, 1931, p. 4.

economia domestica, que, por absoluta falta de espaço, nem siquer estava installada".<sup>(66)</sup>

Como se acompanha, medidas que traduziam pouco interesse da direção da Escola Profissional Feminina em relação às matérias de formação geral, foram mantidas no decorrer da segunda metade da década de 20. A fala acima não deixa dúvida que, no período em questão, os programas de ensino destinados à preparação da mulher para o lar constituíram-se nos conhecimentos menos valorizados na Escola.

A Reforma Pedro Voss<sup>(67)</sup>, promovida em 1925, no âmbito da instrução pública paulista e interpretada, na época, por adeptos de modernizações nas concepções pedagógicas, como uma reação à Reforma Sampaio Dória<sup>(68)</sup>, não alterou as condições de funcionamento da Escola. Lembramos, porém, que esta Reforma atingiu o ensino profissional através de duas medidas: uma constituiu-se na criação do cargo de inspetor especial, encarregado da inspeção de trabalhos manuais, enquanto a outra, tratou da criação do cargo de

(66) Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatorio dos Trabalhos Escolares em 1930. São Paulo, 1930, p. 1. Informamos que na realidade este relatório trata das atividades, desenvolvidas na Escola, no ano de 1929.

(67) Algumas informações a respeito do Decreto nº 3858, de 11 de junho de 1925, que redimensionou o ensino paulista e ficou conhecido como Reforma Pedro Voss, são encontradas na Revista Educação, Orgam da Directoria Geral da Instrucção Pública de São Paulo, Anno I, nº 8, agosto de 1925, a partir da página nº 92.

(68) Fernando de Azevedo, expoente do escolanovismo, teceu duras críticas à Reforma de Ensino de 1925, no Inquérito que organizara em 1926, em torno da Instrução Pública no Estado de S. Paulo. Referindo-se à Reforma Pedro Voss como "a mais nova no tempo e mais antiga no espírito", comentou que a mesma "Não se limitou a copiar a lei que regulava o ensino técnico e profissional: onde não copiou, piorou. As próprias idéias novas, mas desconexas, que se encontram nessa legislação retrógrada, nos deixam a impressão de que, apanhadas no ar, afi as deixou cair ou as manteve, sem a consciência do seu valor, a pena descuidada dos reformadores. Aliás, a Reforma de 1925 nunca aspirou a foros de idealismo, preocupada, como sempre esteve, a medir os horizontes do ensino pelo compasso que lhe deu essa mentalidade estreita cultivada no tradicionalismo roncense, no ramerrão burocrático e no materialismo de disputa de vantagens pessoais". AZEVEDO, Fernando de. A Educação na Encruzilhada. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1960, p. 174.

inspetor-médico escolar. Cabia ao ocupante deste cargo inspecionar a saúde dos alunos dos estabelecimentos públicos e particulares, promovendo para os mesmos, palestras sobre higiene geral. (69)

Se as medidas acima citadas não alteraram o perfil da Escola Profissional Feminina, destacamos, no entanto, que introduziram novos elementos nas relações de poder da comunidade escolar e no conteúdo do ensino oferecido pela Escola, cujas repercussões serão analisadas no próximo capítulo, onde tratamos de estratégias em torno da ordem, disciplina e hierarquia escolar.

### 1.2 - Legitimização de um perfil feminino

Conforme o que vimos, a Escola, no decorrer dos anos 20, no seu esforço em atender o crescente número de alunas que até ela acorram em busca de qualificação em artes e ofícios, optou em manter em funcionamento o maior número possível de oficinas em detrimento de estratégias pedagógicas, voltadas para formação de alunas enquanto donas de casa e mães de família.

No entanto, estas dificuldades não comprometeram o valor da Escola, sob o olhar vaidoso e regionalista do Governo e de setores que lhe davam sustentação, em clara indicação que as preocupações com a formação de "rainhas do lar" ainda não era valorizada. Tomada como instituição

---

(69) No registro de visita à Escola Profissional Feminina, deixado pelo médico-inspetor escolar, em 1925, lê-se o seguinte: "Inspecionei nesta data o 1º ano de Rendas e Bordados, o 2º de Chapéu e o 1º ano de Confecção fazendo preleção sobre higiene geral e distribuindo boletins médicos e de analyses". Escola Profissional Feminina da Capital. Livro de Registros de Visitas. São Paulo, 24 de março de 1925.

modelar, a Escola Profissional Feminina, para o orgulho do meio oficial paulista, era constantemente visitada por autoridades políticas e educacionais de diferentes pontos do Brasil, no ensejo de fundar em suas respectivas regiões estabelecimentos de ensino congêneres.<sup>(70)</sup>

Em outra perspectiva, o caráter modelar da Escola também se projetava através de sua presença constante em páginas de diversos jornais da Capital. Em extensos artigos fortemente marcados por tons apologéticos, a grande imprensa trazia a público os seus frequentes e diversos eventos, tais como, exposição anual de trabalhos feitos pelas alunas, reuniões sociais no seu salão de festa, comemorações cívicas, simpósios, visitas de personalidades, etc. <sup>(71)</sup>

Ainda na avaliação de ex-alunas, que lá estudaram nos anos 20 — Antonia Ramos, Iris Krauss e as irmãs Olga e Lina Vasquez <sup>(72)</sup> —, a Escola não deixara nada a desejar: era limpa, ordeira, contava com direção firme e mestras competentes, enquanto os cursos acenavam a futuros promissores. No entender destas ex-alunas, as precariedades,

(70) Esta colocação fundamenta-se na grande quantidade de registros deixados por visitantes que passaram pela Escola nas décadas de 10/20/30, provenientes de São Paulo e de outros Estados brasileiros. Estas anotações encontram-se dispersas em diferentes livros da Escola. Geralmente, no conteúdo destas notas, a Escola projeta-se como uma instituição modelo e São Paulo, como um Estado empreendedor, ávido de progresso e modernização. Em registro de impressões sobre a instituição educacional em pauta, assinado em 14 de março de 1913, Alexandrina — cujo sobrenome pareceu-nos ilegível — mencionou que, na condição de membro de uma comissão do Governo de Minas Gerais, estivera 6 dias na Escola "(...) para colher dados suficientes para a fundação ou criação de uma Escola similar na Capital de Minas Gerais". Em outra nota, deixada em 28 de outubro de 1921, Cândido Duarte, inspetor escolar de Recife, em comissão de Governo, após dizer maravilhas sobre a Escola, sob todos os aspectos, felicitava "(...) o glorioso Estado de São Paulo, pela sua obra maravilhosa, extraordinária patriótica da construção da nacionalidade, trajetória de amanhã". Livro Acta de Inauguração Oficial da Escola Profissional Feminina de São Paulo. Escola Profissional Feminina, São Paulo, páginas não numeradas.

(71) Observando o Livro de Recortes da Escola Profissional Feminina, percebe-se que vários jornais se ocupavam da mesma, tais como: "O Estado de São Paulo", "Correio Paulistano", "Commercio de São Paulo", "A Gazeta", "Diário da Noite", entre outros.

(72) Antonia Ramos frequentou a Escola de 1924 a 1926, cursando Corte e Confecção, Iris Krauss cursou Flores e Chapéus de 1927 a 1929 e as irmãs Lina e Olga Vasquez cursaram, respectivamente, Chapeus, Flores e Ornatos e Roupas Brancas, Rendas e Bordados, de 1928 a 1930. Depoimentos prestados em 1990.

acima apontadas, não prejudicaram o ensino que lá receberam, pois dirigiram-se a Escola em busca de qualificação em determinadas artes e ofícios, o que lhes foi assegurado com muita proficiência.

Remetendo-se ao período estudantil, estas ex-alunas recordaram-se que muitas educandas, suas contemporâneas, logo que diplomaram-se pela Escola, montaram, em seus respectivos domicílios, oficinas de costura, flores, chapéus, ornatos, etc. (73)

Visto por outro ângulo, este dado sugere que o conjunto de educandas dos anos 20 não era constituído apenas por meninas da classe operária, clientela para a qual se destinou a Escola ao ser fundada. Montar uma oficina própria implicava numa certa disponibilidade de recursos financeiros, o que certamente as famílias operárias não dispunham. Aliás, a origem social das ex-alunas Ramos, Krauss e Vasquez é um indicador seguro de que a Escola contava, no conjunto de sua clientela, com alunas oriundas de segmentos sociais mais abastados (74). Referindo-se à heterogeneidade social do corpo discente da Escola Profissional Feminina, Dona Antonia fez as seguintes considerações:

(73) A respeito deste fato, o diretor João Lourenço Rodrigues fez o seguinte comentário, em 1921: "Não faz ainda um mês, tratando de colher dados para responder a um questionário do Sr. Ministro da Agricultura, eu tive o ensejo de verificar (...) que um grande número de nossas diplomadas acham-se hoje collocadas nos melhores ateliers da nossa Capital, e outras abriram oficinas de costura, bordados, flores e chapéus, oficinas que vão prosperando (...) Eis o que explica o aumento sempre crescente de candidatas à matrícula em todos os cursos, mais de preferência no curso de confecções". Livro de Recortes. Escola Profissional Feminina. São Paulo, "Correio Paulistano", de 19 de dezembro de 1921.

(74) Antonia Ramos era filha de um pequeno proprietário de terras de Santa Rita do Viterbo (interior do Estado de São Paulo). A família transferiu-se para S. Paulo quando o pai faleceu. A mãe — viúva com 9 filhos —, vendeu as terras e comprou uma casa no Brás porque era um bairro "bem servido"; Iris Krauss era filha de alfaiate que trabalhava por conta própria, mantendo inclusive uma alfaiataria fora de seu domicílio e, Lina e Olga Vasquez eram filhas de pai que fazia representação comercial e de mão proprietária de uma pequena confecção para bebês.

"No meu tempo a condição social das alunas era bem diversificada. Havia meninas pobres, filhas de operários, como existiam também algumas meninas ricas filhas de empresários bem sucedidos, como era o caso das alunas Pignatari e Simão. Mas, a maioria, creio eu, vinha de famílias "remediadas". Muitas alunas eram filhas de pequenos comerciantes, proprietários de oficinas, funcionários públicos...".

Conforme ponderou esta mesma depoente, as "meninas ricas" iam para a Escola não em busca de profissão, mas de preparo para serem boas donas de casa.

"Naquele tempo não havia instituições do tipo Lareira. Então algumas famílias abonadas enviavam suas filhas à Escola Profissional a fim de que lá elas adquirissem conhecimentos úteis à dona-de-casa, como costurar, bordar, confecção de ornatos para o lar, etc."

Estas considerações, num momento em que a Escola ainda se norteava pela finalidade de qualificar mão-de-obra feminina, sugerem que determinadas famílias enxergavam-na como uma instituição capaz de contribuir na tarefa de fazer de suas filhas competentes donas de casa. Com relação aos planos que alunas oriundas destas famílias faziam para seu futuro, Da. Antonia comentou

"Pelo menos no meu grupo nós pensávamos em trabalhar por conta própria. Naquele tempo a moça que trabalhava fora de casa não era vista com bons olhos. Aquelas que se empregavam em ateliers e oficinas de bordados e confecção eram chamadas, pejorativamente, de 'costureirinhas'!".

Nesta fala vislumbra-se a existência de preconceito em relação ao trabalho feminino assalariado, na sociedade paulista daquele época. Moças "direitas" e de certa "classe" não trabalhavam fora de casa e, ~~caso fossem~~ chamadas a contribuir na renda familiar, seu trabalho, ainda que remunerado, deveria ser feito nas dependências do lar, sob o olhar atento da família. Ainda sobre esta questão, Dona Antonia relatou um incidente que permite dimensionar o nível de discriminação a que estavam sujeitas as mulheres que trabalhavam em fábricas. Contou que

"Uma tarde eu e minha mãe estávamos no portão de casa. Como já lhe disse nós morávamos no Brás, numa casa em que minha mãe comprou assim que vendeu a fazenda. Naquele horário, como ocorria todos os dias, os operários passavam em bandos — homens e mulheres, jovens e velhos —, pela nossa rua. Era hora de deixar o trabalho. Olhando p'ra eles, pensei que talvez fosse uma boa idéia eu também trabalhar numa fábrica porque assim eu poderia ajudar minha mãe nas despezas com a família. Eu sabia que ela vinha enfrentando dificuldades para nos sustentar — nossa família era composta por 9 filhos, a mãe, avô materna e uma tia solteira. Então, pensando em ajudá-la, sugeri que me autorizasse estudar a noite na Escola Profissional — eu estudava lá durante o dia — para poder trabalhar numa fábrica qualquer. Minha mãe ficou muito séria e em tom grave respondeu-me: — Nunca mais diga isso. A fábrica não é para você. Não é pelo trabalho, mas pelo meio que iria frequentar. Além do mais ninguém aqui vai trabalhar enquanto estiver estudando".

Certamente, a idéia que a mãe de Antonia Ramos fazia a respeito do meio fabril era de um "antro de

"perdição", lugar onde reinava a sujeira e a afronta aos valores morais vigentes. Esta visão desvalorizadora acerca do ambiente de fábricas era partilhada por grupos sociais dominantes e camadas médias, estando presente, inclusive, no imaginário de correntes anarquistas<sup>(75)</sup>. Daí, a reação da mãe ao pedido da jovem Antonia. Ainda que viesse enfrentando dificuldades financeiras não iria permitir que nenhuma de suas filhas fosse trabalhar num lugar impróprio para mulheres.

Decididamente, na visão de grupos mais abonados, a fábrica não era lugar para mocinhas de famílias honestas; perspectiva que permite virlumbrarmos o universo de tensões sócio-culturais que constituía a tão comentada Escola Profissional Feminina, do Brás.

Contudo, é importante não perder de vista que, durante os anos 20, embora a grande imprensa, educadores ligados ao meio oficial, autoridades políticas e alunas exergassem a Escola Profissional Feminina como uma casa de ensino modelar, esta, sob a ótica de especialistas adeptos de então modernas concepções pedagógicas, não passava de uma instituição retrôgada. No embate que acirrou-se no final desta década, entre tradicionais e modernas posturas político-educacionais, sobressaiu o escolanovismo de um grupo de educadores fortemente influenciado por postulados da racionalização. Conforme considerações de alguns estudos, a expansão do pensamento escolanovista em São Paulo,

---

(75) Cf. RAGO, Margareth. op. cit., Capítulo I - "Fábrica Satânica/Fábrica Higiênica" -, pp. 15-47.

acompanhou a difusão de métodos científicos de trabalho (76), nesta mesma região. Empenhados na formulação de um projeto educacional desde o final do anos 10, os chamados "pioneiros" tinham em vista uma profunda reformulação da instrução pública, de modo que o ensino tivesse aspectos, organização, fins, conteúdo e metodologia fundamentados em pressupostos da ciência, da técnica e da razão. Daí, as críticas contundentes destes educadores em torno do ensino vigente na época, no qual apontavam como principais defeitos o empirismo, a rotina, a ausência de métodos científicos, a inexistência de um sistema orgânico, coeso, construído em bases técnicas. Estas críticas, assim como as modernas propostas destes adeptos da "escola nova", são visíveis no Inquérito de 1926, em torno da instrução pública paulista, organizado por Fernando, a pedido de diretores do jornal "O Estado de São Paulo" (77). De acordo com Fernando de Azevedo, o Inquérito teve por objetivo sondar o nível de compreensão e o grau de aceitabilidade dos educadores da época, em relação aos ideais da escola nova. (78)

O instrumento em questão, que abalizou críticas em torno do ensino em vigor, deixou transparecer que, para o conjunto dos educadores que foram chamados a emitir suas

(76) Cf. ANTONACCI. A vitória da razão. (?). op. cit.; CARVALHO, Marta. op. cit. e MORNARCA, Carlos. Reinvenção da cidade e da multidão (...). São Paulo, Cortez, 1989.

(77) O Inquérito de 1926, em torno da instrução pública paulista, foi organizado por Fernando de Azevedo e patrocinado pelo jornal "O Estado de São Paulo". O Inquérito foi publicado pela primeira vez, como livro, em 1937, sob o título de "A Educação Pública em São Paulo". AZEVEDO, Fernando de. op. cit. (prefácio). Sobre este Inquérito ver CARDOSO, Irene. A Universidade da Comunhão Paulista. São Paulo, Cortez, 1983.

(78) Ao comentar os objetivos em torno do Inquérito, Fernando Azevedo salientou que as intenções "... no grande diário que dêle teve a iniciativa, foi tão somente apontar à atenção de todos alguns aspectos que poderiam passar despercebidos, como também proceder a uma sondagem sobre o grau de penetração e de difusão das idéias novas". AZEVEDO, Fernando de. op. cit., p. 21.

opiniões em torno de questões educacionais<sup>(79)</sup> — ainda que suas idéias não constituíssem um bloco monolítico —, havia unanimidade em caracterizar o ensino paulista da época como arcaico, sob todos os pontos de vista.<sup>(80)</sup>

O ensino profissional foi alvo de inúmeras críticas, como ocorreu com as demais modalidades de ensino. Nele, foram reconhecidos como falhas: falta de organização, corpo docente sem preparo adequado, finalidade do ensino descolada da realidade, ensino ministrado de forma rotineira, difusão de conhecimentos construídos empiricamente, etc. <sup>(81)</sup>. A respeito da instrução profissional feminina, o organizador do Inquérito apontou como defeito lamentável o direcionamento deste ensino à qualificação de mão-de-obra, descuidando-se, por completo, da preparação da mulher para o lar. Sob a ótica escolanovista, a educação feminina através da escolarização constituía-se numa finalidade de longo alcance social e de vital importância na tarefa de reorganização da sociedade, pensada em moldes técnico-racionalizadores e corporativistas. Ao concluir o capítulo do Inquérito que se ocupou da instrução profissional, Fernando de Azevedo tocou na questão de finalidade deste ensino para mulheres, fazendo um questionamento:

"Mas, se é necessário adaptar o sistema pedagógico ao conjunto do sistema social, não bastará perguntar,

(79) Causou-nos estranheza o fato de Aprígio Gonzaga e Horácio da Silveira — respectivamente diretores da Escola Profissional Masculina e Feminina — não terem sido chamados para prestar depoimentos no Inquérito, visto que ambos tinham uma larga experiência com a instrução profissional.

(80) Segundo Fernando de Azevedo, ainda que na leitura do Inquérito se vislumbrassem "concepções divergentes ou, no fundo, contraditórias", os depoentes foram unâmes em muitos pontos, de forma que o "triunfo da burocracia no ensino, o empirismo com que eram tratados problemas tão complexos, como os da educação, o caráter antiquado do sistema escolar sofreram uma carga cerrada de críticas as mais severas de todos os lados". AZEVEDO, Fernando de. op. cit., p. 22.

(81) Cf. AZEVEDO, Fernando. op. cit., Segunda Parte - "Ensino Técnico e Profissional".

como acabamos de fazê-lo, o que realiza a escola profissional pela agricultura, pela indústria e pelo comércio. É preciso saber também o que ela pode realizar e o que realiza em vista da família. O ensino doméstico deve penetrar não só nos institutos profissionais destinados à mulher, como em todos os estabelecimentos de ensino que lhes sejam reservados, a menos que o Estado reconheça mais útil preparar a mulher para qualquer profissão do que prepará-la para o lar...". (82)

Continuando suas considerações a respeito da educação de mulheres, Fernando de Azevedo explicitou que a dona-de-casa que tinham em vista formar passava por um processo educativo baseado nos conhecimentos de higiene, puericultura e alimentação racional.

"A aprendizagem de mãe-de-família com base na economia doméstica, na higiene, na química e na puericultura é obra de tamanho alcance social e econômico que dispensa demonstração de sua validade no plano de profilaxia rural no combate à mortalidade infantil e na implantação dos hábitos higiênicos em todos os meios sociais". (83)

Nesta consideração de Fernando de Azevedo, está presente a idéia que articula mortalidade infantil (sobre tudo no campo) à questão educacional. Sob esta ótica tecnicista, crianças morrem porque os pais desconhecem os procedimentos corretos a serem adotados para garantir a saúde e o desenvolvimento de seus filhos. Neste caso, a solução

(82) Idem, p. 179.

(83) Idem, ibidem.

proposta para este problema de dimensão social, justificado por uma educação falha, seria encontrada numa concepção de ensino de mulheres que tivesse em vista a preparação de donas-de-casa e mães-de-família que viessem a cuidar, scientificamente, de seus filhos, ministrando-lhes alimentação racional e incutindo-lhes novos hábitos de higiene. Este aprendizado ocorreria através de programas de educação doméstica, desenvolvidos nas diferentes modalidades de ensino.

Cobrando das autoridades governamentais paulistas as "nossas escolas domésticas especiais, de formação profissional", Fernando Azevedo atribuiu a falta das mesmas ao arcaísmo que caracterizava a Diretoria do Ensino Pú blico Paulista, identificando este aspecto retrôgado como um dos traços do descompasso do Brasil em relação aos países modernos.

"Ainda não chegou o tempo oportuno para organizar-las (as escolas de educação doméstica)... O velho relógio da direção do ensino, emperrado e dissonante, anda com atraso de quase meio século, marcando as primeiras horas de um crespúsculo matinal, sonolento e sombrio, enquanto por toda parte soam as horas vibrantes de um radioso esplendor de atividade idealista e empreendedora". (84)

Não cabe, neste trabalho, dimensionar a influência do Inquérito de 1926 sobre as decisões do Governo Paulista, no campo educacional. No entanto, sabemos que este projeto, patrocinado por um órgão de comunicação de peso político-cultural no cenário paulista da época, produziu

---

(84) Idem, ibidem.

ecos que ultrapassaram as fronteiras de São Paulo. Tomando "corpo em várias grandes reformas", no dizer do próprio Fernando Azevedo, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Paraná, etc. (85). Seu autor, pouco depois de concluir-lo, rumou para o Rio, a convite do Governo Federal (86), onde dirigiu e reformulou a instrução pública, oportunidade em que foram transformadas em medidas muitas das propostas defendidas no Inquérito.

A reforma de ensino em questão promoveu mudanças significativas na instrução profissional feminina. A criação de cursos para formação de professores e o vocacional — destinado a encaminhar as alunas à profissão certa —, tiveram em vista aperfeiçoar o processo de qualificação das educandas, segundo princípios técnico-científicos e racionalizadores. Mas a Reforma de ensino do Rio de Janeiro, promovida por Fernando de Azevedo, atribuiu a este tipo de instrução uma nova finalidade, a qual, inclusive, foi reivindicada com veemência no Inquérito de 1926: antes de capacitar a mulher para o trabalho remunerado, a escola passaria, a partir de então, a prepará-la para o lar. Desta forma, os estabelecimentos que oferecessem a instrução em pauta passariam a ministrar ensino de puericultura, química alimentar, higiene e economia doméstica, como programas obrigatórios a todas as alunas. (87)

---

(85) Idem, p. 27.

(86) "Mas quando julgava por terminada a minha tarefa na educação, recebia em janeiro de 1927 o honroso convite do Dr. Antonio Prado Jr., no governo do eminente brasileiro Washington Luis, para exercer, no Rio, o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública". Idem, pp. 25-26.

(87) Ao comentar a finalidade da introdução de programas de puericultura, química alimentar, higiene e economia doméstica em todos os níveis e modalidades de ensino, através da Reforma educacional que empreendeu no Rio, em 1928, Fernando de Azevedo esclareceu que "a reforma pretendeu não somente iniciar a mulher na vida e nas tarefas domésticas, como também apparelhal-as, por uma educação mais completa, em base científica, para a luta contra a mortalidade infantil, pela melhor preparação da mulher para a missão que deve desempenhar nos cuidados e na defesa higienica da criança. AZEVEDO, Fernando de. Novos Caminhos, Novos Fins. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1934. p. 156.

Processo semelhante ao deflagrado na instrução profissional para mulheres, no Rio de Janeiro, foi desencadeado na Escola Profissional Feminina de São Paulo, ainda no final dos anos 20. Sem dúvida, foi a partir deste momento e atingindo a década seguinte, que se aceleraram, na Escola Profissional Feminina, grandes mudanças acompanhando as reformas do ensino paulista e a dinâmica sócio-cultural de então.

A primeira medida levada a efeito apontando para transformações efetivas na concepção do ensino da Escola, vigente até então, ocorreu em 1929 e constituiu-se no redimensionamento da cadeira Economia Doméstica (parte da formação geral), que conforme vimos foi implantada com a Reforma Sampaio Dória, mas que, praticamente não funcionara até aquela data. Esta atitude "inovadora", por parte da direção da Escola, no sentido de difundir conhecimentos em torno de alimentação racional, com inclusão do estudo de química alimentar e de preceitos científicos a respeito da saúde da criança, ocorreu por ocasião da III Conferência Nacional de Educação, realizada em São Paulo<sup>(88)</sup>. Neste evento, onde Educação e Saúde estavam bem articuladas, como analisaremos no Capítulo III, foram debatidas inúmeras teses com a perspectiva de introduzir, de forma sistemática, a educação sanitária nas escolas em geral<sup>(89)</sup>. Era o em-

---

(88) Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo. 3ª Conferência Nacional de Educação 7-9-1929.

(89) As Conferências Nacionais de Educação eram eventos promovidos, anualmente, pela Associação Brasileira de Educação, fundada no Rio de Janeiro, em 1924. Referindo-se à ABE, Marta Chagas Carvalho lembrou que a mesma "(...) consolidou-se como entidade nacional quando, a partir de 1927, passou a promover as projetadas Conferências Nacionais. Isto é testemunhado por Fernando de Azevedo que, ao descrever o movimento educacional na década de 20, põe em relevo o papel da ABE em sua dinamização e expansão, afirmando que sua importância residiu em ter funcionado como 'força de aglutinação' dos esforços esparsos dos educadores que se vinham empregando na reforma dos sistemas estaduais de educação". CARVALHO, Marta M. Chagas

preendimento de sanear fisicamente, mentalmente e moralmente as camadas populares, que estava em curso e a criação da cadeira Economia Doméstica e Puericultura, na Escola Profissional Feminina, estava embutida neste processo.

No ano de 1929 também ocorreu a inauguração da construção parcial do novo prédio da Escola, em cuja edificação nota-se a influência das modernas normas de higiene e organização espacial, bem como das recentes propostas pedagógicas. Desenvolveremos, no capítulo seguinte, algumas considerações a respeito do novo edifício escolar, explorando sua dimensão disciplinadora.

Assim preparada, foi na primeira metade da década de 30 que a Escola Profissional Feminina sistematizou uma ampla reformulação — a nível administrativo, pedagógico e de concepção de ensino, por intermédio das reformas de 1931 e 1933, empreendidas, respectivamente, por Lourenço Filho e Fernando Azevedo. Em se tratando de educadores extremamente representativos do movimento escolanovista, as reformas por eles efetuadas levaram para dentro da Escola Profissional Feminina práticas em cujo conteúdo projeta a presença do ideário racionalizador e da exacerbada valorização da técnica e da ciência. (90)

Medidas implementadas na Escola pela Reforma Lourenço Filho e que apontaram nesta direção foram, por exemplo, a criação dos cursos Normal e o Vocacional, além da

---

(90) No Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, lançado em 1932, notamos uma influência muito forte do ideário da racionalização sobre o grupo de intelectuais que se colocou como a vanguarda do movimento escolanovista. Cf. A Reconstrução Educacional no Brasil - Ao povo e ao governo. São Paulo, Companhia Editora, 1932.

nova reorganização do ensino de economia doméstica e puericultura. Antes, porém, de comentar estas intervenções, lembramos que nesta ocasião a Escola perdeu o nome que adquirira em 1927 — Escola Profissional Feminina "Carlos de Campos" —, denominando-se, a partir de então, Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios. A intenção que determinou esta mudança foi adequar o nome da instituição ao seu novo perfil de ensino que passara, desde então, a oferecer. Sobre este aspecto, o diretor Horácio da Silveira prestou o seguinte esclarecimento:

"O nome da Escola foi substituído, porque a sua denominação actual bem diz da finalidade altamente educativa de nosso Instituto, enquanto que o nome antigo realmente traduzia o que representava o ensino profissional simples, que visava preparar obreiras e mestras para as fábricas, desatendendo-se, com visível dano, a parte educacional, que é de certo modo a mais importante". (91)

Ao comentar a Reforma de 1931, que reorganizou a Escola Profissional Feminina (92), Horácio da Silveira articulou-a ao Governo Provisório estabelecido pela "Revolução de 1930", reconhecendo-o como agente modernizador do Brasil, enquanto atribuía ao regime anterior a incapacidade de empreender tal iniciativa.

(91) Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios. Historico e organização actual. São Paulo, São Paulo Editora Limitada, 1931.

(92) "Por Decreto nº 4.929 - de 11 de Março deste anno (1931), este Estabelecimento passou por uma grande reforma, de extraordinarios resultados para os seus fins educativos". Idem, p. 10.

"Há muitos annos vinha a pratica mostrando a necessidade de ser este Estabelecimento melhor aparelhado para o desempenho da alta missão social e educativa que lhe está confiada, como escola padrão.

Coube ao patriótico Governo Provisorio, sempre solicitó em beneficiar todos os órgãos de progresso do nosso grandioso Estado, realizar as modificações de que esta Escola precisava". (93)

A implantação do curso Normal na Escola Profissional Feminina teve por objetivo formar "convenientemente" professoras para o magistério profissional feminino, levando em conta os preceitos da técnica, da razão e da ciência, assim como os valores morais vigentes — reivindicação que, desde algum tempo, vinha sendo manifestada por educadores mais críticos em relação às questões educacionais (94). No decorrer dos anos 30 apenas a instituição em pauta ofereceu o Curso Normal, fato que a tornou um centro irradiador do ensino profissional feminino para todo o território paulista (95). Muito otimista em relação ao novo curso implantado pela Escola Profissional Feminina,

(93) Idem, ibidem.

(94) No Inquérito de 1926 sobre a instrução pública de São Paulo, Fernando de Azevedo se referiu à situação do magistério do ensino profissional vigente à época, nos seguintes termos: "Quanto aos professores e mestres, esses ou são normalistas, com orientação pedagógica e preparo secundário (na melhor hipótese), mas sem conhecimento de qualquer arte industrial ou são especialistas em qualquer ofício ou arte industrial, mas sem os necessários conhecimentos pedagógicos para transmitir o ensino. Se a alguém escapa a gravidade do problema posto nestes termos, não surpreenderá ninguém estar ainda por estudar e resolver entre nós essa questão da formação técnica do pessoal docente". AZEVEDO, Fernando de. A Educação na Encruzilhada. op. cit., p. 125.

(95) Registros oficiais e depoimentos de ex-alunas confirmam que muitas das moças que diplomavam-se no Curso Normal da Escola Profissional Feminina dirigiam-se para o interior do Estado, para lecionar em escolas profissionais mixtas, ministrando aulas nos cursos de artes e ofícios destinados às meninas. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as irmãs Lina e Olga Vasquez — que dirigiram-se, respectivamente, para Sorocaba e Santos — e com Antonia Ramos que, concluído o curso em questão, foi lecionar na Escola Profissional Mixta de Mococa.

Horácio da Silveira desenvolveu as seguintes considerações:

"É um curso de mais de dois annos, em que os alunos diplomados no curso profissional encontram elementos para uma especialização mais intensiva, conjugada a desenvolvimento cultural de grande importância, porque fará da artífice uma verdadeira professora das artes profissionaes femininas, de modo a lhe dar diversas regalias, como a preferencia para a nomeação nas cadeiras vagas em todos os estabelecimentos profissionaes do Estado e, sobretudo, recursos para dirigir com grande proficiencia um curso de habilitação profissional". (96)

Não podemos perder de vista que o curso de formação de professores da Escola Profissional Feminina acabou por atender a elite de seu corpo discente, posto que um número significativo das alunas não conseguiam chegar até o fim do curso profissional<sup>(97)</sup> e, dentre aquelas que conseguiam concluir-lo, apenas uma minoria tinha condições de permanecer na Escola por mais dois anos, estudando em regime de tempo integral. (98)

O Curso Vocacional, obrigatório a todas as alunas, com duração de um ano, correspondia a uma fase prepa-

---

(96) Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Folha da Manhã", de 29 de março de 1936.

(97) Em seu relatório sobre as atividades desenvolvidas na Escola, durante o ano de 1929, ao justificar seu plano em torno da disseminação do ensino profissional através de "escolas baratas", Horácio da Silveira comenta que "Nas nossas escolas profissionaes difficilmente os alunos chegam a concluir o curso, conforme declararam os directores". Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatorio dos Trabalhos Escolares. 1930, p. 22.

(98) Indo de encontro a esta nossa afirmação, Horácio da Silveira, ao emitir comentário sobre o curso para formação de professores, lembrou que "Para as alumnas menos favorecidas pela fortuna, ha ocurso commun, com a duração de tres annos... Para as que queiram e possam se aperfeiçoar ha o curso normal, com mais de dois annos, que confere o título de professora, em artes e officios, com garantias officiaes para o magisterio nas escolas profissionaes (...)" Escola Normal Feminina de Artes e Officios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 19.

ratória na qual a educanda passava por todas as oficinas da Escola, executando tarefas dos diversos ramos profissionais femininos. A finalidade do mesmo era encaminhar a educanda ao ofício que mais combinava com suas aptidões. Dada a dimensão disciplinadora deste curso, achamos pertinente desenvolver algumas considerações a respeito do mesmo, no segundo capítulo deste trabalho.

A reforma de 1931, promovida na Escola de Profissional Feminina, também efetuou novos ajustes no ensino de economia doméstica, que já vinha sendo reformulado, desde 1929. Tendo em vista a nova concepção de ensino em vigor na Escola — qualificar a mulher para o trabalho remunerado sem descuidar do seu papel de dona de casa e mãe de família —, o programa de puericultura foi enriquecido com novos conhecimentos em torno de alimentação, higiene e desenvolvimento da criança, segundo normas racionais e científicas.

Sem dúvida, a medida mais inovadora no campo do ensino em questão, introduzida na Escola por ocasião da Reforma de 1931, foi a criação do Dispensário de Puericultura. Criado no recinto escolar, o Dispensário era mantido com os recursos da própria Escola e sob orientação do Serviço Sanitário. Prestando um amplo serviço de assistência a crianças pobres do bairro, o Dispensário de Puericultura visava possibilitar às alunas do estabelecimento de ensino, em estudo, o exercício de observação e da prática, no campo da Puericultura<sup>(99)</sup>. Conforme poderá ser observado

---

(99) Cf. SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de Educação Profissional", in: Revista do IDORT, São Paulo, num. 24, Dezembro de 1933, pp. 278-282.

no Capítulo III, o Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina fora tomado como modelo para a criação de instituições congêneres anexas a estabelecimentos educacionais, de diferentes modalidades de ensino.

Com a vigência do Código de Educação de 1933 — conjunto de medidas baixado pela reforma de ensino empreendida neste mesmo ano, no Estado de São Paulo, por Fernando de Azevedo (100) —, a Escola recebeu a denominação de Instituto Profissional Feminino. Novas mudanças foram operadas na Escola: a partir de então, o curso profissional, que foi promovido a nível de segundo grau, passou a ter a duração de três anos, sendo precedido pelo Curso Vocacional, que se estendia por um ano. Ainda sob orientação deste Código, instrumento homogeneinizador do ensino paulista, foi criado, no instituto educacional em pauta, curso destinado a preparar professoras na área de Educação Doméstica (101), fato que expressa a importância que este ramo do ensino adquirira perante os olhos do grupo de especialistas que estava à frente do Departamento de Educação de São Paulo, naquele momento. Se a preparação da mulher para o lar passara a ser atribuição até mesmo das escolas profissionais, tornou-se necessário criar mecanismos que resultassem na formação de especialistas que viriam a educar convenientemente as moças no desempenho da maternidade e das tarefas domésticas.

(100) "O Código de Educação de 1933 vem em resposta, a nível institucional, ao debate que atravessa os meios intelectuais do país, sobre a questão da racionalização ou sobre o 'melhor modo possível de produzir', que economize tempo, dinheiro e evite o desperdício de recursos (meios) para se atingir o fim. Na educação, este debate se cristalizou no Código". RIBEIRO, Maria Alice Rosa, op. cit., p. 145.

(101) Governo do Estado de São Paulo. Coleção de Leis e Decretos 1933, p. 361.

Sem alterar o perfil que adquirira no início dos anos 30, a Escola passou a oferecer à população de São Paulo, a partir de 1939, mais dois cursos: Dietética para Domésticas-de-Casa e Técnicas em Alimentação<sup>(102)</sup>. O primeiro, organizado como curso livre, tinha por meta levar às moças e mães-de-família, de diferentes condições sociais, preocupações e conhecimentos em torno da alimentação racional. Já o curso de Técnicas em Alimentação, com nível de segundo grau, fora previsto para qualificar a mão-de-obra feminina no campo da dietética. Registraramos que este curso, conforme depoimento do Dr. Pompeo do Amaral, foi pensado como uma estratégia a favor da racionalização da alimentação popular, posto que a principal expectativa em torno do mesmo era de que as técnicas que ele viesse a formar deveriam atuar em restaurantes de fábricas e de instituições diversas, orientando o preparo da alimentação balanceada a ser oferecida aos trabalhadores. Segundo a fala deste mesmo especialista, a proposta de intervenção em restaurantes populares, através das técnicas em alimentação, não encontrou o necessário respaldo político, fato que conduziu-a ao insucesso, reduzindo o campo profissional das profissionais formadas pelo curso em questão.

Importa saber que desde os primeiros momentos de funcionamento dos dois cursos, a Superintendência do Ensino Profissional e Doméstico<sup>(103)</sup>, sob a direção de Horácio

(102) AMARAL, Francisco Pompeo do. Aula inaugural dada pelo Dr. Francisco Pompeo do Amaral, medico-chefe da Superintendencia do Ensino Profissional, em 17 de maio de 1939, durante a cerimonia de abertura dos Cursos de Dietética no Instituto Profissional Feminino da Capital. Santos, Instituto D. Escolastica Rosa, 1939.

(103) A Superintendência da Educação Profissional e Doméstica foi criada por intermédio do Decreto nº 6.604, de 13 de agosto de 1934 e instalada junto a Escola Profissional Feminina. Foi nomeado superintendente o diretor do mesmo estabelecimento de ensino, professor Horácio A. da Silveira, que acumulou estes cargos até 1938. Nesta data ele deixou a direção da Escola, continuando à frente da Superintendência até os anos 40.

da Silveira, demonstrou maior interesse pelo Curso de Dietética para Donas-de-Casa, pois o mesmo ia ao encontro da preocupação que norteava a concepção de ensino da **Escola Profissional Feminina**, naquele momento: a formação da mulher para o lar.

Pensando sobre estas considerações que fizemos em torno da trajetória da **Escola Profissional Feminina**, destacamos que a intenção do Governo do Estado de São Paulo ao fundá-la, na década de 1910, expressou sua decisão de interferir no processo de qualificação da mão-de-obra, tendo em vista formar um trabalhador ordeiro e patriota. Os trabalhadores de então, imigrantes e proprietários dos processos de saber-fazer, dado suas capacidades de mobilização, tornaram-se inconvenientes a interesses patronais e à ordem social vigente.

Atentando para o ensino ministrado pela **Escola**, em suas três primeiras décadas de funcionamento, percebemos que foi norteado por diferentes concepções de ensino, expressando distintas expectativas em torno da formação de mulheres. As reformulações quanto às finalidades do ensino profissional feminino, efetuadas na **Escola**, nos anos 20/30, permitem visualizar a dinâmica de relações sociais e de gênero na sociedade paulista de então. Enquanto que na década de 10 era legitimada pela sociedade a formação feminina empreendida no lar, no final dos anos 20 e, com mais ênfase na década seguinte, assistimos agentes sociais e o Estado preocupando-se e intervindo nesta questão, encarregando órgãos governamentais de coordenar, através de uma escolarização, o processo de formação de mulheres, mediante nova

concepção de ensino. Esta, introduzia um saber-fazer doméstico técnico-científico, novos valores morais e uma outra forma de pensar o próprio corpo, redimensionando os papéis da mulher na vida privada, no mundo da produção e na sociedade como um todo. Nos projetos de reordenamento social, de feição corporativista, encaminhados nos anos 20/30, a mulher fora idealizada nos moldes de "rainha do lar" e "guardiã do futuro", zelando, a partir de sua atuação no espaço doméstico, pelo futuro da nação. (104)

Como oportunamente apontam reflexões de SCOTT, "O conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres foi bem observado, mas não estudado a fundo". (105)

---

(104) Sobre esta dimensão histórica da mulher como "guardiã do futuro", ver REIS, Maria Cândida. Tessitura de destinos ... . op. cit.

(105) Ao fazer considerações sobre intervenções do Estado no modo de ser das mulheres, Joan Scott considerou que "Estas ações e sua programação têm pouco sentido nelas mesmas; na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres. Estas ações não podem adquirir um sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder". SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in: Educação & Realidade, op. cit.

## CAPÍTULO II

### DISCIPLINANDO A COLMÉIA

"As abelhas e as formigas descobriram a hierarquia e a disciplina antes do homem e, além disso, respeitam-nas até hoje". (Aldo Mario de Azevedo, IDORT, 1935)

Estudando a documentação correspondente às três primeiras décadas de funcionamento da Escola Profissional Feminina encontramos, em seu conteúdo, significativas atenções em torno de questões de ordem, disciplina e hierarquia escolar. Fontes como Livro de Recortes, Livro de Visitas, Livro de Despesas e Acta de Inauguração Offical da Escola exibem observações, exaustivamente repetitivas, exaltando a competência de sua direção e corpo docente, o aspecto ordeiro da Escola, assim como a conduta disciplinada e labiosa das alunas. Ao mesmo tempo, percebemos que as estratégias utilizadas na Escola, em torno de questões disciplinares, alteraram-se, recriando exercícios de poder no período em pauta. Tendo em vista esta dinâmica, vislumbramos possibilidades de recuperar dimensões do cotidiano escolar deste estabelecimento de ensino, apreendendo suas tensões e configurações em duas fases distintas: a que corresponde aos anos 10 e a que se refere à década de 30. No decênio intermediário, notadamente em sua primeira metade, predomínaram perspectivas disciplinadoras que vigoravam desde a década anterior, acrescidas porém, de alguns dispositivos inovadores.

#### 2.1 - Instrumentos formais de controle: regulamentos escolares e estrutura hierárquica

O material que possibilitou a compreensão de mecanismos de adestramento adotados na Escola Profissional Feminina, nos anos 10, constitui-se num conjunto de regulamentos elaborados pelos diretores da época <sup>(1)</sup>. Curiosa-

---

(1) De acordo com o parágrafo 14º, do artigo 5º, do decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, cabia ao diretor "Organizar o regimento interno da Escola". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 21.

mente, esses regulamentos encontram-se registrados no meio de anotações de contabilidade<sup>(2)</sup>, sugerindo que a concepção de ordem e de disciplina da época, presente nas atividades administrativas da Escola, estava diretamente associada à produtividade de suas oficinas. As anotações que ocupam as onze primeiras folhas do livro estão distribuídas no tempo, havendo, algumas vezes, um intervalo de anos entre uma e outra recomendação disciplinar.<sup>(3)</sup>

Estes regulamentos internos, elaborados na década de 10, deixam transparecer propósitos do diretor no sentido de constituir-se em figura onipresente na comunidade escolar, na medida em que se empenhava em exercer um vigoroso e irrestrito controle de seus tempos e espaços, através de mecanismos disciplinadores de natureza coercitiva, interferindo em todo e qualquer tipo de questão ligada à Escola. Neste sentido, competia ao diretor, desde tomar ciência do comparecimento com atraso de alunas à Escola, decidindo se as mesmas, nesta circunstância, entrariam ou não em sala de aula<sup>(4)</sup>, até deliberar sobre a conveniência de uma professora falar com sua colega, ou com uma aluna que não pertencesse a sua oficina, durante o horário de

(2) Localizamos no livro intitulado Despesas de prompto pagamento de "Espediente e Oficinas", da Escola Profissional Feminina, recomendações disciplinares elaboradas pela direção e destinadas às alunas e às professoras.

(3) Os regulamentos disciplinares encontrados no material acima citado correspondem ao ano de 1911, sendo os mesmos referendados e ampliados em 1912, 1914 e 1918. Os dispositivos em questão referentes às três primeiras datas foram elaborados pelo primeiro diretor da Escola — Miguel Carneiro Júnior —, enquanto que os de 1918, por José Carneiro da Silva, professor que dirigiu a Escola Profissional Feminina, em comissão, de 1916 a 1919. Escola Profissional Feminina. Despesas de prompto pagamento de "Espediente e Officinas". São Paulo, folhas 1-11.

(4) "As alumnas devem comparecer ao trabalho escolar às 10h 45, e quando chegarem tarde devem comparecer ao escriptorio do Director para que este tome conhecimento de sua entrada tarde e as admitta ou não ao trabalho nas officinas, conforme julgar conveniente". Idem, folha nº 1, grifo conforme texto original.

trabalho. (5)

Esta minuciosa preocupação, por parte daqueles que ocupam cargos de mando na hierarquia de uma determinada instituição, já foi objeto de reflexão para Foucault, ao alertar para o sentido de controle inherente a atenções para com elementos insignificantes, detalhes na vida de uma instituição. Segundo este estudioso das práticas do poder, estes pormenores constituíram-se, desde há muito tempo, em importante campo de intervenção, já que tudo deve ser submetido a uma vontade e nada pode escapar às formas de treinamento onde a base é a submissão. (6)

A disciplina imposta às alunas da Escola Profissional Feminina, através das normas mencionadas, em nada perde àquelas dos mosteiros, das fábricas e da caserna, tamanho é o seu rigor. Sempre sob o olhar atento das professoras, as alunas eram submetidas a uma vigilância ininterrupta: durante o trabalho das oficinas; no pátio, corredores e banheiros; nos percursos oficina/pátio, pátio/portão de saída. Assim, a disposição nº 3, do regulamento disciplinar de 1911, destinado ao corpo docente, determinava que:

"As Sras Professoras devem acompanhar as alumnas, das respectivas officinas até o recreio, — assim como devem recebel-as após o

- 
- (5) "As Sras professoras e auxiliares que precisarem, durante as horas letivas, falar com alguma colega, alumna de outra officina ou qualquer empregado da Escola de verão, antes disso, pedir a necessária autorização á directoria ou á sua auxiliar, de acordo com a recommendação já feita". Item nº 5 das normas disciplinares destinadas ao corpo docente e formulados em março de 1918.
- (6) "... todo detalhe é importante, pois aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe e nada é tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares. Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam-se localizar, sem dificuldades, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalidades de treinamento". FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1988, pp. 128-129.

recreio e acompanhá-las até a classe ou officinas. Ao terminarem os trabalhos diários as Sras Professoras devem acompanhar as alumnas até a escada de saída do terraço exterior, afim de zelar pela disciplina e boa ordem da saída". (7)

Atentando para a prescrição que coordenava o deslocamento das alunas no espaço escolar, percebemos, no conteúdo da mesma, firme determinação, da parte de quem estava no comando da Escola, de "domar" os arroubos juvenis das educandas, por intermédio da militarização de seus passos.

"Nas saídas das officinas para o recreio e na volta do recreio para as officinas; — na terminação dos trabalhos diários, como em todas as ocasiões que as alumnas tenham de sair ou voltar junctas para as officinas, devem caminhar a passo isoladamente e em perfeito silêncio". (8)

Ainda sob a ótica de Foucault, esta vigilância ostensiva é um componente de fundamental importância no domínio dos efeitos de poder, visto que "(...) o exercício disciplinar supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo de olhar" (9). E, na Escola Profissional Feminina, a prática deste "jogo" dava início às atividades escolares, pois determinava a direção que:

"As Sras Professoras devem comparecer 15 minutos antes da hora marcada para começo dos trabalhos

(7) Despesas de prompto pagamento... op. cit., folha nº 3.

(8) Item nº 12 do regulamento disciplinar de 1911, destinado às alunas. Idem, p.2, griffo conforme texto original.

(9) FOUCAULT, Michel. op. cit., p. 153.

(10,45), afim de assistirem á entradas das alumnas". (10)

Mesmo durante o recreio, as alunas não escapavam à vigilância das professoras que, através de olhar atento, procuravam regular manifestações espontâneas das alunas, quando estas encontravam-se em momento de descanso, uma vez que, de acordo com o item nº 10 do regulamento a ser observado pelo corpo docente

"Durante o recreio as alunas devem ficar sob imediata fiscalização das professoras (...)"(11)

Pelo exposto, podemos inferir que estas normas de conduta voltadas para um controle encadeado de professoras/alunas comportavam a intenção de domesticar atitudes e corpos, adestrando seus gestos, movimentos e até mesmo necessidades fisiológicas. Tanto que, estudando em período integral, as alunas só tinham direito de sair da oficina no máximo duas vezes por dia, "sendo uma no primeiro período do dia escolar e a outra, no segundo" (12). Apreendemos, neste ordenamento que trata das saídas das alunas durante o expediente de trabalho, preocupações no sentido de evitar condições favoráveis para que se reunissem no único lugar que escapava ao exercício de vigilância das mestras: — o banheiro, na medida que o diretor recomendava que

(10) Item nº 1 do regulamento disciplinar de 1911, destinado às professoras. Despesas de prompto pagamento..., op. cit., p. 3.

(11) Idem, p. 4.

(12) Item nº 8 do conjunto de regras disciplinares de 1911, destinado às alunas. Idem.

"Só poderá sahir fôra uma alumna de cada vez". (13)

Quanto à saída antecipada de alunas, do estabelecimento de ensino, motivada por súbito mal-estar, previa o item 6 do regulamento:

"As alumnas que, por motivo de incommodo repentina precisarem retirar-se antes de terminados os trabalhos, só poderão fazel-o com licença do director e deverão trazer, no primeiro dia de comparecimento após a licença, uma justificação dessa licença". (14)

Tentando aprofundar a compreensão do sentido destas regras disciplinares, ainda podemos analisar a distribuição das alunas no espaço escolar. De acordo com as disposições regulamentares, observamos que as prescrições não se limitavam às oficinas, quando então as alunas eram divididas de acordo com o ofício escolhido. Também eram distribuídas pelo espaço onde poderiam desfrutar de um mínimo de privacidade, conforme evidencia o item 9, das normas disciplinares de 1911, que estipulava:

"As alumnas só devem utilizar-se da privada que está designada para sua officina". (15)

Nesta pirâmide de ordenamentos e obediências o

---

(13) Idem, folhas nº 1-2.

(14) Idem, folha nº 1.

(15) Idem, folha nº 2.

corpo docente, encarregado das práticas de controle sobre as alunas ainda tinha, sob sua responsabilidade, a conservação dos materiais e instrumentos de trabalho, patrimônio do Estado; a manutenção da ordem na Escola; o ensino de determinados ofícios manuais (rendas, bordados, flores, chapéus, corte e confecção) e a projeção nas alunas, de determinados hábitos, atitudes e valores. Cortesia, pontualidade e frequência eram atitudes cobradas das mestras de forma insistente e rigorosa, pois esperava-se que a conduta profissional destas viesse a influenciar na formação das meninas, em sua maioria futuras trabalhadoras do setor fabril. No item nº 7, do regulamento imposto em 1911 ao corpo docente, o diretor da Escola expressava enfaticamente o que era esperado das alunas, em termos de atitude, por intermédio da ação pedagógica:

"O regimen disciplinar deve ter como base fundamental o princípio de responsabilidade. As Sras Professoras devem, pois, procurar desenvolver e robustecer no espirito de suas alumnas a noção de responsabilidade. Que cada alumna tenha noção clara da sua responsabilidade e saiba assumir a responsabilidade de seus actos.

Tal é o princípio de disciplina moral e educativa que a Directoria deseja, se estabeleça nesta Escola". (16)

Fica evidenciado que as relações professora/aluna estavam sujeitas a intervenções de caráter disciplinador, perspectiva que torna-se explícita quando os regula-

---

(16) Idem, p. 3. Grifos conforme texto original.

mentos se referiam a esta questão, orientando as mestras para que tratassem as alunas com polidez e afeição, cuidando para que não se desenvolvessem, entre ambas, fortes laços afetivos.

"As Sras Professoras devem tratar todas as alumnas com igual criterio disciplinar e com a maxima delicadeza e affectuosidade, não lhes permitindo, entretanto familiaridades ou intimidades prejudiciaes". (17)

Se a leitura dos regulamentos sugere que professoras e educandas estavam sujeitas a um austero regime disciplinar, também permite pensar na possibilidade de um certo nível de desobediência na conduta das mesmas, em relação ao disposto, uma vez que muitas das regulamentações parecem não terem sido rigorosamente observadas, levando o diretor da Escola a referendá-las com frequência, no decorrer dos anos 10 (18). Visto sob este prisma, torna-se muito significativo o teor das insistentes recomendações a respeito da fiscalização que as professoras deveriam exercer sobre as alunas, durante o recreio, fazendo supor que estas não eram tão submissas e nem aquelas tão empenhadas no exercício da vigilância.

"As Sras Professoras devem fiscalizar regularmente e effectivamente o recreio nos dias que

(17) Idem, ibidem.

(18) Recomendações às professoras, no sentido de que "O 'ponto' será encerrado invariavelmente as 11 horas do dia. Sujeitam-se a 'falta' as sras professoras que chegam depois desta hora, pelos relógios da Escola", repetem-se no decorrer dos anos 10, sugerindo frequentes atrasos das mestras. Já a obstinada cobrança da Direcção, no sentido de que o corpo docente exigisse das alunas "fiel observância quanto lhes diz respeito", faz pensar

para isso lhes são designados, mantendo a ordem entre todas as alumnas e comunicando à Directoria todas as occorrencias sobre as quaes seja necessário tomar qualquer providência". (19)

De outra parte, o contínuo processo de avaliação estabelecido pelo Decreto nº 2118-B (20) e que parece ter vigorado na Escola Profissional Feminina durante a década de 10, seguramente consistia em mais um pretensioso mecanismo disciplinador, na medida que, para uma aluna passar para a série seguinte contabilizavam, além de seu desempenho nos trabalhos de oficina, sua frequência e conduta na Escola. De acordo com este mesmo decreto, as mestras, mediante estes requisitos, atribuiam classificações a suas alunas, cujos valores eram apresentados ao diretor, no final de cada mês, para que este calculasse as notas mensais e a média geral (21). No entanto, parece que, com o passar dos anos, a tarefa de avaliar mensalmente as alunas, nos aspectos aplicação e comportamento, tornou-se uma atribuição das professoras, pois uma orientação transmitida ao corpo docente, em 1918, determinou que este lançasse

"Semanalmente no 'livro de chamada', na columna relativa aos domingos as notas de applicação e comportamento das alumnas, fazendo, logo, que

(19) Esta recomendação foi dirigida aos professores em duas ocasiões, uma não datada e a outra em 10 de fevereiro de 1914. Idem, folhas 6 e 8.

(20) O artigo 20 do Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, que organizou as duas primeiras escolas profissionais da Capital, determinava que "Os mestres apresentarão ao diretor, no fim de cada mês, as classificações obtidas pelos alunos, não podendo ter cada aluno menos de 3 notas para cada média de aplicação". In LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 123.

(21) O artigo 17, do Decreto nº 2118-B, estabelecia que "O diretor dará mensalmente notas das faltas de comparecimento, da conduta e aplicação dos alunos, bem como a média geral de sua classificação, no fim do ano letivo". Idem, p. 122.

para isso lhes são designados, mantendo a ordem entre todas as alumnas e comunicando à Directoria todas as occorrencias sobre as quaes seja necessario tomar qualquer providênciia". (19)

De outra parte, o contínuo processo de avaliação estabelecido pelo Decreto nº 2118-B (20) e que parece ter vigorado na Escola Profissional Feminina durante a década de 10, seguramente consistia em mais um pretensioso mecanismo disciplinador, na medida que, para uma aluna passar para a série seguinte contabilizavam, além de seu desempenho nos trabalhos de oficina, sua frequência e conduta na Escola. De acordo com este mesmo decreto, as mestras, mediante estes requisitos, atribuíam classificações a suas alunas, cujos valores eram apresentados ao diretor, no final de cada mês, para que este calculasse as notas mensais e a média geral (21). No entanto, parece que, com o passar dos anos, a tarefa de avaliar mensalmente as alunas, nos aspectos aplicação e comportamento, tornou-se uma atribuição das professoras, pois uma orientação transmitida ao corpo docente, em 1918, determinou que este lançasse

"Semanalmente no 'livro de chamada', na columna relativa aos domingos as notas de applicação e comportamento das alumnas, fazendo, logo que

(19) Esta recomendação foi dirigida aos professores em duas ocasiões, uma não datada e a outra em 10 de fevereiro de 1914. Idem, folhas 6 e 8.

(20) O artigo 20 do Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, que organizou as duas primeiras escolas profissionais da Capital, determinava que "Os mestres apresentarão ao diretor, no fim de cada mês, as classificações obtidas pelos alunos, não podendo ter cada aluno menos de 3 notas para cada média de aplicação". In LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 123.

(21) O artigo 17, do Decreto nº 2118-B, estabelecia que "O diretor dará mensalmente notas das faltas de comparecimento, da conduta e aplicação dos alunos, bem como a média geral de sua classificação, no fim do ano letivo". Idem, p. 122.

terminar o mez, o calculo das respectivas médias, na forma verbalmente explicada pela directoria". (22)

Ao infringir normas disciplinares, as alunas ficavam sujeitas a penalidades que iam da advertência à expulsão (23). Como um dos sintomas do caráter fabril deste ensino e de sua preparação de ordeiros trabalhadores, o extravio de instrumentos de trabalho era um dos atos que podia resultar em expulsão, conforme o regulamento disciplinar destinado às alunas, de 1911. (24)

A estrutura hierárquica predominante na Escola Profissional Feminina, nos anos 10, em conformidade com o Decreto nº 2118-B, era bastante simples: a nível pedagógico, o diretor encontrava-se no topo da hierarquia, fazendo chegar suas ordens até a base — o corpo discente —, de forma direta ou por intermédio das professoras. A nível administrativo, o diretor contava com seus subalternos imediatos o zelador e os serventes. (25)

(22) Despesas de prompto pagamento... op. cit., folhas nºs 10-11.

(23) De acordo com o artigo 18 do Decreto nº 2118-B, "Os alunos ficam sujeitos às penas de admoestaçāo, repreensāo, suspensāo até 15 dias e expulsāo, conforme a gravida- de da falta". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 122.

(24) O item 11, do regulamento disciplinar destinado às alunas, estabelecia que "O material, utensílios e instrumentos de trabalho das officinas ficam entregues á res-ponsabilidade das alumnas, que devem zelar pela sua conservação. Si por ventura se der o desaparecimento de qualquer objecto e poder verificar-se qual a alumna res-ponsável por esse facto, essa alumna será eliminada da Escola". Despesas de promp-to pagamento... folha nº 2.

(25) "Artigo 5 - O pessoal de cada uma das escolas constará de:

- a) um Diretor;
- b) um professor de matemática (para a Escola Masculina);
- c) um professor de desenho;
- d) um professor de datilografia (para a Escola Feminina);
- e) um mestre para cada oficina;
- f) um zelador;
- g) dois serventes.

§ 1º - O diretor será nomeado pelo Presidente do Estado, e o zelador pelo Secretário do Interior.

Os professores e os mestres serão contratados pelo Secretário do Interior, por tempo que convier.

Os serventes serão contratados pelo diretor, com aprovação do Secretário do Interior, por tempo indeterminado". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 120.

O diretor escolar, que a partir de 1913 passou a contar com uma auxiliar<sup>(26)</sup>, mantinha relação direta com o Secretário do Interior<sup>(27)</sup>, prestando-lhe conta dos trabalhos realizados e das ocorrências sucedidas no recinto escolar, assim como propondo-lhe melhorias para o estabelecimento de ensino.<sup>(28)</sup>

Desde o ano de 1913, assim como o diretor, cada mestra de oficina já contava com uma auxiliar<sup>(29)</sup>, em sintomática divisão de funções e crescente complexidade da hierarquia escolar. Conforme sugere a leitura de uma recomendação disciplinar feita em 1914 aos professores, a postura das auxiliares nas atividades pedagógicas nem sempre era uníssona, resultando na emissão de ordens e contra-ordens no interior das oficinas. Para contornar mais este desajuste e resguardar a autoridade do diretor como única fonte de poder, o item 6, do conjunto de recomendações disciplina-

- (26) Localizamos esta informação no Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913 (p. 83), onde Joanna A. de Oliveira aparece como auxiliar de direção da Escola Profissional Feminina. Parece-nos um dado interessante este desdobramento do cargo de diretor, em uma outra função preenchida por uma mulher. Nesta medida, de caráter administrativo, talvez estivesse presente em seu conteúdo intenções de contornar dificuldades disciplinares numa comunidade escolar onde apenas o diretor, o zelador e um servente eram do sexo masculino.
- (27) Durante os anos 10/20, a Directoria Geral da Instrução Pública fizera parte da Secretaria do Interior, saindo deste órgão logo após a instalação do Governo Provincial, que criou a Secretaria de Educação e da Saúde Pública.
- (28) Destacamos aqui alguns ítems do artigo 6º, do Decreto nº 2118-B, que trata dos atos que competem ao diretor, os quais registram a relação direta entre direção escolar e o Secretário do Interior.
- "7º - Propor ao Secretário do Interior todas as medidas que entender convenientes à Escola;
- 8º - Impor, de acordo com o Secretário do Interior, penas disciplinares aos professores, mestres e empregados da Escola;
- 12º - Apresentar, trimestralmente, ao Secretário do Interior um balancete dos produtos de trabalhos da Escola;
- 13º - Adquirir, com autorização do Secretário do Interior, o material necessário às oficinas e expedientes;
- 16º - Apresentar, anualmente, ao Secretário do Interior, um relatório circunstanciado dos trabalhos escolares". LAURINDO, Arnaldo. op. cit. pp. 120-121.
- (29) Localizamos esta informação no Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1913, p. 83.

res formulado em fevereiro de 1914 e destinado ao corpo docente, estipulava que:

"Nas officinas que funcionam duas professoras, uma ordem dada por uma das professoras às alumnas não poderá ser revogada pela outra professora sem autorização especial do Diretor". (30)

Pelo exposto, podemos entender que, na década de 10, predominou na Escola Profissional Feminina um rigoroso regime disciplinar. A garantia de sua aplicabilidade estava associada ao grande poder que o diretor exercia sobre a comunidade escolar, o qual emanava de sua ampla função de chefe administrativo a supervisor dos trabalhos escolares, passando pelo controle permanente da ordem e da disciplina.

Da vigência deste regime disciplinar resultou, neste estabelecimento de ensino feminino, uma ordem escolar patriarcal e autoritária, na qual a mestras e alunas era permitido pouca expressão, cabendo às primeiras os deveres de treinar as educandas em determinados ofícios e manter a vigilância no espaço escolar, enquanto às últimas, o direito de serem treinadas no ofício escolhido.

Importa ter presente que este regime escolar de natureza opressiva, vigente na Escola Profissional Feminina, era inerente à concepção de ordem e disciplina social da época, onde greve era "caso de polícia"; problemas de saúde pública, como surtos endêmicos e epidemiológicos,

---

(30) Despesas de prompto pagamento... op. cit., folha nº 8.

sofriam a intervenção da chamada "polícia sanitária" (31) e a vontade patronal exercia um controle direto sobre os trabalhadores através de regulamentos militares de trabalho.(32)

Nesta perspectiva, para membros do Governo, grupos e agências sociais comprometidos com estas dimensões disciplinares — a quem passavam despercebidos as formas de rebeldia e acomodações manifestas por professoras e educandas —, a ordem escolar vigente nesta instituição de ensino feminino lhes parecia perfeita, conforme considerações do jornal "Commercio de São Paulo".

"Quem chega à escola feminina sente uma impressão nova. Não há, em seus recintos, aquele bulício das officinas mecanicas, nem aquele incessante movimento das tendas, das máquinas, dos aparelhos diversos. Há uma grande calma, um grande silêncio, denunciadores da boa ordem, do bom método, que inspiram as organizações dos bons estabelecimentos de educação". (33)

## 2.2 - Estratégias persuasivas: as Reformas e a educação de comportamentos

Todavia, acompanhando estas questões de ordem, disciplina e hierarquia na Escola Profissional Feminina,

(31) A "polícia sanitária" foi um instrumento amplamente utilizado nas ações sanitárias, desde o século passado até a década de 20 do corrente século. Este instrumento repressivo se manifestava em situações como "vacinação obrigatória" de milhares de pessoas e o isolamento dos doentes, expressando "nitidamente o autoritarismo presente no conjunto das ações sanitárias". Cf. MEHRY, Emerson Elias. O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas, Papirus Editora, 1987, p. 82.

(32) Tratando do espaço fabril, RAGO destacou que: "Os regulamentos internos incidem sobre a própria distribuição dos indivíduos no espaço da produção de modo a impedir sua livre circulação, fixando-os junto às máquinas e curto-circuitando toda forma de articulação espontânea. (...) As normas disciplinam as idas e permanências no banheiro, dispõem sobre a duração do almoço, proíbem as conversas nas horas de trabalho, instauram uma vigilância ininterrupta através do jogo de olhares entre empregadores e empregados". RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. op. cit., p. 24.

(33) Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Commercio de São Paulo", de 11 de agosto de 1912.

observamos que, a nível de dispositivos, começaram a sofrer mudanças a partir de meados da década de 20. Fazendo frente a inconformismos e difusas transgressões que captamos nas adaptações de seu regulamento e estrutura administrativa, acompanhando idéias educacionais que vinham sendo pensadas dentro e fora do país, no sentido de formulação de novas concepções de disciplina e estatuto escolar<sup>(34)</sup> — em consonância com mudanças desta natureza que se operavam a nível social —, as Reformas de Ensino de 1919 e 1920, no Estado de São Paulo, introduziram, no espaço escolar, mecanismos disciplinadores de caráter persuasivo, como educação moral e cívica, canto coral, programas de economia doméstica e puericultura e educação física.

A respeito da realização de forma sistemática de comemorações cívicas em recintos escolares, Sampaio Dória, quando diretor geral da Instrução Pública de São Paulo e membro de projeção da Liga Nacionalista, mostrou-se "partidário entusiasta", alegando serem estas atividades de fundamental importância "para desenvolver na mocidade das escolas a cultura dos sentimentos cívicos"<sup>(35)</sup>. Em cerimônia realizada na Escola Profissional Feminina, em 15 de novembro de 1920, comemorando a Proclamação da República, este educador lembrou que, na reforma de ensino que estava

(34) No programa comemorativo da "Proclamação da República", em 1920, na Escola Profissional Feminina, foi apontado como "ponto central", em artigo do jornal "O Estado de São Paulo" a conferência realizada pelo professor Adolpho Carvalho, "(...) a convite do director da escola, sobre o sistema disciplinar em voga nas escolas dos Estados Unidos. Este sistema, geralmente conhecido sob a denominação de 'República Escolar', foi encarado pelo orador, sob o ponto de vista de sua efficiencia para desenvolver na mocidade escolar o espírito de sua clarividencia de iniciativa, de acção". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "O Estado de São Paulo", de 16 de novembro de 1920.

(35) Idem, ibidem.

sendo elaborada

"A iniciativa dessas comemorações ficará aos alunos, mas ao director da escola fica o direito de 'veto', quando as resoluções adoptadas forem de manifesta inconveniencia". (36)

Percebemos, no conteúdo desta orientação, o intento de envolver os alunos com questões patrióticas, canalizando suas energias para organização de comemorações cívicas, cuja pertinência estava sujeita, no entanto, à apreciação e ao veto da direção. Prosseguindo em sua exposição sobre a nova proposta em torno de organização de comemorações cívicas nas escolas paulistas, Sampaio Dória ainda esclareceu:

"O fim dessa medida é transparente: — trata-se de desenvolver na mocidade das escolas o espírito de iniciativa, para cujo surto se requer antes de tudo, liberdade de acção". (37)

Conforme sugerem estas argumentações acima, pretendia-se desenvolver, na mocidade estudantil, o "espírito de iniciativa" de uma forma direcionada. O que os idealizadores do projeto chamavam de "liberdade de acção" tratava-se, na verdade, da permissão aos alunos de utilizarem seus recursos criativos na organização de atividades cívicas, cujas propostas deveriam se situar dentro de um parâmetro reconhecido, pelas autoridades educacionais, como "a dequado".

---

(36) Idem, ibidem.

(37) Idem, ibidem.

O canto orfeônico, que se fez presente na Escola desde o início dos anos 20<sup>(38)</sup>, manifestando-se em cerimônias cívicas, de formatura e de abertura das exposições anuais dos trabalhos escolares, foi claramente defendido como atividade de dimensão disciplinadora por Oscar Thompson, em 1917, nos seguintes termos:

"O ensino de musica, e, principalmente, do côro orpheonico, precisava ser intensificado em todas as nossas escolas.

Elle, mais do que qualquer disciplina, desenvolve o gosto esthetico, proporcionando aos espíritos e moções de ordem elevada, mediante as quais se apuram e ennobrecem os sentimentos".<sup>(39)</sup>

Cantando em grupo, num mesmo ritmo, em tons estabelecidos e seguindo os gestos do regente, o canto orfeônico, que disciplina a atenção, as vozes e os corpos, simultaneamente viria a desenvolver, nos alunos, um senso estético de caráter erudito, ainda que os temas das canções fossem de cunho popular. Nesta perspectiva, cabia à arte musical, elaborada sob normas rígidas da erudição, o poder de proporcionar o deleite e o aprimoramento espiritual da clientela estudantil.

Em suas considerações sobre o canto orfeônico, Oscar Thompson também chamou a atenção sobre a possibilidade

(38) Esta afirmação apóia-se nos artigos de jornais localizados no Livro de Recortes da Escola e correspondentes aos anos 20, que mostram a presença do canto coral em cerimônias diversas do estabelecimento escolar em questão. Antonia Ramos, em depoimento sobre sua passagem pela Escola, no período compreendido entre 1924 e 1926, também fez referência à presença desta expressão musical no recinto desta Escola.

(39) Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1917, op. cit., p. 9.

de converter esta manifestação musical, para além de seu caráter disciplinador, num instrumento que contribuisse na formação de uma mocidade patriótica, sugerindo, para isso, a padronização dos hinos e cantos entoados nas escolas brasileiras.

"Para nós, brasileiros, tem a musica, além des ta e de outras vantagens, a de contribuir poderosamente, para despertar em todos os cidadãos, do sul ao norte do país, a mesma vibração patriótica, uma vez que, em todas as escolas, se adoptem os mesmos cantos, os mesmos hinos, estreitando as sim os laços da solidariedade que deve congregar os brasileiros num só sentimento cívico". (40)

Expressando a vontade de aproximar a comunidade escolar por intermédio de sentimentos de amor à Pátria e de moldar o caráter da clientela estudantil, de modo que esta viesse a respeitar os valores pátrios e as instituições sociais vigentes, foi instituído, em 1922, o Pavilhão Escolar Paulista (41), símbolo inaugurado na Escola Profissional Feminina, no "Dia da Pátria" daquele mesmo ano, quando da comemoração do centenário da Independência do Brasil (42). Criado com o intuito de uniformizar os estandartes produzidos pelos estudantes para representar seus estabelecimentos de ensino (43), o Pavilhão Escolar exibia refe

(40) Idem, ibidem.

(41) O Pavilhão Escolar Paulista foi criado por intermédio do Decreto nº 3467, de 19 de junho de 1922. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1922, p. 365.

(42) Idem, p.

(43) Em sua prelação feita durante o primeiro hasteamento do Pavilhão Escolar da Escola Profissional Feminina, Guilherme Kuhmann, na condição de diretor geral da Instrução Pública, fez as seguintes observações a respeito da necessidade de criação do mencionado símbolo: "Havia necessidade de uma bandeira para as nossas escolas. Ha muitos annos que os estabelecimentos de ensino têm, cada um seu estandarte: uns artísticos e bem confeccionados, outros carnavalescamente esdruxulos e sem significação; era necessário uniformizar esse sistema. Idem, p. 366.

rências à nação brasileira, ao Estado de São Paulo e a sua Capital, através de menções às suas bandeiras, armas e cores. A este respeito, Guilherme Kuhlmann fez uma interessante explanação:

"Amparadas pelas cores da Bandeira Nacional estão as cores de São Paulo servindo de escudo ao symbolo da patria. Sendo a cidade de São Paulo o logar donde se irradiou todo o movimento de ensino, o centro de onde partiu essa formidavel offensiva de luz e de civilização, o arraial onde se fundou o primeiro collegio — (...) era natural que a Capital do Estado fosse lembrada no Pavilhão Escolar pelas armas da cidade". (44)

Esta fala põe em evidência a forte presença do sentimento paulista na concepção do Pavilhão Escolar. Sua dimensão cívica sugere conter o desejo de chamar a atenção dos estudantes no sentido de que, antes de serem membros de uma grande nação, tomassem ciência de que eram filhos do Estado mais próspero que a compunha, de onde partiram as primeiras iniciativas escolares, no início da colonização portuguesa e de onde continuavam irradiações de desenvolvimento neste campo de ação social.

O lema, em latim, do Pavilhão Escolar, "Non Ducor, Duco" — Não Sou Conduzido, Conduzo —, tanto pode se referir ao caráter do cidadão/cidadã que pensavam em formar, por intermédio das escolas, que se moveria pela "livre iniciativa", como também pode significar mais uma forma de expressão do sentimento regionalista contido na visão de seus idealizadores, super valorizando o papel social,

---

(44) Idem, ibidem.

cultural, político e econômico de São Paulo no cenário brasileiro.

Nestas referências às estratégias disciplinares introduzidas na Escola Profissional Feminina, no início dos anos 20, chamam atenção as alterações na cadeira de Desenho. Constituindo-se, na década de 10, na única seção a oferecer ensino teórico, pode ser tomado como mais um instrumento disciplinador. Além de ferramenta básica dos cursos que preparavam as alunas nos diferentes ofícios — a maioria ligada à confecção —, esta matéria ainda funcionou como eficiente mecanismo de disciplinarização de corpos, mãos e mentes, à medida que exigia apropriada postura corporal, concentração e precisão dos gestos para seguir traçados. A importância "educativa" atribuída ao ensino de Desenho — sobretudo ao Desenho Profissional —, que se estendeu nas décadas posteriores, quando então outras cadeiras teóricas foram sendo gradativamente introduzidas no currículo escolar, pode ser dimensionada a partir de palavras de Horácio da Silveira, emitidas em 1931:

"O desenho profissional é, nas escolas deste gênero, o centro de convergência, o pivot, em torno do qual gyram os trabalhos de todas as officinas, que nello se baseiam e delle dependem em toda a extensão do curso. E elle a idéa matriz de todos os productos que têm o cunho de originalidade, que revelam o espirito de iniciativa.

Essa materia, pela sua importância educativa, merece-nos especial cuidado...". (45)

---

(45) Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 7 (grifo nosso).

Ainda tratando de mecanismos disciplinares que localizamos na Escola Profissional Feminina, no início dos anos 20, destacamos a presença de dispositivos de controle em torno da promoção e frequência das alunas. O processo de avaliação adotado nas escolas profissionais preservou as linhas gerais daquele instituído pelo Decreto nº 2118-B. Desta forma, a atividade pedagógica continuou funcionando como um eficiente mecanismo disciplinador, posto que, para a aprovação dos alunos de uma série para outra, era necessário demonstrar não só bom aproveitamento em torno das atividades propostas, como boa conduta no recinto escolar. (46)

A frequência das educandas constituiu-se em mais um alvo do esforço disciplinador da direção da Escola Profissional Feminina no decorrer dos anos 20. Sobre esta questão, inferimos que a Reforma Sampaio Dória praticamente manteve os mesmos instrumentos de controle que estiveram em uso na década anterior (47). Estipulando o número permitido de faltas, exigindo a justificação dos responsáveis e a notificação mensal do diretor a respeito das mesmas, a Escola se empenhava em regular a assiduidade das educandas,

(46) A respeito da promoção dos alunos das escolas profissionais, o Decreto nº 3356, de 31 de maio de 1921, que regulamentou a Reforma de 1920, estabelecia, através de seu artigo 378, que "Os alunos ficaram sujeitos a notas mensais de comportamento e aplicação e a exames de cada três meses". Annuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921. op. cit., p. 226.

(47) De acordo com o item nº 5 dos regulamentos disciplinares destinados às alunas, formulados em 1911 e que estiveram em vigor durante a década de 1910, na Escola Profissional Feminina "As alumnas que, sem comunicação, faltarem durante 15 dias consecutivos, serão eliminadas. Serão igualmente eliminadas as que derem 40 faltas, mesmo não consecutivas e ainda que sejam justificadas, salvo com licença especial do Director", Escola Profissional Feminina. Despesas de prompto pagamento ... op. cit., folha nº 1. Esta mesma questão — frequência dos alunos — era colo cada no Decreto nº 3356, de 21 de maio de 1921, por intermédio do artigo 383, nos seguintes termos: "O aluno não poderá dar durante o anno, sob pena de eliminação, mais de 40 faltas justificadas, ou mais de 20 não justificadas". Annuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921. op. cit., p. 226.

lembrando que, no período em questão, uma parcela significativa dos alunos não conseguia levar o curso até o fim.

Em 1925, a Reforma Pedro Voss, empreendida no âmbito do ensino público paulista, criou dois cargos destinados a atuar nas escolas profissionalizantes públicas e particulares, que alteraram a escala hierárquica, as relações de poder, assim como acrescentaram elementos no processo de disciplinarização, no interior das mesmas. Os novos cargos foram: inspetor especial e inspetor-médico escolar<sup>(48)</sup>. O primeiro, cuja posição na burocracia de ensino público estava imediatamente acima do diretor da escola, introduziu na comunidade escolar um elemento de "fora", que tinha por função inspecionar o rendimento dos alunos, o desempenho do corpo docente e da administração escolar, elaborando relatórios sobre as atividades de todos esses segmentos<sup>(49)</sup>. Já a autoridade do inspetor-médico escolar provinha do saber científico. Além de inspecionar as condições de saúde da comunidade escolar, fazia parte das suas atribuições prescrever medicamentos, providenciar exames e realizar palestras sobre higiene para o corpo discente. Ainda competia a esta autoridade afastar, da Escola, pessoas portadoras de moléstias que colocassem em risco, via contamina-

(48) Cf. Revista Educação. Orgão da Directoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, Anno I, 1º de agosto de 1925, nº 08, a partir da página 92.

(49) "Estive hontem e hoje, pela primera vez em visita de inspecção, nesta Escola Profissional, que vem sendo dirigida, com clarividencia e com alta comprehensão de sua finalidade social, pelo conhecido e acatado educador, sr. Prof. Horácio da Silveira. Tive occasião de percorrer as officinas, de sala em sala, de assistir aos exercícios práticos das alumnas e algumas aulas teóricas e geraes, quer do curso diurno quer do nocturno, e a minha impressão recebida foi, como não poderia deixar de ser, a melhor possível, tendo assim uma confirmação pessoal de tão justo nome de que gosa esta modelar casa de ensino". Comentário do inspetor especial, feito em 19.07.1928, cujo nome não possível identificar a partir da assinatura. Escola Profissional Feminina. Livro de Visitas. São Paulo, 1928.

nação, a saúde da coletividade<sup>(50)</sup>. As atenções em torno de higiene, que se manifestaram a partir da segunda metade da década de 20, no interior do ensino paulista, não se constituiu em fenômeno isolado. Proveniente do saber científico e do discurso competente do médico, fazia parte de uma nova concepção de ordem e disciplina social, que vinha se conformando desde o final da década anterior e que se cristalizava neste decênio. Este movimento social, por sua vez, articulava-se ao processo de reordenamento das sociedades, a nível internacional, fundamentado em pressupostos da racionalização. A crise que afetou as sociedades ocidentais após a Primeira Grande Guerra, desencadeando entre governantes, intelectuais e setores dominantes propostas de reformulação social que possibilitassem a reinstauração de controles sociais sobre as massas urbanas, os processos de trabalho, os conflitos culturais, potencializaram a aplicação dos discursos e das práticas voltadas para a saúde e higiene.

No forjar-se de novos sistemas disciplinares, a formação de hábitos higiênicos saudáveis ganhou forças, estendendo-se ao cotidiano de todos os grupos sociais, adentrando em seus lares, reorganizando suas relações afetivas e comunitárias, além de direcionar atividades de trabalho, de aprendizagem e de lazer. E, neste processo de difusão de novos saberes e hábitos higiênicos, acelerado na segunda

(50) O inspetor-médico escolar, cujo nome não foi possível identificar, a partir de sua assinatura, deixou em 09.05.1927, no Livro de Visitas da Escola Profissional Feminina, o seguinte registro: "Em serviço de prophylaxia fiz o affastamento, de acordo com o Director da Escola, do Sr. Ovidio Lago a contar do dia 7 do corrente, data da notificação do Serviço Sanitário. Visitei também o 3º anno de confecção no 2º período, distribuindo boletins médicos e fazendo uma prelecção sobre higiene escolar". Escola Profissional Feminina. Livro de Visitas. São Paulo, 1927.

metade dos anos 20, a Escola constituiu-se em canal privilegiado para a difusão dos mesmos.

Ponderando sobre as considerações feitas em torno da disciplina, ordem e hierarquia, na Escola Profissional Feminina, podemos inferir que nela mantiveram-se em uso, nos anos 20, dispositivos de controle, fundamentados na coerção; como a vigilância ostensiva e o emprego da punição sob variadas formas, ao lado de medidas disciplinadoras de caráter consensual e persuasivo. Nesta perspectiva, são muito sugestivas as referências feitas à Escola, por Guilherme Kuhlmann, em 1922. Enaltecendo-a como um estabelecimento de ensino disciplinado, ordeiro e laborioso, este educador, manifestou que

"Toda vez que venho a esta escola sinto a impressão consoladora de estar no interior de uma formidável usina, onde o trabalho é grande pela finalidade dos seus programmas, e sympatheticamente silencioso na sua marcha. E isso está plenamente de acordo com o meu temperamento, de modo que o ambiente me é propício e por elle tenho a mais sincera e illimitada admiração". (51)

Em outro registro, feito pelo Jornal "Diario da Noite", em 1925, também é perceptível a austeridade do regime escolar imposto às mocinhas que estudavam no estabelecimento de ensino, situado no Brás, destinado a atribuir profissão a mulheres. Em referências à visita que lá fizera, durante a exposição anual de trabalhos escolares,

---

(51) Annuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1922. op. cit., p. 365.

periódico em questão comentou

"Fomos até lá. E de lá trouxemos uma profunda admiração por aquela colmeia gigantesca, cujas abelhas se engalfam a trabalhar, a trabalhar, não por amor de uma rainha, mas de um rei generoso — o trabalho". (52)

Nas formulações Escola/usina e Escola/colméia vislumbramos a intromariação de um perfil de trabalho, alvo de todas as atenções e centro irradiador da ordem, disciplina e modernidade no espaço escolar. Não podemos perder de vista que, a glorificação do trabalho — componente ideológico marcante no universo de grupos sociais dominantes e de intelectuais comprometidos com a ordem social vigente, no contexto paulista das décadas 1910/20/30 — era identificada como o elemento que redimiria o corpo social da pobreza, da ignorância, dos vícios, do arcaísmo e da desordem, estando presente, por isso, no conteúdo de discursos e em diretrizes de projetos que visavam a nacionalização, modernização e o progresso, bem como, o controle e o reordenamento social.

E, em tom ufanista, o repórter conclamava o governo a multiplicar este tipo de escola, dizendo:

"Colmeia gigantesca... O governo não deveria tão somente de augmental-a ou melhoral-a, mas construir e installar dezenas de colmeias com que formar um esplendido colmeal". (53)

---

(52) Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Diario da Noite", de 23 de Novembro de 1925. São Paulo, 1925.

(53) Idem, ibidem.

Por isso, parece-nos muito apropriado o hino que as alunas começaram a cantar na Escola, a partir de meados dos anos 20, do qual citamos abaixo uma de suas estrofes e o refrão. (54)

"Servindo a Deus, na altura  
E em nossas votivas palmas;  
Na fé com que nos apura  
Nossos corpos e nossas almas  
Se cada alma é uma corola  
Guardemos-lhe a flor sutil  
Somos abelhas e a Escola  
É a colmeia do Brasil.

Per laborem ad honorem  
Non ducor, duco: formamos  
Novas almas, que reflorem  
Nas flores dos nossos ramos".

No período compreendido entre o final dos anos 20 e a década posterior, consolidou-se na Escola uma série de medidas inovadoras, de conteúdo disciplinador e orientadas pela pedagogia escolanovista. Deste conjunto de providências, destacamos a construção do novo edifício escolar, o redimensionamento do currículo e criação de novos cursos, em cuja dinâmica adquiriram expressão os programas destinados à formação da mulher para o lar, a intensificação do canto orfeônico, a prática sistematizada de educação física e a orientação vocacional.

---

(54) Antonia Ramos disse estar convicta de que o hino da Escola Profissional Feminina foi composto no início da década de 20, tendo claras lembranças de que o mesmo era cantado na Escola nos períodos que lá estudou — de 1924 a 1926 e de 1931 a 1933. O hino em questão foi composto por Hermes Fontes (poesia) e João Julião (música), cujas informações localizamos em ARAUJO, Dalva. *Hinos Patrióticos* — Edição melhorada e ampliada — São Paulo, Editora A Melodia, 1945.

Se o prédio adquirido pelo Governo para a instalação da Escola, em 1911, fora considerado, a princípio, a dequado<sup>(55)</sup>, nos anos 20 passou a ser alvo de frequentes críticas emitidas por agentes diversos, como educadores e jornalistas, que mais do que lamentar a incompatibilidade entre número de alunas e o espaço escolar, chamavam a atenção das autoridades governamentais para a necessidade de uma organização espacial adequada e propícia à fluência dos "surtos cyclopticos do progresso".<sup>(56)</sup>

No movimento de higienização da sociedade, em curso nos anos 20, estavam presentes preocupações em torno de edificações voltadas a diferentes fins, como fábricas, presídios, hospitais, moradias populares e escolas, recomendando-se instalações rationalmente planejadas, adequadamente iluminadas, arejadas e sujeitas ao embelezamento<sup>(57)</sup>. Ao redistribuir o espaço físico e os indivíduos sobre o mesmo, segundo prescrições higiênicas e rationalizadoras, seus promotores esperavam recriar mecanismos de controle e aumentar a capacidade de produção do "elemento humano".

O movimento educacional da Escola Nova, apoiado no ideário da rationalização, preocupando-se com a questão relativa a prédios escolares<sup>(58)</sup> chegou a propor uma nova política para construção destes. Tendo em vista forjar, a partir da educação escolar, um novo homem e uma nova socie-

(55) "A Escola Profissional Feminina acha-se confortavelmente installada em o vasto predio da rua Monsenhor Andrade nº 120, adaptada para esse fim. (...) Nas varias salas, que dispõem de installações as mais completas e modernas os circunstantes puderam examinar trabalhos confeccionados com admiravel habilidade e bom gosto". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Correio Paulistano", de 17 de março de 1912. São Paulo, 1912.

(56) "Se ha uma nota dissonante naquelle melodia ao trabalho, que é o ensino da Profissional Feminina, é justamente o predio — um casarão sem espaço, sem luz que é como algema dos surtos cyclopticos de progresso da Escola". Jornal Diario da Noite. "Uma colmeia gigantesca: a Escola Profissional Feminina", in: Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 23 de novembro de 1925.

(57) Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta de. op. cit.; MORKIRA, Eduardo F.P. e RAGO, Margareth. op. cit.

(58) "(...) uma instituição escolar, seja qual for a natureza e o espírito que presidiu á sua organização, não pode 'funcionar' com efficacia, dentro de seus objetivos, sem predio e installações adequadas". AZEVEDO, Fernando de. Novos caminhos e novos fins. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, p. 233.

dade, os pioneiros da Escola Nova esboçaram um projeto pedagógico onde o espaço destinado às atividades de ensino, dotado de higiene, harmonia e beleza, viesse a possibilitar o pleno funcionamento da organização escolar científica e racional, de forma que ambas, organização e instalação, expressassem o ideal da nova ordem social que pretendiam instaurar (59). Neste sentido, propuseram escolas com salas bem iluminadas, arejadas e amplas, equipadas com gabinete médico e dentário, biblioteca, museu, quadra para ginástica e jardins. (60)

Levando-se em conta as precariedades do velho pré-dio e as pressões a favor de modernas instalações para estabelecimentos de ensino, o Governo Paulista deu início, em 1924, ao estudo em torno da idéia de destinar à Escola Profissional Feminina um edifício conforme as normas acima citadas (61). Este, cujo projeto fora aprovado em 1926 (62) e que começara a ser construído em 1927, fora planejado de forma a atender às exigências que norteavam, naquele momento, as edificações escolares. Ao comentar a visita que fizera às obras recém-iniciadas, o Jornal "Correio Paulistano" destacou, com entusiasmo, os aspectos modernos

(59) "A obra de educação repousa sempre sobre um 'plano'. Dahi a necessidade primordial de 'organizar'. Esse plano, porém, deve tender a installar e fazer funcionar regularmente o sistema orgânico de instituições diversas mas interdependentes, com as quais se affirma a sua unidade e se realizam os seus fins. Elle deve ser a synthese dos programmes particulares e tender a construir uma 'ordem material', como expressão da 'ordem espiritual' que constitue a sua essencia". Idem, p. 224.

(60) Idem, pp. 227-228.

(61) Em referências formuladas em 1931, em torno das dificuldades que a Escola Profissional Feminina enfrentou em 1924, devido a sua precária instalação, Horácio da Silveira lembrou que "Foi nessa situação afflictiva que, em 1924, a Directoria Geral resolver desdobrar seus esforços junto ao Governo de então, no sentido de ser edificado um predio para funcionamento da Escola, de acordo com as exigências técnicas e as necessidades de nossa grande população". Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Histórico e organização actual. op. cit., p. 4.

(62) O edifício da Escola Profissional Feminina, que foi construído de 1927 a 1930, teve projeto elaborado pelo Escritório Técnico da Diretoria de Obras Públicas. Foi aprovado no ano de 1926 e assinado por Romano Eitelberg. Estes dados foram encontrados no Projecto do Escritório da Diretoria de Obras Públicas (Escola Profissional Feminina da Capital), localizado na E.T.E.S.G "Carlos de Campos".

do novo edifício que abrigaria a **Escola Profissional Feminina**:

"Terá amplas salas, hygienicas, distribuidas de accôrdo com os methodos da pedagogia moderna — salas para officinas, aulas, laboratorios, bibliotecas, administração, secretaria, archivos, exposição permanente, etc., e uma secção especial para o curso de economia-domestica, com todos os seus ramos.

(...) O bello edificio será servido por dois grandes elevadores". (63)

Além da organização espacial higiênica e racionalmente planejada, o novo edifício escolar, de "architetura sobria e elegante", destacara-se, também, pela sua grandiosidade, de forma que

"Ficará sendo a Escola Profissional 'Carlos de Campos' uma das maiores, ou, talvez mesmo, a maior da America do Sul, pois comportará, nas suas diversas officinas e cursos, perto de duas mil alumnas". (64)

Considerando as características físicas das salas de aulas do novo prédio, onde seriam instaladas as officinas, ainda podemos lançar mão de apontamentos do inspetor de Trabalhos, A. B. da Silva, ao inferir que as mesmas proporcionariam "conforto, alegria e bem estar a mestras e alumnas". (65)

---

(63) Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Correio Paulistano", de 20 de maio de 1927.

(64) Idem, ibidem.

(65) Escola Profissional Feminina. Livro de Visitas. Registro deixado pelo "Inspetor de Trabalhos", A.B. da Silva, em 19 de julho de 1928, folha 2.

Todavia, retomando perspectivas de análise sob a ótica de Foucault, as normas de construção em pauta constituíram-se num eficiente instrumento disciplinador, pois permitiram redistribuir e visualizar os indivíduos no espaço, controlando seus movimentos, assim como eliminando condições físicas favoráveis à transgressão da ordem vigente nos variados espaços. (66)

Concomitantemente, o redimensionamento dos programas de Economia Doméstica — cadeira que fazia parte do curso de formação geral, portanto, obrigatória a todas as alunas —, que iniciara no final dos anos 20 e se estendera na década seguinte, também apresentou, em seu conteúdo, intenções disciplinadoras. Acompanhando o processo de difusão dos métodos científicos de trabalho pela sociedade, a medida em questão teve por meta contribuir para a penetração deste ideário no lar, introduzindo neste espaço um novo saber-fazer doméstico e modernos métodos relativos à criação de filhos, reafirmando papéis que historicamente destinaram a mulher à vida privada. Conforme seu conteúdo curricular, as moças precisavam ser educadas para atuar adequadamente no processo de conformação da nova ordem social que se pretendia instaurar, empenhando-se, sobretudo, na produção racional do homem, a partir da adoção de um saber-fazer em torno da maternidade cientificamente construído e prescrito pelo discurso médico.

(66) "A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço (...) Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo (...) É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar indivíduos (...) poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico". FOUCAULT, Michel. op. cit., pp.130-131.

Tendo em vista principalmente esta tarefa de promover a eugenia na sociedade, melhorando a "raça" brasileira, a cadeira de Economia Doméstica e Puericultura fora organizada para difundir conhecimentos a respeito de administração do lar, preparo da alimentação, puericultura e higiene geral. Procurava educar a mulher para o lar, para que ela atuasse satisfatoriamente neste espaço que socialmente lhe fora destinado. Conforme explicitou Horácio da Silveira, ao fazer referência, em 1929, aos propósitos desta cadeira, que então se reformulava, a mesma tinha por finalidade

"preparar as alumnas para que no futuro exercessem convenientemente, no lar, a nobilíssima função de dona de casa e mãe de família". (67)

Se as mulheres precisavam ser preparadas, convenientemente, para exercer a função citada pelo diretor da Escola, seria por que não vinham comportando-se conforme o esperado? Em todo o caso, fica perceptível que a mulher precisava ser educada para fazer o que se esperava dela na nova ordem, o que nos leva a inferir que, ao ser destinada ao lar e à maternidade, a mulher não tende naturalmente a este espaço e a esta função; a tarefa de cuidar dos filhos e a atuação circunscrita nos limites da vida privada são determinações sociais, construídas historicamente e reservadas ao gênero feminino.

Neste sentido, se a meta de especialistas e de setores sociais dominantes, em São Paulo, nos anos 20/30,

(67) Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatório dos Trabalhos Escolares em 1930, folha nº 18.

era forjar uma nova sociedade — harmônica e coesa — e um novo trabalhador — saudável, dócil, eficiente e patriota —, fazia-se necessário disciplinar as mulheres no lar, onde elas desempenhariam papel relevante neste processo. A intenção de prepará-las para o lar oferece ainda indícios de que as mesmas não ocupavam este espaço sem problemas e dificuldades. Mulheres não se conformavam com esta destinação, rebelevam-se e experimentavam outros caminhos, outras atividades. Tornava-se, então, necessário "adaptá-las" no espaço doméstico, persuadi-las, através do discurso científico e de estratégias técnico-racionalizadoras para que aceitassem, sem questionamentos, o papel que a sociedade lhes destinara: "rainhas do lar".

O processo de disciplinarização da mulher para o desempenho das funções de mães de família e donas de casa, realizado na Escola Profissional Feminina, norteou-se por princípios da organização científica do trabalho. Contou com especialistas que tiveram que demonstrar competência a respeito do conteúdo programático que iriam desenvolver, através de concursos e com espaço físico apropriado e previamente determinado para este fim. Estamos nos referindo ao fato de que, no projeto do novo edifício escolar, que foi construído no final dos anos 20, já estava previsto que uma ala inteira seria destinada a atividades de Economia Doméstica e Puericultura — decisão que traduz a importância que a formação da mulher, por intermédio de escolas, adquirira na sociedade paulista de então. Sem dúvida, preocupações no sentido de garantir a eficiência no ensino de Economia Doméstica e Puericultura na Escola, estiveram presentes na formulação do novo edifício escolar, pois,

conforme comentou Horácio da Silveira,

"No projeto do novo prédio, ora em adiantada estado de construção, uma ala inteira destina-se à instalação de uma modelar secção de economia doméstica. Essa ala terá as seguintes dependências: sala de jantar, copa, cozinha, dispensa, saleta de engomar, laboratório de chimica, etc.". (68)

Ao destinar instalações rationalmente projetadas para a realização do aprendizado de diferentes afazeres do ménesticos, tiveram em vista, fundamentalmente, o adestramento de meninas em torno de como fazer. Importava, na nova concepção de saber-fazer que estava, naquele momento, espraiando-se pela sociedade, o uso, durante a realização das tarefas de procedimentos científicos, de movimentos selecionados e calculados e de instrumentos apropriados. O como fazer disciplina o homem no trabalho e, nesta perspectiva, foi montada, na Escola Profissional Feminina, infra-estrutura para disciplinar a mulher no trabalho a ser realizado no espaço doméstico.

Mas, ainda que a Escola emitisse discurso e desenvolvesse práticas em favor da educação da mulher enquanto "rainha do lar", é certo que não descurou da formação profissional da mesma. Tanto que a Reforma de 1931, que organizou seus currículos e alterou o seu perfil, tendo em vista aprimorar o processo de qualificação a que as meninas eram submetidas, criou o Curso Vocacional. Este, obrigatório a todas as educandas e correspondendo ao primeiro

---

(68) Idem, ibidem.

ano na Escola, tinha por objetivo sondar as aptidões psico lógicas e as inclinações profissionais das alunas para um posterior encaminhamento funcional. Sob observação sistemática das professoras, as alunas realizavam uma série de exercícios em todas as oficinas da Escola, executando, por último, uma peça completa em cada ofício. Chamamos a atenção para o fato de que, nestes procedimentos adotados no Curso Vocacional, já se faziam sentir influências da psicotécnica.

"Ahi aprendem os elementos fundamentaes de todos os offícios, chegando depois de vencida uma série de exercícios preliminares, de cada ramo de trabalho a executar, como finalidade do offício, peças completas, de utilidade immediata". (69)

Através do Curso Vocacional a Escola passa a interferir na escolha profissional das educandas, pois conforme esclarecimentos prestados por Horácio da Silveira, em 1931, ao concluírem o curso em questão

"(...) as alumnas são encaminhadas para um dos ramos do curso de aprendizado profissional, que comprehende o 2º e 3º annos, de acordo com a vocação revelada no 1º anno". (70)

A implantação do Curso Vocacional em escolas profissionais teve por objetivo atender a máxima da organização científica do trabalho — "o homem certo no lugar cer-

---

(69) Escola Normal Feminina de Artes e Offícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit.. p.11.

(70) Idem, p. 12.

to" —, na expectativa de ser obtido um maior rendimento do "elemento" humano no trabalho.

"O rendimento de trabalho depende da aptidão individual. É uma questão vitoriosa na moderna pedagogia". (71)

A moderna pedagogia não escapava ao processo que vinha operando-se no espaço fabril e na sociedade como um todo, sob influência do ideário idealizador, recriando valores, mecanismos de controle social e processos de trabalho, além de redimensionar também a formação do trabalhador. Este, para que viesse a produzir mais e melhor, deveria passar por um processo de qualificação que incluisse educação e seleção profissional, onde suas aptidões, seu temperamento, seu vigor físico, sua vida familiar e socialidade fossem avaliados com rigor científico, por intermédio de baterias de testes propostos pela fisiologia e pela psicologia aplicada. (72)

O Curso Vocacional, ao estudar as aptidões dos alunos e, posteriormente, encaminhá-los a profissões que mais combinasse com suas características pessoais, teve por objetivo adaptar o trabalhador no mundo da produção. Nisto resume seu conteúdo disciplinador: formar trabalhadores

(71) Idem, p. 11.

(72) No Inquérito que organizou, em 1926, em torno de questões de ensino no Estado de São Paulo, Fernando Azevedo lamentou a ausência da orientação e seleção profissional nas escolas paulistas voltadas à qualificação de mão-de-obra, atribuindo esta ausência "ao alheamento sistemático" do ensino profissional desenvolvido naquelas escolas em relação ao "movimento mundial que tende à organização científica do trabalho". Sobre o processo da orientação vocacional que estava sendo difundida nos países modernos, Fernando de Azevedo fez o seguinte comentário: "Por toda parte os institutos desta natureza, compreendendo o papel que nêles têm de desempenhar a psicologia e fisiologia aplicadas, atacam praticamente o problema da seleção e orientação profissional, pela verificação das aptidões físicas e psíquicas. O psicólogo no gabinete de psicotécnica, e o médico, nos seus consultórios especiais, colaboram por toda parte na obra de adaptação do trabalho às aptidões naturais". AZEVEDO, Fernando de. A educação na Encruzilhada. op. cit., p. 129.

competentes, ordeiros, produtivos e felizes. Este curso tinha em vista, ainda, racionalizar a própria formação profissional, evitando que fossem dispendidos, inutilmente, tempo, dinheiro e energia no preparo de indivíduos em profissões incompatíveis com características pessoais projetadas para cada perfil profissional. A respeito desta preocupação no âmbito da Escola Profissional Feminina, Horácio da Silveira fez considerações que permitem não só apreendermos que as atenções em torno da adaptação profissional resultavam de problemas referentes a desperdícios, quanto a vislumbrarmos formas de inconformismo e desencontros nefestos por alunas que não aceitavam normas e modos de trabalho, mesmo após às severas regras de treinamento profissional enfrentadas na Escola.

"De longa data vinhamos notando essa falha no nosso apparelho escolar.

Inúmeras alumnas diplomadas pelos nossos cursos falhavam na vida prática, por falta de inclinação para a carreira que abraçavam. Considerável é o numero das que desiludidas de si mesmas — o que é um mal terrível, principalmente, no inicio da vida, quando tudo deve ser alegria, coragem e resolução — trocavam a sua profissão por qualquer emprego, de somenos importancia... Quanto desperdicio, pois, de energia e de dinheiro!". (73)

Destacamos que a orientação profissional efetuada na Escola Profissional Feminina, em 1931, por intermédio do Curso Vocacional, limitou-se a examinar o desempenho ob-

---

(73) Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 11.

tido pelas alunas em tarefas de diferentes níveis de dificuldades, referentes a todos os ramos de ofícios nos quais a Escola oferecia qualificação e em atividades desenvolvidas em Português, Aritmética e Desenho, cadeiras de formação geral. As mestras atribuíam notas semestralmente às alunas e, no final do ano letivo, estas recebiam a média final (74). A partir deste resultado ocorria o encaminhamento da aluna ao curso profissional a ser seguido.

Todavia, com a implantação, na Escola, do Gabinete de Psicotécnica — órgão que foi introduzido nos estabelecimentos de ensino profissional através do Código de Educação de 1933 (75) —, ampliaram-se e sofisticaram-se os procedimentos adotados no processo de orientação profissional. Médicos e professores colhiam dados diversos sobre as alunas, tais como, condições gerais de saúde, constituição física, vida familiar, grau de inteligência, atitudes no trabalho, temperamento, os quais eram encaminhados ao Fichário e Arquivo do Gabinete que, em 1935 encontrava-se em fase de implantação na Escola (76). Era o triunfo dos métodos de seleção e orientação profissional projetados pela organização

(74) Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios. Livro de registro das notas de exame da secção vocacional. São Paulo, 1931.

(75) O Gabinete de Psicotécnica foi criado pelo Código de Educação de 1933, por intermédio do artigo 369. O Gabinete, de acordo com este mesmo Código, era subordinado ao Serviço de Psicotécnica (artigo 362). Cabia ao Serviço de Psicotécnica "estudar o Serviço de Psicotécnica" (artigo 362). Cabia ao Serviço de Psicotécnica "estudar e aplicar os meios para melhor aproveitamento das aptidões individuais e dos elementos do trabalho, de modo a auxiliar o aluno no êxito da aprendizagem profissional e facultar-lhes obter o máximo de rendimento no exercício da profissão". Conforme informação de LAURINDO, o Serviço de Psicotécnica "não chegou a funcionar nesta fase (1933-1941), propriamente como órgão central: funcionaram os Gabinetes de Psicotécnica das escolas". Ainda de acordo com este autor, a professora Ester Figueiredo Ferraz foi quem primeiro chefiou o Gabinete de Psicotécnica da Escola Profissional Feminina.

(76) A respeito do funcionamento do Gabinete de Psicotécnica na Escola, Horácio da Silveira comentou, em 1935, que "No Instituto Profissional Feminino o serviço já está na fase de sua organização (...)" . SILVEIRA, Horácio da. O Ensino Technico-Profissional e Doméstico em São Paulo. Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. São Paulo, Emp. Graph. da "Revista dos Tribunaes", 1935, p. 14.

científica do trabalho, no interior da Escola Profissional Feminina.

Cabe registrar ainda, que a própria concepção de aprendizado de ofícios adotada na Escola Profissional Feminina — e nos demais estabelecimentos de ensino profissional —, desde a sua fundação <sup>(77)</sup>, também tinha um conteúdo disciplinador. Desenvolvendo-se mediante prática intensa nas oficinas, o processo de aprendizado tinha em vista, além da qualificação, disciplinar a educanda no trabalho. Conforme apontamentos de Horácio da Silveira, "O nosso ensino profissional felizmente, obedeceu, desde sua origem, ao conceito e às diretrizes duma boa escola de trabalho, com feição pronunciadamente educativa, num tipo de escola-oficina". <sup>(78)</sup>

Além disso, sob o argumento de propiciar prática às aprendizes, a Escola aceitava encomendas de fora, de firmas e particulares <sup>(79)</sup>, confirmando e legitimando sua feição de "escola-oficina". Ficaram famosos os enxovais preparados pelas alunas, para noivas e bebês de famílias abastadas, assim como, os vestidos confeccionados com muito primor, acompanhando, geralmente, a moda parisiense. <sup>(80)</sup>

(77) O artigo 20 do Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911, dizia que "O ensino prático será dado nas oficinas e distribuído em graus ou classes a que os alunos pertencerão, conforme sua aplicação e inteligência". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 119.

(78) SILVEIRA, Horácio A. da. O Ensino Technico-Profissional e Doméstico em São Paulo. op. cit., p. 119.

(79) O artigo 22 do Decreto nº 2118-B, estabelecia que "As escolas poderão encarregar-se de trabalhos para particulares, desde que não seja prejudicado o funcionamento das oficinas". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 23. Destacamos que esta medida foi referendada e aprimorada pelas reformas empreendidas no ensino profissional do Estado de São Paulo, nas décadas 20/30.

(80) Entre o material didático que pertenceu à Escola Profissional Feminina encontramos pedaços de figurinos franceses e uma encadernação contendo vários números de La Mode Illustrée - Journal de la Famille, Paris, correspondentes ao ano 1911.

As alunas participavam dos lucros obtidos em torno dos produtos confeccionados na Escola, conforme determinação do Decreto nº 2118-B, que foi mantido durante todo o período abordado neste estudo<sup>(81)</sup>. As somas referentes à participação das aprendizes nos trabalhos executados nas oficinas eram depositadas na Caixa Econômica do Estado, formando, no decorrer do curso, um pecúlio que só seria recebido juntamente com o diploma de habilitação profissional<sup>(82)</sup>. Aquelas que eram expulsas ou que abandonavam a Escola, perdiam o direito sobre o referido dinheiro, fato que gerava descontentamento entre as alunas<sup>(83)</sup>. Nota-se, no conteúdo da regulamentação do pecúlio, intenções disciplinadoras, pois o mesmo revertia numa espécie de prêmio ou bônus às alunas bem comportadas que conseguissem concluir o curso.

A todo momento era reafirmado que a produção realizada nas oficinas da Escola tinha uma finalidade essencial

(81) O artigo 21 do Decreto nº 2118-B, determinava que "Do produto das obras realizadas nas escolas, descontado o custo do material empregado, reverterá uma parte correspondente a 50% em favor do aluno ou alunos que executaram o trabalho". LAURINDO, Arnaldo. op. cit., p. 123.

Em torno dessa mesma questão, Horácio da Silveira, em 1931, fez a seguinte observação: "Do produto da venda das obras feitas pelas alumnas, é descontado a importância dos materiais empregados e adquiridos por conta de dotação escolar, sendo o lucro dividido em duas partes um das quais é entregue á alumna ou alumnas que tiverem executado o serviço e a outra, recolhida ao Tesouro, como lucro da Escola". Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 24.

(82) "As [alunas] que terminarem o curso recebem o pecúlio que tinham adquirido e as que se retirarem antes de terminar o respectivo curso, perdem o direito ao pecúlio adquirido, que reverterá em favor de outras alumnas". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Commercio de São Paulo", de 11 de agosto de 1912.

O procedimento acima foi mantido nos anos 30, conforme apreende-se em comentário feito por Horácio da Silveira, em 1931: "As porcentagens obtidas pelas alumnas são depositadas na Caixa Econômica do Estado, para formação de um pecúlio que só receberão no fim do curso, juntamente com o diploma de habilitação profissional". Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios. op. cit., p. 24.

(83) Em 1937, algumas alunas, ao comentar sobre uma série de problemas que viam na Escola, mostraram-se indignadas com relação às normas que regiam a distribuição de tarefas nas oficinas e o pagamento do pecúlio: "Nos casos de impedimento, força maior, etc., tira-nos as tarefas e por conseguire a pequenina porcentagem que perceberíamos, não findo o trabalho, dia, semana, mez, trimestre, semestre ou anno, mas findo o curso. Quem interrompe o curso não recebe siquer uma pataca". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. "Jornal do Estudante", maio de 1937.

cialmente pedagógica e, por isso, não visava o lucro (84). No entanto, frequentemente a direção escolar manifestava-se com entusiasmo, junto à imprensa ou em relatórios dirigidos a autoridades governamentais, a respeito da "renda lissongeira" obtida nas oficinas, que chegava a proporcionar lucros ao Estado (85). A leitura do quadro demonstrativo do movimento de vendas, correspondente ao período 1919-1929, elaborado por Horácio da Silveira, em seu relatório de 1929, dirigido ao Secretário do Interior, leva a pensar que a Escola tinha interesse em obter lucros através dos trabalhos confeccionados pelas alunas nas práticas de oficina (86). Este ponto de vista é reforçado, com contundência, por uma reportagem feita sobre a Escola, pelo "Jornal do Estudante", em 1937, a partir de depoimentos colhidos junto a alunas. Estas formularam considerações a respeito da Escola que chocavam-se, violentamente, com a imagem desta, construída pelo meio oficial e pela grande imprensa. Sobre o processo de aprendizado profissional adotado, na época, pela instituição em pauta, o Jornal argumentou:

(84) A este respeito, Horácio da Silveira fez o seguinte esclarecimento: "A Escola recebe encomendas e fez sem prejuízo do ensino. Os trabalhos encomendados são distribuídos às classes, de acordo com o desenvolvimento profissional das alunas. Vê-se por ahi, que a produção das oficinas não é industrializada, e que a nossa principal preocupação é a educação técnica e moral das moças que nos são confiadas". Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios. op. cit., p. 26.

(85) Em 1929, o diretor da Escola Profissional Feminina informou que "No anno proximo fíndo todas as oficinas cobriram as suas despezas, pagaram os peculiares de suas alumnas, e deixaram lucro apreciavel. (...) Assim sendo, ficam conciliadas a parte econômica e a parte educativa". Escola Profissional "Carlos de Campos", São Paulo. 3ª Conferência Nacional de Educação 7-9-1929. op. cit., página não numerada.

(86) Indicando "animadora progressão", o quadro demonstrativo de vendas dos produtos executados pelas alunas, nas oficinas da Escola, elaborado por Horácio da Silveira e correspondente ao período 1919-1929, apresentava os seguintes dados:  
 1919 - 12:347\$660; 1920 - 22:931\$600; 1921 - 24:339\$400; 1922 - 30:106\$920;  
 1923 - 36:153\$200; 1924 - 39:345\$600; 1925 - 41:668\$600; 1926 - 43:226\$600;  
 1927 - 54:928\$400; 1928 - 74.059\$200; 1929 - 78:585\$900. Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatório dos Trabalhos Escolares em 1930. op. cit., p. 9.

"as aulas teóricas, segundo ouvimos, não se diferenciam dos programmas do grupo escolar. Os trabalhos práticos, que absorvem as alumnas 4 horas e meia, merecem atenção especial da direcção. 'Pratiquem, pratiquem sempre, para o seu próprio bem'. Perguntamos quais os resultados práticos obtidos pelas collegas que terminaram o curso: 'Óculos e dores nas costas', responderam." (87)

Ainda cabe destacar, como estratégias disciplinadoras presentes no processo educacional efetuado na Escola Profissional Feminina, nos anos 30, as aulas de música, canto coral e de educação física, introduzidas em caráter obrigatório, pelo Código de Educação de 1933, nos estabelecimentos de ensino profissional (88). As aulas de teoria musical aprimoraram, técnica e disciplinarmente, o canto coral que já vinha sendo executado na Escola desde a década anterior (89). Além de apresentações em eventos realizados na própria instituição, esta atividade foi utilizada como meio para promover "demonstrações de massa", fenômeno social muito explorado na Era de Vargas. Tratavam-se de apresentações de impacto, realizadas em datas cívicas, destinadas ao grande público e proporcionadas por grandes coros estudantis. Nestas ocasiões, segundo Dona Lina Ranie-

(87) Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. "Jornal do Estudante", de maio de 1937.

(88) O Código de Educação de 1933 determinava, através de seu artigo 350 que "As alumnas terão aulas de música e canto coral, que constituem matéria obrigatória em todas as escolas, seja qual for seu grau ou natureza". A mesma legislação instituiu a obrigatoriedade de educação física, em seu artigo 349: "A educação física será ministrada obrigatoriamente a todos os alunos, distribuídos quanto possível em turmas homogêneas. Além das horas de recreação haverá por semana três horas ao menos, de exercícios físicos sistematizados". Governo do Estado de São Paulo. Coleção de Leis e Decretos - 1933, p. 356.

(89) Conforme depoimentos das ex-alunas Antonia Ramos, Iris Krauss e Olga Vasquez, os ensaios e apresentações do coral, na Escola, eram dirigidos pelo maestro Italo Izzo, sob acompanhamento de um piano alemão (Schutz Mark, C. Bechstein, Berlim) e de uma pianola francesa (d'Harmonium M. Kasriel - Paris), cujos instrumentos musicais ainda encontram-se na Escola, porém em péssimo estado de conservação.

ri, ex-aluna da Escola Profissional Feminina, cantavam músicas "que falavam da nossa cultura, da nossa gente, canções que procuravam tocar o coração brasileiro". Nesta perspectiva, fazia parte do repertório do coral da Escola hinos que exaltavam a Pátria, a pujança de nossa terra, o perfil de uma mocidade ordeira e vigorosa, o futuro promissor do Brasil, a condição maternal da mulher. (90)

A introdução de aulas de educação física, nas escolas profissionais, foi de encontro ao movimento de construção de uma consciência higiênica e sanitária, que articulava-se, por sua vez, a projetos de instauração de uma nova ordem social. (91). Médicos, engenheiros, educadores e outros agentes formularam propostas recomendando a prática de ginástica e de jogos, entre trabalhadores, estudantes e crianças como forma de garantir a saúde da "máquina humana". A educação física, executada de forma metódica, militarizada, tinha em vista desenvolver o potencial muscular do corpo e "domar" o espírito, ajustando o homem ao trabalho e à projetada ordem social, inspirada no corporativismo e no ideário da racionalização. As alunas da Escola Profissional Feminina faziam, regularmente, exercícios físicos, jogando vôlei e basquete (92), participando de competi-

(90) Nos anos 30, as alunas da Escola Profissional Feminina costumavam cantar nos eventos escolares, além dos hinos pátrios — Nacional, à Bandeira, da Independência e da Proclamação da República — e do hino da própria instituição escolar, outras peças musicais de conteúdo cívico, tais como, Avante Mocidade, Canção dos Escoteiros, O Futuro, Hino às Mães, Hino às Aves, Hino às Arvores. Cf. ARAUJO, Dalva. Hinos Patrióticos. op. cit..

(91) "De repente toma-se consciência de que repensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano". LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, Editora da UNICAMP/Papirus; 1986, p. 75.

(92) "No dia 4 de novembro realizaram-se no Instituto Profissional Feminino de São Paulo, jogos de voleibol e bola ao cesto entre quadros formados por elementos da associação das alumnas e ex-alumnas da Escola Profissional Feminina, mantida pelo Instituto, verificando-se então tais jogos os progressos que a educação física está obtendo nesse estabelecimento". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes de Jornais. "O Estado de São Paulo", novembro de 1935.

ções desportivas com outras escolas e marcando presença nos desfiles e nas demonstrações de ginástica realizadas em da tas cívicas. Em referência ao número de ginástica apresentado pelas alunas nos festejos comemorativos do 28º aniversário de fundação das duas primeiras escolas profissionais de São Paulo, pelo Governo Estadual, o jornalista Lellis Vieira, do "Correio Paulistano", fez sugestivas menções, que vão de encontro à perspectiva de análise que articula o fomento da educação física militarizada à uma concepção de ordem social harmônica, autoritária e racionalizadora.

"O programma athletico esteve bizarramente emotivo. Moças com pernas de aço e hombros de marmore, marchando como se fossem batalhões de guerra! Gynasticas magnificas, rithmos de espantar, pela precisão chronometrica dos movimentos. Gente de virar e romper, pessoal sadio e disposto p'ra o que der e vier". (93)

Na perspectiva de também influir na formação de corpos fortes e espíritos dóceis e ordeiros, foram criadas, pelo Governo Paulista, colônias de férias, na cidade de Santos, destinadas a atender alunos do ensino profissional (94). Em suas permanências nestas colônias organizadas

(93) "Correio Paulistano", de 30 de setembro de 1939. Livro de Recortes. Escola Profissional Feminina.

Lembramos que nos programas comemorativos do "Dia da Pátria", no decorrer dos anos 30, geralmente constavam desfiles e demonstrações de exercícios físicos, realizados por escolares, na denominada "Collina histórica", conforme veiculam jornais da época.

(94) "Como auxiliar precioso da educação da saúde, base para a vida e principalmente para a formação de artífices destinados à produção eficiente, o governo instituiu colônias de férias para alunos de escolas profissionais". SILVEIRA, Horácio da. O Ensino Technico-Profissional e Doméstico em São Paulo. op. cit., p. 56.

no Instituto "Dona Escolástica Rosa" (95), os alunos cumpriam uma programação rígida, compreendendo exercícios físicos na praia, banhos de mar e passeios culturais guiados (96), dos quais as alunas da Escola Profissional Feminina participavam com entusiasmo.

Ao tratar de questões de ordem e disciplina, no estabelecimento de ensino em estudo, não podemos omitir referências à atuação de Laia Pereira Bueno — professora, vice-diretora e diretora — dos anos 20 a meados da década de 50 — maior autoridade feminina na sua trajetória (97). Associando vigilância constante à força persuasiva que emanava de seus atributos pessoais — competência, eficiência, beleza, elegância, recato, polidez e meiguice — Laia, na condição de vice-diretora, conseguia acomodar tensões da comunidade escolar, mantendo a ordem e a aparência de tranquilidade na Escola. Nas referências feitas por ex-alunas, a seu respeito, entrevemos que cristalizou-se em torno de sua imagem um modelo de mulher e profissional que, seguramente deve ter influenciado na formação das educandas. Iris Krauss lembrou-se que

(95) "O decreto 6.222, de 18 de dezembro de 1933, que converteu o Instituto "Dona Escolástica Rosa", de Santos, em escola profissional secundaria mixta estabelece a organização alli de uma COLONIA DE FERIAS para os alunos de outros estabelecimentos profissionaes do Estado, cujas despezas são custeadas pelas associações dos aprendizes e auxiliados, quando necessário, pela verba ordinaria de cada escola". Idem, ibidem.

(96) O jornal "Tribuna de Santos" fez o seguinte comentário, a respeito da visita feita à colônia de férias, do Instituto "Dona Escolástica Rosa": "Tivemos o ensejo de constatar a ordem com que vem sendo cumprido o programma elaborado, do qual constam banhos de mar, exercícios na praia e passeios pelos pontos mais pittorescos da cidade". Escola Profissional Feminina. Livro de Recortes. Jornal "Tribuna de Santos", de 22 de junho de 1934.

(97) Laia Pereira Bueno começou a trabalhar na Escola Profissional Feminina em junho de 1924, como professora de História e Geografia — conforme demonstra o Livro do Ponto da Escola, correspondente a este ano; em 1927 passou a ser vice-diretora e em 1938, diretora, permanecendo neste cargo até meados da década de 50, quando então se aposentou.

"Ela costumava assistir, diariamente, a entrada e a saída das alunas, cumprimentando uma por uma. Ela ficava, em pé na escada do prédio que dava acesso ao pátio com seu jeito bom e meigo. Este hábito ela manteve por muitos e muitos anos. Eu convivi com dona Laia por décadas — primeiro na condição de aluna e depois como professora — e neste tempo todo eu nunca vi ela alterar a voz com ninguém. Ela era uma lady".

Notamos que o gesto incorporado por Dona Laia — assistir, diariamente, a entrada e a saída das alunas —, em sua prática de administração escolar, na qual cruzavam-se intenções de controle, polidez e afetividade, facilitou-lhe o exercício da vigilância sobre as estudantes. Todavia, ainda que estivesse ali, junto das meninas, a autoridade que emanava de sua postura e elegância impunha um natural distanciamento, evitando o estreitamento de laços afetivos entre diretora e educandas.

Finalmente, importa ter presente que, na configuração hierárquica das relações de poder da Escola Profissional Feminina, no período em questão, destacaram-se dois elementos importantes: a consolidação de um saber médico em torno de higiene e de puericultura e a fundação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. O primeiro, situado na esfera educacional, articulou-se ao novo perfil de ensino que se cristalizou na Escola, naquele momento, onde a preparação da mulher para o exercício da maternidade tornou-se prioridade. No processo educativo desencadeado por novas diretrizes da Escola, a atuação médica foi altamente significativa, com intervenções viabilizadas pela ação conjunta entre a Escola e o Serviço Sanitá-

rio, por intermédio de atividades desenvolvidas no Dispensário de Puericultura. (98)

Quanto ao dado acrescentado pela criação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, em 1934, na esfera hierárquica da qual passaram a fazer parte todas as atividades e instituições voltadas para o ensino profissional, cabe destacar o deslocamento da Escola, da Diretoria de Ensino, para este órgão coordenador da instrução profissional no Estado de São Paulo (99). Desta maneira, no organograma da administração do ensino estadual, a instância imediatamente superior à Escola passou a ser esta Superintendência.

Para garantir a eficiência e a agilização no desempenho dessas atividades administrativas, a Superintendência lançou mão de um recurso técnico extremamente moderno e sofisticado, na época: o rádio (100). Porém, cabe registrar que a organização radiotécnica do ensino profissional, que contava com dezessete estações transmissoras instaladas nas escolas da Capital e do Interior também tinha

(98) O funcionamento do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina, criado em 1931, dependia da colaboração da Inspetoria de Higiene e de Assistência à Infância, um dos departamentos do Serviço de Higiene. Para o funcionamento do Dispensário, essa Inspetoria contribuía com o pessoal técnico, composto de um médico pediatra e duas educadoras sanitárias. Cf. SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de educação profissional". In Revista IDORT, num. 24, dezembro de 1933, p. 280.

(99) A criação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, em 1934, cuja medida acompanhou a tendência da época de departamentalizar os órgãos públicos, com o intuito de modernizá-los e reorganizá-los racionalmente, teve por objetivo agilizar a difusão do ensino profissional. Cf. SILVEIRA, Horácio da. op.cit., pp. 5-8.

(100) A respeito da importância da rede rádio telegráfica e rádio telefônica na administração escolar, o jornal "A Gazeta", fez as seguintes considerações: "Sob o ponto de vista administrativo, a utilidade da rede é indiscutível: ordens, instruções, comunicados urgentes são transmitidos pela Superintendência, com a máxima presteza — a presteza do rádio — e respondidas com a mesma brevidade, mesmo em se tratando das mais distantes, o que significa que, para o ensino profissional paulista, não existem as inconveniências da distância, nem do serviço postal...". Jornal "A Gazeta". "Escolas sem professores". Livro de Recortes. Escola Profissional Feminina, 10/11/1938.

acentuada finalidade educacional. Além de aulas de inglês e conferências sobre temas diversos

"(...) convém ainda lembrar que todas as grandes datas de nossa história são comemoradas com paletas cívicas, para cuja transmissão se forma toda a rede radiotelefônica do Ensino Profissional". (101)

A utilização do rádio como poderoso recurso didático-pedagógico vinha ocorrendo em vários países europeus, como França e Suiça. No entanto, foi na Alemanha que a importância deste meio de comunicação adquiriu grandes proporções, nos processos de escolarização, chegando a substituir a presença do professor em sala de aula, nas instituições de ensino criadas pelo Governo Nazista, sob a denominação "escolas sem professores" (102). Elogiando esta iniciativa de Hitler, o jornal "A Gazeta" sugeria, em 1938, que o Brasil adotasse medida semelhante, dado sua eficiência na solução de problemas educacionais. Todavia, importa ter presente que, a Superintendência de Educação Profissional e Doméstica já havia se antecipado neste sentido, visto que desde alguns anos vinha utilizando o rádio como instrumento de educação e controle administrativo, promovendo grandes expectativas quanto sua capacidade de intervenção

(101) Idem, ibidem.

(102) "(...) interessante iniciativa de Hitler, segundo a qual teriam sido instaladas milhares de "escolas sem professores" nos principais bairros operários de toda a Alemanha. Tais escolas consistem simplesmente na instalação de aparelhos receptores em grandes salas mobiliadas, como são comumente as escolas. Somente não há, nessas novas escolas, o lugar destinado ao mestre, e isto porque, para essas milhares de casas de ensino, existe apenas um professor, ou melhor, os professores que, de hora em hora, se sucedem diante do microfone de potentíssima estação transmissora de Berlim". Idem, ibidem.

no processo de conformação de uma juventude trabalhadora e ordeira. Destacamos que no acervo da Escola Profissional Feminina foram encontrados além de vestígios do rádio transmissor, discos, fragmentos de filmes e pedaços de um projetor cinematográfico (103) — sinais de uma época de fausto e opulência escolar porque a educação era via de "reconstrução nacional" (104) e estes recursos técnicos faziam parte do arsenal posto a serviço da orientação e disciplinarização do ensino nos padrões da Escola Nova.

A partir das considerações formuladas em torno da disciplina, ordem e hierarquia na Escola Profissional Feminina, nos anos 10/20/30, inferimos que, na primeira dé cada de seu funcionamento, predominou um regime escolar que pretendera controlar alunas e professoras através, fundamentalmente, da vigilância e da coerção. Contudo, no início dos anos 20, acompanhando a difusão de científicas e modernas idéias pedagógicas no meio educacional paulista, começaram a ser introduzidos, no estabelecimento de ensino em estudo, mecanismos disciplinares de caráter persuasivo, os quais consolidaram-se na década posterior. Estes, constituídos por novas disposições espaciais, novas relações de poder e novos programas curriculares — educação moral e cívica, economia doméstica e puericultura, música, desenho, educação física —, tiveram em vista formar a mulher dona de casa, mãe de família e trabalhadora ordeira, eficiente, laboriosa e patriótica. Era o sonho de plasmar a abelha com dupla função, doméstica e operária simultaneamente.

(103) O cinema que foi introduzido nos anos 1930, na instrução pública paulista, tinha uma dupla finalidade nos estabelecimentos de ensino: exibir filmes educativos e registrar, tanto eventos marcantes como atividades do cotidiano escolar. É o caso dos fragmentos de filmes encontrados na Escola Profissional Feminina que mostram o trabalho educacional diário, realizado no Dispensário de Puericultura e aulas de Educação Física.

(104) Em Reconstrução Educacional no Brasil - título que recebeu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ao ser publicado em 1932, por Fernando de Azevedo, sobressai-se a ideia que articulava a reconstrução nacional à reorganização do en-

### **CAPÍTULO III**

#### **PLASMANDO A RAINHA DO LAR**

"Dirigindo o lar, a mãe de família, ella está no ser verdadeiro papel, no seu throno de majestade, onde, plasmando o caracter dos filhos, formando-lhes a alma, contendo e aconselhando o esposo, é causa de grandeza, de valor e de sua patria". (Aprígio Gonzaga).

Antes de enfocar as atividades desenvolvidas na Escola Profissional Feminina, em torno de economia doméstica, higiene e puericultura, no período compreendido entre 1929 a 1939, cabe registrar a sistematização de medidas, desta natureza, no interior do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, na segunda metade dos anos 20. Lembramos que este período foi um momento em que se ampliou e se aprofundou o debate a respeito da necessidade da formação de uma consciência sanitária no seio da sociedade. A força desta proposta fez-se sentir em 1925, quando o Serviço Sanitário foi reorganizado com ênfase em estratégias persuasivas, pelo então diretor, Geraldo de Paula Souza, médico sanitário e um dos expoentes da administração pública em questões sanitárias<sup>(1)</sup>. Reformulado, este Serviço tratou de viabilizar a construção de uma nova maneira de pensar a saúde físico-mental, organizando programas educativos que se destinavam à população como um todo. Médicos, higienistas e educadoras sanitárias, através da Inspetoria de Educação Sanitária<sup>(2)</sup>, esforçaram-se no sentido de envolver outras

(1) A Reforma Paula Souza, empreendida em 1925, no Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, alterou o perfil deste órgão, dando início a práticas sanitárias de caráter persuasivo, que fizeram sentir sobretudo na Capital. Antes desta reformulação, o Serviço Sanitário paulista norteava-se pela linha da escola francesa Pasteuriana ou bacteriológica, cuja preocupação centrava-se no combate a doenças infecção-contagiosas, utilizando estratégias como o isolamento dos doentes e intervenções da polícia sanitária. Geraldo de Paula Souza, que teve a sua formação médica sanitária na Universidade de John's Hopkins, nos Estados Unidos, sistematizou medidas no Serviço em questão que iam de encontro à escola americana, baseada nos preceitos de C. Winslow, formulador da Saúde Pública moderna, que, por sua vez, firmava-se na Administração Pública Científica e na Educação Sanitária. Cf. LUZ, Madel. Medicina e ordem política brasileira. op. cit.

(2) "A Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo, dependencia immediata do Serviço Sanitário, foi criada pelo artigo 47 do decreto nº 3876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço de São Paulo e repartiu os dependentes."

(...) Dois os fins directamente visados pela Inspetoria de Educação Sanitária no seu programa;

a) formação da consciência sanitária da população pela instrução e educação sanitárias;

b) assistência sanitária".

MELLO, Francisco Figueira de. "Inspetoria de Educação e Centros de Saúde", in: Annaes da III Conferencia Nacional de Educação. Departamento de Publicidade da Directoria Geral da Instrucção Pública de São Paulo, 1930, pp. 632-633.

agências sociais, como agremiações femininas, escolas, quarteis, fábricas, nas experiências educacionais que estavam sendo desenvolvidas, nos Centros de Saúde, em torno de higiene pré-natal, infantil e de adultos. (3)

Enquanto a Inspetoria de Educação Sanitária era o "órgão director e coordenador de todo o movimento de Educação Sanitária em São Paulo", os Centros de Saúde — Móedo, Brás e Bom Retiro —, sob direção da Inspetoria, constituíram-se no local de implementação das medidas pensadas (4). Neste processo de higienização da sociedade, as educadoras sanitárias — professoras normalistas que passavam por um curso especializado, ministrado pelo Instituto de Higiene, com duração de 18 meses —, significaram o elo de ligação entre o órgão público encarregado de formular programas saneadores e a massa alvo dos mesmos. Os promotores das novas práticas de higiene e sanitarismo, recorriam, então, a profissional conchedora de métodos didáticos, com experiência pedagógica, para desempenhar a tarefa de persuadir a população a adotar os novos hábitos de higiene e a nova concepção de saúde individual, que se articulava à perspectiva da saúde do social. (5)

(3) "A acção da Inspetoria de Educação Sanitaria estende-se, também, ás associações, quarteis, fabricas, etc., por meio de palestras, conferencias, projeções de filmes, etc.". MELLO, Francisco Figueira de. op. cit., p. 639.

(4) Os Centros de Saúde que vinham a ser "Centros irradiadores da acção educativa nos distritos em que estão localizados, dispensam a assistencia sanitaria a todos os pacientes que os procuram e residentes nas zonas delimitadas para a sua acção. Cada Centro reune em si, além do Serviço de Hygiene Escolar que representa suas actividades, os demais serviços de Hygiene Pré-Natal, Infantil, Pré-Escolar, Domiciliaria Mental, de Olhos, Ouvido, Nariz e Garganta, os de Tuberculose, Syphilis e Molestias Venereas, Vermíneos, Impaludismo, Colites parasitarias e infecções, Radiologia, Exame Medico Geral, Inspécções de Saude e ainda a Cozinha Dietética e de Demonstrações". CASTRO, Maria Antonieta de. "Escola e Saude", in: Annaes da III Conferencia Nacional de Educação. op. cit., p. 726.

(5) "De facto, quem melhor poderá cooperar para a divulgação dos ensinamentos hygienicos, que a professora, acostumada a ensinar, senhora dos methodos e processos pedagogicos mais aperfeiçoados, conchedora da psychología do educando, capaz de adaptar o ensino ao grau de desenvolvimento de determinado grupo da população". Idem, p.727.

### 3.1 - Sob a conexão de saúde e educação

Para efetivar esta pretendida ação educativa, a Inspetoria de Educação Sanitária lançou mão de múltiplos recursos, que foram dos mais tradicionais — como palestras, cartazes, folhetos — até o que demais moderno a tecnologia do momento podia oferecer às práticas pedagógicas — o rádio e o cinema<sup>(6)</sup> —, preservando, porém, táticas que conjugavam aspectos coercitivos e persuasivos, como o caso das visitas domiciliares. Esforços foram centrados na assistência e educação de gestantes, crianças e mães, principalmente das camadas sociais mais pobres<sup>(7)</sup>, com a finalidade de combater a mortalidade infantil e construir padrões de comportamento sob a ótica dos promotores da nova consciência sanitária.

Os escolares constituíram-se numa clientela alvo deste empreendimento saneador, pois a meta era sedimentar hábitos, valores e padrões de conduta no adulto de amanhã. Neste sentido, foram elaborados diversos programas destinados a atingir este segmento da população, prestando-lhes assistência médico-sanitária, e inculcando-lhes novos co-

(6) "(...) e as crianças, os escolares, vendo em 'films' cinematographicos os effeitos dos maus e dos bons habitos hygienicos, ouvem lições, ensinamentos indispensaveis à formação da consciencia sanitaria dessa massa em formação do homem de amanhã". MELLO, Francisco Figueira de. op. cit., p. 630.

(7) Em 1941, na Jornada de Habitação promovida pelo IDORT, expondo sobre Habitação Higiênica, Maria Antonieta de Castro referiu-se a aulas de educação higiênica que ministrara no final dos anos 20, na Rádio Educativa de São Paulo. Cf. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, número dedicado à publicação de palestras apresentadas na Jornada de Habitação. São Paulo. 1942. "A educadora armada dos conhecimentos que lhe deu um curso completo, percorrendo bairros, os mais pobres e humildes, e de casa em casa, de mãe para mãe; de escola em escola, de criança para criança vai ensinando o que são habitos sadios e a prática desses ensinamentos". Idem, pp. 629-630.

nhecimentos e práticas em torno de saúde (8). Um desses programas, que cabe registrar neste estudo, foi a Escola de Mæzinhas, criado em 1926, no Centro de Saúde Modelo. Tendo em vista preparar mulheres para o exercício da maternidade, sob concepções técnico-científicas e rationalizadas, este projeto reintroduziu, em caráter extra-curricular, programas de puericultura no último ano de grupos escolares (9). Maria Antonieta de Castro, educadora sanitária de grande projeção na época, assinalou que a Escola de Mæzinhas fora o primeiro curso regular de puericultura que a Inspetoria de Educação Sanitária conseguiu organizar, "apesar dos obstáculos oriundos da má vontade e da má compreensão de sua finalidade, quiçá dentro do próprio serviço". Este curso, que ao menos num primeiro momento contou com dificuldades para conseguir consenso dentro da própria Inspetoria, conforme sugere o comentário da referida educadora sanitária, no seu desenrolar conseguiu adesão de "senhoras e senhoritas da nossa sociedade e alumnas de escola normal". Idealizado conforme modernas concepções didático-pedagógicas, o programa era trabalhado de forma que a teoria fosse associada ao exercício da observação e da experimentação, girando em torno de um conteúdo programático que tinha por meta treinar meninas, moças e mulheres, no tratamento de crianças, sob perspectiva científica, enfatizando a aplicação das teorias e a realização de exercícios práticos.

(8) Ao falar da atuação da Inspetoria de Educação Sanitária junto aos escolares, em seu trabalho "Escola e Saúde", Maria Antonieta de Castro, educadora sanitária-chefe, deste órgão, esclareceu que "É a educadora sanitária especializada em hygiene escolar quem leva do Centro de Saúde para a Escola a Educação Sanitária e encaminha da Escola para o Centro o alumno necessitado de Assistência Sanitária". CASTRO, Maria Antonieta de. "Escola e Saúde". op. cit., p. 727.

(9) O curso de Mæzinhas, criado em 1926, pela Inspetoria de Educação Sanitária, no Centro de Saúde Modelo, "Destinava-se a alunas das classes adiantadas dos grupos escolares "Prudente de Moraes" e "Regente Feijó". CASTRO, Maria Antonieta de. "O ensino de puericultura nas escolas e agremiações femininas", in: Revista de Educação. Directoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo, volume IV, Dezembro de 1933, p. 121.

zando os cuidados necessários com relação à primeira infância. (10)

Tudo indica que o grupo de especialistas da Inspetoria de Educação Sanitária, partidários da difusão de ensino de puericultura entre alunas de grupos escolares, através de atividades organizadas por este órgão público, conseguiu, em pouco tempo, impor suas idéias nas diretrizes da educação sanitária irradiada por aquela agência governamental, visto que, em poucos anos, a Escola de Mãezinhas estendeu-se a um grande número de grupos escolares (11). O objetivo dos higienistas, em torno deste curso, tanto a médio como a longo prazo, era bastante ambicioso e nele lançaram-se as educadoras sanitárias, numa perspectiva salvacionista em relação à infância. O que tinham em mente era dar às meninas, com idade entre 12 e 15 anos,

"O preparo necessário, de modo a torná-las colaboradoras ativas na solução dos problemas de saúde coletiva, pelo conhecimento da natureza, necessidades e processos biológicos do crescimento e nutrição das crianças, através de observações diretas". (12)

(10) Falando sobre o funcionamento do Curso de Mãezinhas, Maria Antonieta de Castro destacou que "Aproveitadas as atividades dos serviços de higiene infantil e do lactário, então um verdadeiro laboratório de dietética infantil, foi possível dar, a esse curso, um cunho verdadeiramente prático, com demonstrações sobre pesagem, banho, preparo de leites, etc., de acordo com programa que é, ainda hoje, seguido em cursos semelhantes". Idem, ibidem.

(11) Em 1933, Maria Antonieta de Castro comentou que a propagação de conhecimentos e práticas do campo da puericultura, entre meninas de grupos escolares havia se constituído na maior "(...) preocupação do Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, merecendo o maior carinho do corpo técnico de educadoras sanitárias, que, animadas do maior entusiasmo, já organizaram curso de puericultura em sessenta grupos escolares da Capital, com a matrícula de 4.058 alunas do 4º grau". CASTRO, M. Antonieta de. op. cit., p. 124.

(12) Idem, pp. 124-125.

CASTRO deixa bem claro, que as alunas eram pensadas como agentes multiplicadores, no meio em que viviam, do novo saber-fazer em torno da maternidade, que aprendiam no curso em questão:

"Assim, transmitindo o que aprenderam à mães, à vizinhança, ao mesmo tempo que influem, beneficamente, sobre suas relações, não promovendo a formação de sua própria consciência sanitária que as habilitará a solucionar, para o futuro, os problemas que se lhes apresentarem".<sup>(13)</sup>

Mesmo tratando-se de educandas demasiado jovens, o curso levava-as a empreender inquéritos sobre as causas da mortalidade infantil de seu conhecimento.<sup>(14)</sup> A partir dos dados colhidos, as alunas organizavam "graficos interessantes (...) respeitada, é claro, a fantasia do espirito infantil que presidiu a sua organização". O curso acabou atraindo o interesse de mães das alunas, que mostraram-se tão entusiasmadas pelas questões abordadas quanto suas jovens filhas. Em referências a este respeito, CASTRO lembrou que

"A colaboração das mães é, de tal modo, espontânea, que ao ser pedido um bebê para demonstrações práticas, lamentava-se uma por não possuí-lo e consulta a educadora sobre se pode pedir emprestado, para tal fim, o filhinho da lavadeira. Aliás,

(13) Sobre a atuação das alunas, enquanto agentes propagadores da puericultura, CASTRO destacou que as mesmas "Procuram aplicar os conhecimentos aos irmãozinhos, aos filhos da vizinha, tentam matricular-los em Centros de Saúde, elaboram sua curva de peso". Idem, pp. 124-125.

(14) Idem, p. 125.

sobre este ponto, é preciso controle para que não apareçam, no grupo, avalanches de bebês... co-baías". (15)

Se a Inspetoria de Educação Sanitária já vinha intervindo nas escolas, através de atividades como Escola de Mãezinhas, palestras sobre higiene geral e assistência aos alunos doentes, técnicos deste órgão entenderam que era necessário estreitar, ainda mais, a relação entre Serviço Sanitário e Educação, em benefício da formação da consciência sanitária na sociedade paulista. Com esta perspectiva, agentes da Saúde Pública, que vinham se articulando aos educadores, desde a década anterior, participaram da III Conferência Nacional de Educação, realizada em 1929, na cidade de São Paulo (16), apresentando vários trabalhos em torno de experiências de educação sanitária realizadas nos Centros de Saúde. De maneira geral, suas teses enfatizaram a necessidade de levar estas experiências para o interior das escolas, de uma forma sistemática, através da introdução de programas de higiene geral e infantil nos currículos dos diferentes níveis e modalidades de ensino (17).

(15) Idem, ibidem.

(16) Observando os nomes de personalidades presentes na III Conferência Nacional de Educação, nos damos conta de que um grupo expressivo dentro do movimento que lutava pela reconstrução nacional sob uma perspectiva corporativista e racionalizadora, composto principalmente por médicos e educadores, estava lá presente. Dentro destes nomes, destacamos Geraldo de Paula Souza, Gustavo Lessa, Edgard Sussekind, Leon Walter (estudioso e divulgador dos princípios científicos do trabalho e membro da Universidade de Genebra, que encontrava-se em São Paulo, discutindo questões de racionalização do trabalho), Roberto Mange e o médico João Muniz Aragão, representante do Departamento Nacional de Saúde Pública. Annaes da III Conferência Nacional de Educação. op. cit.

(17) Na III Conferência Nacional de Educação, quando foram amplamente discutidas questões a respeito dos diferentes níveis de ensino - primário, secundário, normal, profissional -, foi apresentado um número significativo de trabalhos centrados na educação sanitária, indicador de que esta questão era uma das grandes preocupações daquele momento. Citamos aqui títulos destes trabalhos que apontavam a Escola como um dos canais para construção de uma consciência sanitária na sociedade: "Da educação sanitária. Sua organização e função. A instrução sanitária através da Escola", de Alberto Silva; "A educação sanitária e o futuro do Brasil", de Carolina Coelho do Rego Rangel; "Considerações sobre higiene e inspecção médica-escolar", por Francisco Alves Mourão; "Escola e Saúde", por Maria Antónieta de Castro; "Inspectoria de Educação e Centros de Saúde", por Francisco Figueira de Mello. Cf. Annaes da III Conferência Nacional de Educação. op. cit.

Maria Antonieta de Castro, por exemplo, em sua tese "Escola e Saúde", alertou

"A Escola não deve ser, apenas, o centro da cultura intellectual da nossa infância.

A Escola não tem o direito de agasalhar corpos enfermizos, rostos pallidos, organismos debilis.

Cumpre-nos transformá-los em corpos fortes, organismos robustos.

A Escola tem que ser o centro irradiador da Saúde de nossa gente. Tem que ser o nucleo revigorador da Saúde da nação". (18)

E o desempenho, por parte da Escola, desta tarefa de dimensão patriótica, só seria possível apoando-se na educação sanitária. A escola, neste caso, somaria a suas atribuições pedagógicas a missão de conformar novos padrões higiênicos na comunidade estudantil.

"Dada a enorme população que tem sob sua guarda, facil será prever da extensão a que pode chegar a somma de conhecimentos de higiene ahí ministrados, da sua diffusão larga, pois, é bem de ver, não ficam eles adstrictos aos seus ámbitos mas, em círculos concentricos, vão se irradiando e, em ondas cada vez maiores, irão atingir a grande massa da população". (19)

Na ótica desta educadora sanitária, ao divulgar e implementar hábitos higiênicos saudáveis, a Escola esta-

(18) CASTRO, Maria Antonieta de. "Escola e Saúde". op. cit., pp. 721-722.

(19) Idem, p. 720.

ria lançando

"(...) as bases da formação da consciencia sanitaria do cidadão — factor de Saude individual, base da estabilidade e segurança da nação",

além de contribuir

"(...) para o prolongamento da vida e para seu aperfeiçoamento por todos os meios que puderem aumentar a felicidade, a efficiencia e a utilidade da especie humana". (20)

É importante destacar que as propostas levadas à III Conferência Nacional de Educação, defendendo a inclusão de programas de higiene e puericultura, nos currículos escolares, conferiram à educação formal, através destes novos conteúdos programáticos, as tarefas de participar na luta contra a mortalidade infantil, promover melhorias na condição de vida da população e colaborar na empreitada de aprimoramento da "raça". A eugenica, tema presente no discurso de Maria Antonieta de Castro — e de outros agentes sanitários que apresentaram trabalhos na III Conferência Nacional de Educação (21) —, constituirá-se numa preocupação recorrente nas décadas 1920/30, chamando a atenção de autoridades governamentais, grupos sociais e intelectuais conservadores da sociedade paulista da época. Esta questão

(20) Idem, p. 722.

(21) Francisco Figueira de Mello, inspetor-chefe da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde, apresentou na III Conferência Nacional de Educação um trabalho onde arrolava as atividades que o órgão, sob sua direção, vinha desenvolvendo, "em favor da raça e da família de amanhã. Pelo Brasil Maior, pode-se dizer". Como Maria Antonieta de Castro, Figueira de Mello identificava a educação sanitária como a estratégia de vital importância na tarefa da construção da "grande nação" e da "raça" brasileiras, daí sua insistência na inclusão da mesma nos currículos escolares. MELLO, Francisco Figueira. "Inspectoria de Educação e Centros de Saúde", in: III Conferencia Nacional de Educação. op. cit., pp. 719-732.

convertia-se num problema emergencial, na medida que tomavam corpo projetos de reformulação em que cruzavam-se temas como nacionalização do mercado de trabalho, modernização do país e disciplinarização do corpo social. No meio de todo esse processo, destacava-se a intenção de plasmar um novo trabalhador brasileiro — eficiente, ordenado e respeitador dos valores morais e cívicos vigentes. A reorganização social pensada sob uma ótica corporativista e racional, implicava na formação de elementos saudáveis, físico, mental e moralmente; era necessário constituir corpos fortes e ágeis, cujo potencial muscular deveria ser posto em serviço do trabalho e da grandeza da Nação.

Desta forma, dado as dimensões político-culturais da questão eugênica, no cenário paulista dos anos 20/30, passou a ser debatida em diferentes agências sociais, como Associação Brasileira de Educação e Academia Nacional de Medicina. Especialistas de diferentes áreas do conhecimento formularam propostas, apontando a urgência desta questão ser assumida pela educação escolar. Nestas formulações, cobraram do Estado e da sociedade uma concepção de ensino norteada por finalidades eugênicas conforme apontou a tese de Maria Antonieta de Castro, denominada "Escola e Saúde", apresentada na III Conferência Nacional de Educação, em 1929. Aliás, cabe registrar que, nesta mesma data, acontecia no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Eugenia, fundado por Miguel Couto (22), médico que presidiu a

(22) De 19 a 7 de Julho, de 1929, reuniu-se, no Rio de Janeiro, o I Congresso Nacional de Eugenia, convocado no ano anterior, por ocasião do 99º aniversário da Academia Nacional de Medicina, pelo seu presidente, Miguel Couto. Durante o Congresso em questão, que foi presidido por Roquette Pinto, foram apresentados vários trabalhos, como "A Eugenia no Brasil", de Renato Kehl; "Casamento e Eugenia", de Joaquim M. Fonseca; "O Dispensário Psiquiátrico como elemento de educação eugenica", de Gustavo Riedel; "Da educação física, como factor eugenico", Jorge de Moraes; "O problema eugenico da imigração", de A.J. de Azevedo Amaral. Cf. I Congresso Brasileiro de Eugenia. Actas e Trabalhos - volume I. Rio de Janeiro, 1929.

Associação Brasileira de Educação e a Academia Nacional de Medicina. Neste evento, Levi Carneiro fez uma conferência intitulada "Educação e Eugenia", advogando idéias muito semelhantes às de Castro, quanto às finalidades da escolarização. Ao conceituar o que seria a educação eugênica, bem como sua dimensão e amplitude sociais, destacou que "A educação ha de ser intellectual, physica e moral. Na escola e fóra da escola. No lar e na vida publica". Defendendo a educação norteada pela preocupação de contribuir no aperfeiçoamento da "raça", para formar cidadãos que conhecessem os preceitos da eugenio e soubessem das consequências advindas do desrespeito em relação a suas normas, o conferencista foi enfático ao direcionar a educação

"(...) para a creança, para a mãe, para o adulto. Curar os doentes, nutrit os debéis, corrigir os viciados, fortalecer os bons".<sup>(23)</sup>

Estes programas de educação sanitária possibilitariam às escolas formas de colaboração efetiva no processo de "aperfeiçoamento da raça", conforme apontaram teses apresentadas tanto na III Conferência Nacional de Educação, quanto no I Congresso Brasileiro de Eugenia, onde médicos e educadores voltaram-se para o ensino em torno da higiene. Suas proposições pretendiam varrer do corpo social os víncios, as doenças, os desregramentos morais e a própria miséria — concebidos como consequências da ignorância —, a fim de promoverem a melhoria da "raça brasileira".<sup>(24)</sup>

(23) CARNEIRO, Levi. "Educação e Eugenia" (conferência), in: I Congresso Brasileiro de Eugenia... op. cit., p. 115.

(24) Sob esta ótica, Levi Carneiro considerou que "Temos de fazer a educação sanitária. Exirpar o alcoolismo, que é o maior de nossos vícios. (...) Como o alcoolismo, havemos de combater as doenças venereas, e as outras e o pauperismo. Tudo o que compromette a raça, e, em grande parte, resulta apenas da ignorância". Idem, ibidem.

Acompanhando idéias presentes no imaginário das elites conservadoras, a respeito do homem das camadas populares, vários conferencistas apontaram que, da composição étnica — a partir do negro africano, do índio e do português —, assim como "dos erros havidos pela inobservância das normas da eugenia" em nossa sociedade (25), resultou, na formação do povo brasileiro, características (26), que só uma Educação adequada poderia corrigir. É o que fica evidenciado quando acompanhamos as conclusões da comissão de educação sanitária, apresentadas no final da III Conferência Nacional de Educação, propondo a inculcação de hábitos higiênicos nos educandos, através da introdução de programas de saúde, nos currículos escolares. A meta era construir a consciência sanitária no corpo social, fenômeno que culminaria no melhoramento da "raça". Das propostas apresentadas, destacamos:

## I

"Apesar de haver múltiplos esforços públicos e particulares empenhados na educação sanitária, pode-se dizer, que os grandes fócos irradiadores desta são: de um lado, as escolas; de outro os serviços de Saúde Pública.

Ambas as forças devem agir em íntima colaboração.

## II

A Educação Sanitária nas Escolas deve visar

(25) "O erro da escravidão negra, a exclusão da imigração estrangeira branca abundante durante 3 séculos e meio, fizeram com que o povoamento do nosso território coubesse, apenas, a portugueses, a africanos, a mamelucos, a mestiços". Idem, p. 116.

(26) "Amollentados, mas tenazes e intrepídos; feios mas rijos; incultos, mas sagazes e intelligentes — esses indivíduos não de constituir o povo verdadeiramente digno de seu habitat prodigioso, quando a Educação se houver disseminado largamente, continuadamente, durante algumas gerações de todos elles". Idem, ibidem.

um triplice objetivo: a) Criar hábitos saudáveis nas crianças e na mocidade; b) Ministrar conhecimentos higiênicos, de maneira que sejam os mesmos desejados pelos alunos, não impostos a estes; c) Criar na infância e na mocidade um ideal de saúde. Essa educação sanitária deverá ser extendida ao lar. (...)

## IV

É necessária a criação de cadeiras de higiene destacadas de outras disciplinas nas escolas de cursos secundário e normal. Para a nomeação dos professores dessas cadeiras deverá ser preenchida a exigência da conclusão anterior, a saber: frequência em cursos especializados de higiene.

## V

Torna-se necessária a criação, nas capitais dos Estados, de cursos de aperfeiçoamento de Higiene para os professores. (...)

## IX

O Serviço de Saúde Pública deve considerar a educação sanitária do povo como o seu dever primordial. As medidas de coerção só devem ser aplicadas em último caso". (27)

Estes encaminhamentos deixam ver, com muita clareza, que as escolas, ao lado das agências de saúde, sob coordenação do Serviço Sanitário, constituíam-se em centros irradiadores, por excelência, de conhecimentos de higiene que, atingindo os alunos e espraiando-se pelos lares,

---

(27) Cf. III Conferência Nacional de Educação. op. cit.

deveriam resultar na projeção de um novo ideal de saúde, nos planos físico e mental. Neste processo, a persuasão era a estratégia privilegiada, secundada por medidas coercitivas, que só deveriam "ser applicadas em último caso": as crianças, os jovens e toda a sociedade deveriam ser convincidos, através de argumentos científicos, a respeito da necessidade de todos aderirem ao processo higienizador, tendo em vista a saúde individual e social. Dentro das escolas, o profissional pensado para desenvolver esta nova atividade educacional deveria ser convenientemente preparado, através de cursos especializados em higiene e organizados dentro da Saúde Pública.

Para que os membros da III Conferência Nacional de Educação tivessem uma idéia do que vinha realizando-se no ensino paulista, a Diretoria Geral da Instrução Pública organizou visitas a diversas escolas, dentre elas a Escola Profissional "Carlos de Campos" — denominação que a Escola Profissional Feminina recebeu em 1927, em homenagem ao falecido presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos. E, foi por ocasião da visita dos conferencistas, realizada em 11/09/29, que a Escola "inaugurou" a cadeira de Economia Doméstica e Puericultura. (28)

Mobilizando amplos esforços, a comunidade escolar e a direção empenharam-se em exibir aos conferencistas a Escola como uma casa de ensino moderna, eficiente e ordeira; uma escola que qualificava a mão-de-obra feminina

(28) A respeito da inauguração da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura, na Escola Profissional Feminina, em 1929: "Ainda no dia 11 de setembro de 1929 foi a inauguração do curso de Economia Doméstica e da exposição de trabalhos das alumnas da Escola Profissional 'Carlos de Campos', cerimónia essa que também figurava no programma da 3<sup>a</sup> Conferencia Nacional de Educação. Educação, volume IX, nº 1, outubro de 1929, p. 47.

para o trabalho fabril, sem se esquecer da formação da mulher para o lar. Enquanto a exposição de trabalhos confecionados pelas alunas traduzia a produtividade, a face fabril da instituição, a inauguração da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura assinalava a preocupação da Escola no sentido de preparar a mulher como dona de casa e mãe de família. O chá, acompanhado de "doces confeccionados na secção de economia doméstica", oferecido aos visitantes no maior salão do 3º pavimento, em meio a um programa musical da Sociedade Rádio Educadora Paulista (29), inaugurou mais um espaço de ostentação do poder, apontando para o que de mais moderno, em termos de práticas e de recursos técnicos era então investido na educação em geral e na feminina em específico.

Importa lembrar que, além de mostrar os trabalhos de alunas e a implantação de novos programas na cadeira de Economia Doméstica e Puericultura, a Escola também exibiu, aos participantes da III Conferência Nacional de Educação, o seu novo prédio. De arquitetura arrojada e projetada para atender os requisitos da racional pedagogia, a construção foi acelerada no decorrer de 1929 (30), a fim de que

(29) "No dia da inauguração oficial da exposição, a Escola ofereceu aos srns. congressistas um chá acompanhado de finíssimos doces, confeccionados na secção de economia doméstica. Para esse serviço foi artisticamente ornamentado o maior salão do 3º pavimento, com magnífica vista para a cidade. Durante o chá que foi preparado pelo Exmo. Sr. Dr. Fábio Barreto, digníssimo Secretário do Interior, com a assistência do Exmo. Sr. Amadeu Mendes, ilustre Director Geral da Instrução Pública, foi irradiado um óptimo programma musical, por especial gentileza da Sociedade Radio Educadora Paulista. A instalação dos apparelhos receptores foi feita obsequiosamente, pela firma Amaral Cesar & Cia". Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatório dos Trabalhos Escolares em 1930. op.cit., p.11-12.

Nas décadas de 1930/40, frequentemente senhoras de famílias quatrocentonias organizavam chás neste salão da Escola, com o objetivo de homenagear autoridades públicas que tivessem alguma ligação com a questão educacional.

(30) "No decorrer do anno [1929] ficaram promptas mais 4 salas. Graças à boa vontade de V. Exa. ficou concluída, também, por ocasião da 3ª Conferência Nacional de Educação, a bella fachada do edifício, obra essa de grande valia e que impressionou optimamente todos os srns. congressistas e demais pessoas que visitaram este Estabelecimento, por ocasião do referido congresso de educação. Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatório dos Trabalhos Escolares em 1930. op. cit., p. 1.

novo edifício escolar pudesse ser admirado pelos conferencistas, como uma grande forja, onde estava sendo talhada a alma feminina que viria a depurar, curar e fortalecer a nação brasileira.

Com relação à grandiosidade, beleza e demais características que marcaram os edifícios escolares construídos neste momento em que a educação configurava-se, para setores governamentais interessados na modernização do país, como instância de conformação e homogeneinização social, Carvalho fez comentário bastante elucidativo:

"Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, ampliados e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes — tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o progresso que a República instaurava". (31)

Além de mostrar os trabalhos das educandas e o novo prédio, a direção da Escola preocupou-se, também, em expor sua capacidade de formar alunas nos novos métodos e finalidades da educação feminina. É o que percebemos no quadro comparativo, apresentado por Horácio da Silveira, entre o movimento de matrícula da Escola Profissional Feminina e o do conjunto de escolas congêneres da Argentina<sup>(32)</sup>, país considerado avançado, na época, no campo da instrução pública.

(31) CARVALHO, Marta M. Chagas de. A Escola e a República. op. cit., p. 25.

(32) Este quadro foi exposto no álbum Escola Profissional "Carlos de Campos". <sup>3a</sup>  
Conferencia Nacional de Educação 7-9-1929. op. cit., cuja material foi distribuído para os participantes desta Conferencia.

1927

Escolas profissionais femininas da Republica Argentina			ESCOLA PROFISSIONAL "CARLOS DE CAMPOS"		
Unidade	Professoras	Alumnas matriculadas	Unidade	Professoras	Alumnas matriculadas
34	311	2198	1	49	1155

Este "confronto animador" — no qual sobressai-se intenções do meio oficial de formar alunas em massa, sob a nova concepção de ensino feminino, com economia de prédios e professores — põe em evidência, segundo Horácio da Silveira,

"(...) o zelo dos nossos governos pela causa da educação popular e atesta brilhantemente a capacidade de trabalho, a dedicação e a intelligencia do professorado paulista". (33)

Como podemos observar, foi no contexto histórico paulista em que empresários, intelectuais e membros do Governo estavam encaminhando projetos que acenavam para perspectiva de reformulação social em moldes corporativistas e racionalizadores — como a formação da consciência sanitária —, que ocorreu, na Escola Profissional Feminina, a recuperção do sentido do ensino de Economia Doméstica, pensado pela Reforma Sampaio Dória e passando a se chamar, a

---

(33) Idem, ibidem.

partir de 1929, Economia Doméstica e Puericultura.<sup>(34)</sup>

### 3.2 - Sob a égide da racionalização do saber-fazer doméstico e da maternidade

Iniciando a divulgação, de forma sistemática, de conhecimentos em torno de química alimentar, higiene e puericultura, esta cadeira, que por quase uma década fora marginalizada dentro da Escola, revestiu-se de grande importância conforme foi redimensionada para formar as "verdadeiras" donas de casa. Na conjuntura em que o idéario da racionalização vinha ocupando cada vez mais espaços na sociedade, as mesmas vozes que clamavam pela erradicação da rotina, do "empirismo grosseiro", tanto na administração pública como no setor privado, esboçaram um novo modelo de mulher e de dona de casa, contrapondo-o a perfis até então vigentes. O aprendizado de mães de família e de donas de casa, que transcorria no meio familiar, onde as meninas, geralmente desde cedo, eram chamadas a participar das tarefas domésticas ao lado das mães, tomado conta dos irmãos menores, ajudando na cozinha, varrendo a casa, pautou-se pela incorporação de um saber-fazer doméstico construído nas vivências comunitárias. Porém, sob a ótica do discurso técnico-racionalizador em expansão, caberia à Escola e não mais à família, a preparação da dona de casa competente, que deveria administrar o lar, preparar a alimentação e desempenhar suas funções femininas de forma científica e racional. "A perfeita" dona de casa seria aquela

---

(34) O programa de Economia Doméstica e Puericultura, organizado em 1929 — que era praticamente cópia do programa do curso "Escola de Mãezinhas", implantado pela Inspetoria de Educação Sanitária no Centro de Saúde Modelo — acompanhou, em linhas gerais, aquele formulado pela Reforma Sampaio Dória.

que dominasse um saber-fazer doméstico fundamentado nos processos científicos do trabalho, cujo instrumental seria divulgado por um determinado tipo de escolarização. Foi tendo em vista esta concepção a respeito da educação de mulheres, que se fazia sentir na **Escola Profissional Feminina**, que Horálio da Silveira considerou:

"A cadeira de Economia Doméstica tem como escopo a formação de verdadeiras donas de casa".<sup>(35)</sup>

E o lar era o destino, por excelência, desta mulher, munida de um novo saber-fazer doméstico. A ela era atribuída a tarefa de organizar ordeiramente a célula mater da sociedade.

"Procura a Escola, como órgão de Educação, atrair a mulher para o lar, que é a sua verdadeira função social".<sup>(36)</sup>

Prosseguindo em sua fala, registrada no álbum elaborado sobre a Escola para ser distribuído aos participantes da III Conferência Nacional de Educação, Horácio da Silveira lamentou o deslocamento da mulher do lar, atribuindo este fenômeno sócio-cultural às exigências da vida moderna e as falhas de natureza educacional.

"Infelizmente, como sabemos na época actual, parte por defeito de educação, parte pelas exigências

(35) Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo. 3a Conferencia Nacional de Educação 7-9-1929. São Paulo, 1929, página não numerada.

(36) Idem, ibidem.

da vida moderna, a mulher vai sendo deslocada da sociedade para missão no seu "sociedade".<sup>(37)</sup>

Na avaliação do diretor da Escola Profissional Feminina, a mulher estava deixando de cumprir a sua principal missão social devido a dois fatores fundamentais: 1º) a nova condição da mulher, no mundo ocidental, após a I Grande Guerra, quando então passou, aceleradamente, a penetrar no mercado de trabalho, movida tanto pelas conquistas da própria condição feminina, como por necessidades materiais de existência e 2º) falha educacional. Ao mencionar este segundo fator, a argumentação do educador em pauta sugere uma crítica à orientação da própria Escola nos anos 10/20, quando a concepção de ensino feminino vigente, na sociedade paulista, não se preocupava com a formação da mulher, tarefa socialmente atribuída à família. Desta forma, o perfil da Escola, naquela época, era de uma instituição voltada, fundamentalmente, à qualificação fabril da mão-de-obra feminina. Todavia, a partir de meados dos anos 1920, em consonância com a própria dinâmica cultural da sociedade, a Escola passou a se nortear por uma concepção de ensino onde a formação da mulher converteu-se numa das atribuições prioritárias dos processos de escolarização. Sob esta perspectiva, Horácio da Silveira afirmou em 1922, que a ampliação e a inovação dos conteúdos da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura constituíram-se em importante marco na trajetória da Escola, sob sua direção.

"O ensino de Economia Doméstica e Puericultura, nos moldes em que será desenvolvido marcará pela

(37) Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo, 3ª Conferencia Nacional de Educação... op. cit., página não numerada.

sua grande ação educativa, uma nova era nos destinos deste Estabelecimento". (38)

Este novo enfoque, no sentido de direcionar o ensino profissionalizante destinado à clientela feminina para a formação de mulheres enquanto "verdadeiras donas de casa", não se limitou à Escola Profissional Feminina da Capital. A respeito desta questão, Horácio da Silveira formulou comentário, em 1929:

"As Escolas profissionais do Estado, estão resolvendo com felicidade o magno problema da educação profissional das moças das classes proletárias, dando-lhes um ofício e ao mesmo tempo as necessárias instruções para que se tornem boas donas de casa". (39)

Nestas considerações do diretor da Escola, ao falar a respeito dos objetivos do redimensionamento do ensino de Economia Doméstica, suas argumentações sugerem que tal iniciativa teve em vista contribuir para formação do "factor humano", idealizado por setores sociais e governamentais como elemento fundamental na produção. A mulher instrumentalizada para maternidade e atividades do lar com um saber-fazer doméstico técnico-científico, contribuiria na formação e manutenção do "trabalhador saudável", admi-

(38) Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatorio dos Trabalhos... op. cit., p. 19.

(39) Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo. 3a Conferencia..., página não numerada. Ainda a respeito desta questão, Horácio da Silveira informou em seu relatório, elaborado em 1930, que no ano anterior realizara-se, na Escola Profissional Feminina, uma série de concursos para provimento de cargos, da própria Escola e de outros estabelecimentos da mesma modalidade de ensino. Um dos concursos mencionado teve por objetivo prover o cargo de mestra da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura da Escola Profissional Mista de Sorocaba. Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatorios dos Trabalhos Escolares... op. cit., p. 16. Grifo nosso.

nistrando o lar com desvelo e eficiência, garantindo o repouso tranquilo do "guerreiro" e a prosperidade das energias nacionais. (40)

A implantação da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura, na Escola Profissional Feminina — assim como na Escola Profissional Mista de Sorocaba — foi precedida de um concurso para a escolha das mestras que a regeriam. Percebemos a ênfase desta nova cadeira, em especial no interior da Escola Profissional Feminina, através da forma como o diretor Horácio da Silveira referiu-se ao aludido concurso para provimento deste cargo. No relatório pertinentes às atividades desenvolvidas na Escola, em 1929, informou que foram realizados 5 concursos, sendo que limitou-se a relatar "(...) apenas o concurso de Economia Doméstica e Puericultura da Escola, por ser o mais importante". (41)

Observando a composição da sua banca examinadora — o diretor (na condição de presidente da mesma), a professora de matemática da Escola, um inspetor escolar

(40) "Preparando assim o Estado a mulher para as luctas da vida, vai creando novas energias para a sua prosperidade". Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo. 3ª Conferencia..., página não numerada.

(41) O concurso para provimento do cargo de mestra de Economia Doméstica e Puericultura ocorreu entre 19 e 20 de outubro de 1929, com participação de 14 concorrentes. Destas, apenas 3 foram classificadas. Para a regência da cadeira em questão, foi contratada a Professora Odila Ferraz Negreiros, que classificou-se em 1º lugar. Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatorio dos Trabalhos Escolares..., pp. 16-18.

(representando o Governo) e dois membros do Serviço Sanitário: Maria Antonieta de Castro, chefe das educadoras sanitárias, e Anna de Sampaio Alvim, chefe da cozinha dietética<sup>(42)</sup> —, apreende-se o controle do Estado em assuntos educacionais e a atuação conjunta dos setores de Saúde e Educação.

De outra parte, as provas escritas e orais, avaliando conhecimentos teóricos, práticos e didáticos, em torno de higiene pré-natal e infantil, desenvolvimento da criança, química e higiene alimentar<sup>(43)</sup>, apontam para conhecimentos que constituíram-se, nos anos 30, nos pilares do ensino educacional desenvolvido naquela Escola.

Além de bastante concorrido, pois participaram 14 candidatas, o concurso foi também rigoroso, em função das provas diversificadas a que as candidatas tiveram que se submeter e dele ficamos com o registro de que

"Foi um concurso memorável, pela originalidade das provas e pelo denodo com que se bateram as correntes, principalmente as que obtiveram classificação".<sup>(44)</sup>

(42) Escola Profissional "Carlos de Campos" da Capital. Relatório dos Trabalhos Escolares de 1930. op. cit., p. 16.

(43) Alguns dos itens que compuseram o conteúdo das provas deste concurso foram: Higiene Infantil: - Causas de morbidade e mortalidade infantil; sua profilaxia; Higiene pré-natal; Desenvolvimento da criança : - Peso e medidas antropométricas. Pesagem sistemática; dentição. Idem, pp. 16-17.

(44) Idem, p. 18.

Este comentário de Horácio da Silveira leva a pensar que o processo de escolha da mestra para regência da cadeira de Economia Doméstica e Puericultura introduziu novos mecanismos de seleção, dando a antever o interesse e a competição entre as concorrentes para conseguir um cargo, além do avanço que os conhecimentos em torno de higiene e puericultura despertavam entre intelectuais, médicos e educadores, no final da década de 20.

Ainda cabe ter presente que a valorização do seu ensino implicou na reorganização do espaço escolar e que, para desenvolver as atividades, "no projeto do novo prédio, ora em adeantado estado de construção, uma ala inteira destina-se a instalação de uma modelar secção de economia doméstica". (45)

A reformulação do conteúdo de Economia Doméstica traduziu o engajamento da Escola ao movimento de reconstrução nacional. Ao dar início à difusão de conhecimentos de puericultura e química alimentar, a Escola teve em vista preparar cientificamente, aquela que iria formar e manter o trabalhador saudável e o lar feliz. A construção da família harmônica era de importância básica à medida que constituir-se-ia na célula mater da sociedade sem conflitos, idealizada pelos escolanovistas e seus parceiros de fé no triunfo da ciência, da técnica e da racionalização sobre todas as esferas sociais. Como foi trabalhado, a função de

---

(45) "Esse curso [Economia Domestica], o principal da Escola, pois nesse é que serão preparadas, convenientemente, as alumnas para exercer a nobilissima função de donas de casa, de futuras mães de família, só depois do concurso acima referido e das novas instalações, é que pode ser introduzido nesta casa de ensino, com a necessaria efficiencia". Idem, ibidem.

dona de casa, sob a ótica técnico-racionalizadora, era considerada "nobilíssima" porque, indo além dos tradicionais afazeres domésticos, desempenharia um papel nuclear no processo de reordenamento social.

A formação destas futuras donas de casa, a que se propôs a Escola, devia obedecer aos preceitos da moderna pedagogia. Daí, a necessidade de métodos ensino que privilegiasssem a observação e a experimentação; de conhecimentos fundamentados na técnica e na ciência; de espaço físico arejado, bem iluminado, que possibilitasse a distribuição racional de objetos e pessoas em sua superfície. Quanto à mestra que conduziria as alunas na nova cadeira, deveria ser especializada no assunto e sua contratação não se daria por indicação ou apadrinhamento — prática comum na administração escolar vigente durante toda a República Velha —, mas através de um rigoroso processo seletivo, que tinha em vista a eficiência no desempenho do trabalho. Sem dúvida, a implantação do novo programa na cadeira de Economia Doméstica e Puericultura, na Escola Profissional Feminina, em 1929, teve por meta, contribuir nos exercícios de reordenamento da sociedade paulista, bem como significou, uma vitória dos "pioneiros" da Escola Nova.

Dividido em 3 partes — Cozinha, Roupas em Geral e Puericultura —, este programa deveria ser distribuído pelos 3 anos de duração do curso profissional, de forma que Cozinha e Roupas em Geral seriam trabalhados nos dois primeiros anos, concomitantemente, enquanto que Puericultura, no 3º ano. A seção de Cozinha, que não tinha "em vista fazer quitutes", preocupava-se em ensinar como preparar refeições econômicas, simples, balanceadas e apropriadas às

diferentes faixas etárias, condições físicas e tipos de trabalho do homem. (46)

O ensino de química alimentar tinha por objetivo informar e conscientizar as alunas a respeito da "ação dos ácidos e dos causticos e das combinações perigosas dos alimentos" (47). Seu aprendizado dava muita ênfase à higiene alimentar, abordando as doenças comuns nas aves e no gado bovino. Como também era enfatizada a manutenção da cozinha higiênica as alunas aprendiam técnicas de limpeza de louças, de metais e vidros, como arrear, polir, preparar sabões, etc.

Na expectativa de formar donas de casa com o espirito de poupança, a mestra de Cozinha deveria criar oportunidades para ver quem prepararia uma refeição com "mínimo de despesa", assim como promover visitas ao mercado, a fim de que as alunas adquirissem o hábito de confrontar os preços.

A seção de Roupas em Geral compreendia as atividades de lavar, passar, engomar e costurar, limitando-se esta última às necessidades fundamentais da família (roupas de crianças, homens, mulheres e de cama). Assim, esta seção tinha em vista confeccionar, conservar e reparar as vestimentas, na perspectiva de contenção de despesas. Desta forma, as alunas eram orientadas quanto ao aproveitamento racional das roupas de família,

(46) O programa de Cozinha recomendava que as alunas deveriam aprender a "Preparação de alimentos para velhos, para crianças, para pessoas de vida sedentária; alimento de poupança". Escola Profissional "Carlos de Campos" São Paulo. 3ª Conferência Nacional... op. cit., pagina não numerada.

(47) Idem, ibidem.

aprendendo técnicas de remendar, serzir, "concretar meias pelo fio, collocar biqueiras e calcanhares", além de como fazer "tinturas de roupas brancas ou de lã".<sup>(48)</sup>

O ensino de puericultura, desenvolvido no último ano do curso profissional, centrava-se na higiene e preparação de alimentos da criança, "de modo que a moça saia da escola com a prática suficiente para ser uma boa dona de casa". Sobre a metodologia a ser adotada no desenvolvimento deste ensino, o programa de puericultura aconselhava:

*"Deve a professora abordar a delicada função de mãe, mostrando e educando as futuras esposas com tacto e proficiencia, para que bem saibam o futuro que as espera. O programa deve ser executado não a risca, numa ordem rígida, mas aproveitando todas as oportunidades para educação doméstica".* (49)

Apreende-se, nestas palavras proferidas por Horácio da Silveira, que o matrimônio, a maternidade, as prendas do lar, mais do que parte do inevitável futuro das meninas que trilhassem por uma vida normal, exigiam um treinamento adequado para que soubessem o futuro que lhes estava reservado. E era atributo da Escola prepará-las para este futuro, histórica e socialmente já determinado e que não era fácil. Daí a recomendação às professoras para que usassem de tato, habilidade, paciência e docilidade ao tratar de questões em torno de criação de filhos, introjetan-

(48) Idem, ibidem.

(49) Idem, ibidem.

do estas mesmas características na formação das alunas para que melhor enfrentassem o amanhã de muita labuta que as aguardava.

Em consonância com os experimentais métodos pedagógicos, o ensino de Puericultura, ao ser implantado na Escola Profissional Feminina, tinha pretensões de ultrapassar o plano teórico. Para que fosse possível o exercício da observação; do aprender como a fazer, fazendo — princípios fundamentais da escola ativa —, o programa sugeriu:

"Conviria que a Escola obtivesse creancinhas de peito, de colo e já andando, irmãs das alumnas, para serem cuidadas, alimentadas: seria ensinar as alumnas a fazer, fazendo". (50) 10

Também fazia parte da cadeira de Economia Doméstica questões de arranjo do lar, desenvolvidas nas seções de Cozinha e Puericultura, onde o bem arrumar a casa presupunha "apreciação dos enfeites" e "práticas moraes".

"Arrumar casa — por meio de estampas e com móveis adrede preparados: roupas, cortinas, quadros, plantas, flores e objetos de arte; apreciação dos enfeites; práticas moraes sobre o arranjo do lar; desenho applicado e pintura decorativa". (51) 11

A harmonia, o belo, proporcionados pelo senso estético racionalizador, eram entendidos como elementos

(50) O programa de puericultura da Escola Profissional Feminina de 1929, consistia nos seguintes itens: "a) Lavar e vestir creanças. b) Cuidados com a mamadeira; preparação do leite esterilizado em vidros próprios e em garrafas. c) Preparação de alimentos para a creanças, nas diferentes edades; explicação dos fenômenos da vida vegetativa da creança; cuidados especiais das mães". Idem, ibidem

(51) Idem, ibidem.

importantes na formação de indivíduos saudáveis físico, mental e moralmente. A beleza era vista como um fator que contribuiria para a disciplinarização e a moralização dos indivíduos, uma vez que

"Exaltar a belleza é fazer algo pela eugenia" (52)

e

"Nada de bello e de bom se pode estabelecer, fora do equilibrio, da harmonia e da ordem. A arte sugere assim a moral. De uma a outra, transpõem-se as impressões e as emoções; o homem penetrado das influencias serenas da belleza, sente a necessidade de pôr 'a harmonia e o numero', isto é, a ordem, na propria conducta". (53)

Importa lembrar que este tema da beleza e do cuidado com relação à estética foram recorrentes nas publicações do IDORT, em suas menções ao Departamento para a Beleza do Trabalho da Alemanha Nazista, onde identificavam beleza do trabalho com racionalização. (54)

Ao observar o programa de Economia Doméstica e Puericultura da Escola, de 1931, percebemos que as seções de Cozinha e Roupas em Geral mantiveram-se inalteradas em relação ao de 1929. Puericultura, por sua vez, teve seu conteúdo programático ampliado, com a introdução de novos preceitos de higiene, que tinham em vista garantir a saúde e o melhor desenvolvimento da criança, tais como: educação física infantil, passeios ao ar livre, prudência em relação

(52) TEPEDINO, A. Alma e Belleza. São Paulo, edição Annunziata, 1938, p. 5.

(53) AZEVEDO, Fernando de. Novos Caminhos e Novos Fins. Ob. cit., p. 208.

(54) Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão (?). op. cit.

aos beijos<sup>(55)</sup>. Com o objetivo de garantir o sono tranquilo da criança, o programa alertava quanto ao sono tranquilo.

"Perigo das historias emocionantes; lendas, bruxarias, superstições, etc."<sup>(56)</sup>

As tradicionais histórias e lendas infantis povoadas por personagens arquétipos e construídos com situações ficcionais e emocionantes, eram encaradas como ameaça ao repouso tranquilo da criança. Nesta advertência, está implícito o confronto entre o saber científico (do médico) e a cultura popular.

No entanto, o que mais chama atenção no programa de puericultura de 1931 é o perfil eugênico de seu conteúdo: já são vislumbrados princípios rationalizadores da procriação, que tinham por objetivo melhorar e controlar a reprodução humana, com a intenção de promover o aperfeiçoamento da "raça". No item 1º do programa lê-se:

"Toda criança tem o direito de ser bem nascida."

(...) Consequencias funestas dos factores de degenerescencia humana; alcool e toxicomanos, syphilis, tuberculose. Exame médico pré-nupcial".<sup>(57)</sup>

Importa destacar que no decorrer dos anos 1930,

(55) Na parte do programa em questão, que trata de puericultura, destacamos os seguintes itens: "92) Passeios. Ar livre. Inconvenientes das aglomerações. Protecção da creança contra a poeira. Parasitas. Beijos. (...) 129) Aquisição de hábitos sadios. 130) Educação physica da creança". Escola Normal de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., pp-38-39.

(56) Idem, p. 38.

(57) Idem, p. 36.

a eugenia constituiu-se no ponto de convergência da divulgação de conhecimentos em torno de alimentação racional, higiene e puericultura, na Escola Profissional Feminina, questão que retomaremos mais adiante, neste mesmo estudo.

Ainda que, no início de 1931, o ensino de puericultura continuasse ressentindo-se de aulas práticas, foram fixados objetivos ambiciosos para esta seção encarregada da difusão de conhecimentos a respeito do desenvolvimento da criança: contribuir no combate da mortalidade infantil e na formação do homem saudável. Nesta perspectiva, Horácio da Silveira considerou que

"O estudo dessa disciplina, cujas vantagens se rão immensas, para o fortalecimento das gerações futuras, principalmente no nosso meio, onde a mortalidade infantil atinge cifras deprimentes para os nossos fóros de civilização, para ser proveitoso requer prática e as luzes do médico pediatra".<sup>(58)</sup>

Naquele momento, entendia-se que a eficiência do ensino de puericultura dependia não só de aulas práticas, associadas às teóricas, mas que os trabalhos realizados fossem coordenados pelo especialista mais graduado deste ramo do conhecimento: o médico pediatra. Nesta ordem de colocações, a criação de um dispensário nas dependências da própria Escola — uma medida pensada pela Reforma Lourenço Filho —, significaria o coroamento do ensino de puericultura. Sob as luzes do saber médico, as alunas fariam obser-

---

(58) Idem, p. 15.

vações, experimentações, vivenciando problemas relacionados com a saúde da criança. Além do dispensário representar um vasto campo de experiências do ensino de puericultura, também teria uma dimensão educativo-assistencialista, na medida que atenderia crianças carentes do Brás.

"O ensino vai sendo bem conduzido, faltando-lhe apenas a parte prática. Seria resolvida, satisfatoriamente, essa deficiência com a instalação de um centro de puericultura, ao lado da Escola, a cargo de um médico auxiliado por uma educadora sanitária, para servir às creancinhas pobres do bairro, fornecendo-lhes receitas medicas, alimentação dietética e outros recursos, quando enfermas, aconselhando, ao mesmo tempo, às respectivas mães o modo como deverão agir, no caso de doença de seus filhos. (59)

Nota-se que as aspirações em torno do ensino de puericultura, manifestas na **Escola Profissional Feminina** em 1931, são mais ousadas do que as pretensões neste ramo de ensino, expressas em 1929. Neste ano, a diretoria da Escola sugeriu, como forma de proporcionar aulas práticas de puericultura, a presença de "creancinhas de peito, de colo e já andando, irmãs da alumnas"; em 1931, pensaram mais alto: a criação de um dispensário, organizado e supervisio  
nado pelo Serviço Sanitário, tendo em vista assistir à infância pobre e preparar convenientemente as futuras mães de família.

A respeito do plano do dispensário, Horálio da Silveira comentou, em março de 1931, que

(59) Idem, ibidem.

"O centro de puericultura seria installado na  
ma das alas do novo edificio que está sendo termi-  
nada, tendo os seguintes commodos, a juizo do Ser-  
viço Sanitário:

- consultorio
- sala de exame
- banheira
- cosinha dietetica". (60)

O plano de funcionamento do dispensário tinha em vista proporcionar às alunas do 3º ano do curso profissional, através do esquema de rodízio, experiências diversifi- cadas, a respeito dos cuidados necessários para manutenção da saúde das crianças. Desta forma

"As alumnas do 3º anno, em pequenas turmas e acompanhadas das respectivas professoras, fariam estagio no centro, pondo em pratica os conhecimen- tos adquiridos nas aulas: acompanhando a marcha do tratamento das creanças, dando-lhes banho; toman- do-lhes o peso, vestindo-as, etc.

Na cozinha, auxiliariam o preparo dos alimen- tos dieteticos, taes como sopas, mingaus, leite albuminoso, butyro farinaceo, leitelho, etc." (61)

As atividades práticas, ao lado do ensino teóri- co, no campo da puericultura, foram introduzidas na Escola Profissional Feminina em outubro de 1931, conforme o plano apresentado poucos meses antes.

(60) Idem, p. 16.

(61) Idem, ibidem.

"Imaginamos um serviço interno, cercado de to  
do o conforto e carinho, — quasi um santuário — ,  
para onde as alumnas fossem espontaneamente, cheias  
de fé e ardor, receber as luzes da sciencia e de-  
senvolver os seus sentimentos philanthropicos!"

E assim nasceu o nosso Dispensário de Pueri-  
cultura, organizado em moldes novos e originais,  
com feição essencialmente educativa, vindo a revo-  
lucionar a concepção do ensino de puericultura nas  
escolas". (62)

Apesar do interesse e da visão idealista, da maioria das alunas, a respeito do Dispensário — conforme depoimento de Iris Krauss e Antonia Ramos —, lembra-se que a participação das mocinhas no mesmo não era espontânea, posto que se tratava de uma atividade obrigatória para as alunas dos 3ºs anos do curso profissional e dos dois anos do curso para formação de professores. Todavia, é indiscutível que tal iniciativa inovou o ensino de puericul-tura através da escolarização, pois até aquele momento alguns estabelecimentos de ensino vinham contornando o problema da falta de práticas, neste ramo do conhecimento, enviando suas alunas, das diferentes modalidades de ensino, para o curso denominado "Escola de Mãezinhas", desenvolvi-do nos Centros de Saúde, sob coordenação da Inspetoria de Educação Sanitária.

A instalação do Dispensário na Escola Profissional Feminina — medida pioneira no ensino paulista — re-

(62) SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de Educação Profissional", in: IDORT, São Paulo, número 24, dezembro de 1933, p. 279. Este artigo é reprodução de um trabalho apresentado, pelo autor, na Conferência Nacional de Proteção à Infância, organizada, neste mesmo ano, pelo Governo Federal. O objetivo deste trabalho foi relatar as atividades educativas, desenvolvidas pela Escola, em benefício da criança, através do Dispensário de Puericultura e das "Bandeirantes da Saúde".

presentou o coroamento da educação doméstica, pois possibilhou experiências em todos os ramos do ensino voltado à formação da mulher para o lar, notadamente, no campo da puericultura. O Lactário possibilitava às alunas práticas de química e higiene alimentar, assim como de esterilização e higienização dos utensílios e a limpeza da Cozinha; a seção de Rouparia oferecia oportunidades de práticas nos ofícios de corte e confecção e rendas e bordados; o exame médico era o momento em que vivenciavam os conhecimentos adquiridos em aulas teóricas, em torno de puericultura; o fíchário que consistia na seção burocrática do Dispensário, exigia a aplicação de conhecimentos técnicos-racionalizados na sua organização.

Rememorando suas experiências vividas no Dispensário da Escola, no período compreendido entre 1931 e 1933 — quando então fez o curso de formação de professoras para o ensino profissional —, Iris Krauss destacou que

"O funcionamento do Dispensário da Escola Profissional Feminina, que se dava pela manhã, dependia do trabalho das alunas. Organizadas em grupo e sob orientação direta da educadora sanitária nós atendíamos as mães, fazíamos fichas das crianças, trabalhávamos no Lactário, na sala de pesagem, de banho de luz e no próprio gabinete médico. Eram as alunas que preparavam e introduziam a criança no gabinete médico para ser examinada. Olha, pensando bem, as alunas eram a alma do Dispensário".

Mantido com recursos da própria comunidade escolar e recebendo colaboração técnica do Serviço Sanitário

tário<sup>(63)</sup>, o Dispensário teve por finalidade primordial proporcionar a formação sólida e científica de mães de família.

"A principal finalidade do Dispensário é proporcionar às alumnas do Instituto, em situação real, casos concretos, para o desenvolvimento de seus conhecimentos de puericultura, e para a formação da sua consciência sanitária".<sup>(64)</sup>

No entanto, paralelamente à educação das alunas, este serviço acabou promovendo a reeducação de mães de família pobres do Brás e imediações que buscavam no Dispensário assistência para seus filhos. Referindo-se a suas experiências como estagiária do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina, Antonia Ramos fez as seguintes considerações a respeito do trabalho educativo, desta instituição, junto às mães:

"A criança era examinada na frente da mãe e de um grupo de alunas. Aí então, o médico ia dando explicações sobre o estado geral da criança, orientando a mãe e as alunas sobre os cuidados de higiene, a alimentação correta, etc... É claro que o médico usava uma linguagem simples, para que

(63) O Dispensário de Puericultura da **Escola Profissional Feminina**, que foi criado em 26 de outubro de 1931 era mantido com recursos financeiros da própria comunidade escolar, mediante a cobrança de taxa de matrícula anual (Rs.20\$000, das alunas do curso profissional e Rs.40\$000, das alunas dos cursos de aperfeiçoamento). Segundo Horácio da Silveira estas taxas revertiam em benefício das próprias educandas por intermédio dos seguintes serviços: "a) auxílio para manutenção do curso prático de puericultura; b) sopa escolar para as alumnas escaladas para estagiar no Dispensário; c) assistência dentária". Idem, p. 280.

Quanto à colaboração do Serviço Sanitário no funcionamento do Dispensário, esta consistia no fornecimento do pessoal técnico — um médico pediatra e duas educadoras sanitárias. Assim, "Ao director do Instituto Profissional Feminino estão afectas a orientação educativa das alumnas e a direcção administrativa do Dispensário, cabendo à Inspectoría de Hygiene Infantil a parte técnica do trabalho". Idem, ibidem.

(64) Idem, p. 279.

fosse compreendido, principalmente pelas mães, que em geral, eram muito humildes, com um nível cultural muito baixo. Elas, geralmente, ouviam tudo com muita atenção e acatavam com docilidade a orientação do pediatra". (65)

O Dispensário de Puericultura da Escola possuía

o Lactário, que tinha por objetivo instruir alunas e mães quanto a maneira correta de preparar o alimento da criança (66). Esta seção, paralelamente à atividade educativa mantinha um serviço assistencial, fornecendo alimentação balanceada, conforme prescrição médica, a criança matriculada, mediante uma contribuição em dinheiro, ou gratuitamente, no caso de crianças "indigentes" (67). Segundo Horácio da Silveira, era muito grande o número de bebês que chegavam no Lactário "em precaríssimo estado de saúde e de miseria orgânica" (68), fato que permite inferir que uma parcela significativa de famílias trabalhadoras de São Paulo que habitavam bairros como o Brás, por exemplo, vivia na mais profunda miséria.

(65) Antonia Ramos estagiou no Dispensário da Escola Profissional Feminina, de 1931 a 1933, período em que frequentou o curso de formação de professoras para o ensino profissional. Devido ao seu entusiasmo em relação às propostas educacionais e assistenciais do Dispensário ela foi enviada à Escola Profissional Mixta da Mococa, em 1934, com a missão de implantar neste estabelecimento de ensino a cadeira de Economia Doméstica e o Dispensário de Puericultura.

(66) No Lactário, a cozinha-laboratório do Dispensário, eram "ministradas aulas sobre alimentação dietética para as mães que, pelas suas condições econômicas, podem preparar, em casa, a alimentação prescrita pelo médico. Attingiram a 2.517 as instruções teóricas". SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de Educação Profissional". op. cit., p. 280.

(67) "Só recebem alimentação gratuitamente, as crianças indigentes. Os pais, embora pobres, cujos filhos necessitam do Lactário, pagam uma contribuição de Rs.15\$000 por mês. As condições econômicas dos pais das crianças são verificadas por ocasião das visitas domiciliárias, e por informações subsidiárias colhidas pela educadora-visitadora". Idem. ibidem.

(68) Ao comentar a pobreza e o "precariíssimo estado de saúde e de miseria orgânica" da maioria das crianças que apresentavam-se no Lactário, para receber alimentação, Horácio da Silveira citou o caso "dos gêmeos Alberto e Augusto Masson, que entraram, pesando, — o primeiro 3 ks.640, — e o segundo, 3 ks.180 — com quatro meses de idade; Pedro Marques, — (...) com 18 meses de idade, pesando 4 ks.530". Idem, p. 280.

No afã de contribuir com o processo de formação da consciência sanitária a Escola efetuava, também, intervenções nos lares, através de visitas coordenadas pela visitadora sanitária que, em geral, era acompanhada por um grupo de alunas. Estas visitas tinham por objetivo verificar as condições de vida da família e orientá-la quanto aos hábitos saudáveis de higiene geral e, principalmente, higiene infantil. Em referência a esta atividade Iris Krauss mencionou que

"As famílias cadastradas no Dispensário da Escola, em geral, eram do Brás mesmo. Elas recebiam visitas do serviço domiciliar, mantido pelo Dispensário. Nestas visitas, feitas por um grupo de alunas sob orientação da educadora sanitária, fazíamos levantamento das condições sociais e de higiene das famílias. As visitas tinham, também, o objetivo de atrair as mães até o Dispensário".

Ainda segundo Iris Krauss, a atividade em pauta funcionava, também, como um mecanismo de controle sobre as mães, cujos filhos recebiam alimento do Lactário. Estas crianças deviam ser pesadas, ao menos mensalmente, para que seu desenvolvimento pudesse ser acompanhado. Assim, quando a mãe não comparecia ao Dispensário, com a criança, para os exames de rotina e pesagem, a Escola ia até a residência da família certificar-se do que estava ocorrendo.

No esforço de engajar as alunas na luta pela conscientização da sociedade, a respeito da importância da puericultura na defesa da infância, foi instituída a "Bandeira da Saúde", organização diretamente ligada às atividades do Dispensário.

"Esta organização que visa a aplicação dos conhecimentos adquiridos, põe, sobre a vigilância e observação de cada dez alunas, orientadas por uma Bandeirante-Chefe, cinco crianças (mais ou menos), que devem ser seguidas durante seu desenvolvimento até dous anos, ao mesmo tempo em que é feita a educação às mães. Resume-se sua finalidade, em — 'promover a formação da consciência sanitária das mães, pela irradiação dos ensinamentos, da higiene infantil e vigilância sanitária do meio em que vivem'". (69)

O sucesso da "Bandeira da Saúde" na Escola Profissional Feminina levou seu diretor a sugerir ao Governo que estimulasse a criação de associações semelhantes no ensino paulista

"com o fim de aproveitar o entusiasmo da mocidade e os seus conhecimentos technicos em beneficio da saúde das crianças e da educação sanitaria do povo". (70)

Partilhando da idéia corrente nos meios conservadores da época, segundo o qual "A mortalidade infantil só pode ser combatida, efficazmente, no terreno educativo", Horácio da Silveira recomendava, no trabalho apresentado em 1933, em torno das atividades desenvolvidas no Dispensário da Escola, a difusão do ensino de puericultura entre educandas de todas as modalides e níveis de ensino, bem como a instituição do serviço de assistência à primeira in-

(69) CASTRO, Maria Antonieta de. "O Ensino de Puericultura nas Escolas e Agremiações Femininas", in: Educação. op. cit., p. 123.

(70) SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de Educação Profissional", in: IDORT. op. cit., p. 282.

fância, através de dispensários anexos às escolas femininas,

"afim de que os cuidados dispensados às creanças sejam motivo para a formação da consciência sanitária das alumnas e das mães". (71)

Nesta ótica, cabia à instituição escolar, encarregada de educar, assumir a bandeira de luta contra o problema da mortalidade infantil, posto que, este, era situado no campo educacional.

Ao expor a eficiência do Dispensário e das demais atividades do ramo da puericultura, presentes na Escola Profissional Feminina, na luta contra a mortalidade infantil, Horácio da Silveira formulou considerações em torno desta questão, dignas de um autêntico adepto do ideário da racionalização, identificando-a como uma forma de desperdício — o desperdício humano —, que carecia ser combatido.

"Repetiremos aqui um cálculo que já fizemos a elhures, para provar o resultado material do nosso serviço. Admitta-se que apenas um terço das creanças matriculadas tenha sido salva pelos cuidados do Dispensário.

A vida humana tem sido avaliada differentemente pelos hygienistas. Afranio Peixoto dá-lhe um valor médio de Rs. 9:600\$000.

Dando-se, por um calculo baixista, um terço desse valor a cada creança, verifica-se que o

---

(71) Idem, ibidem.

Dispensario cooperou com R\$ 1.449:600\$000 para a riqueza da economia nacional!". (72)

Cabe ter presente que a meta norteadora do funcionamento do Dispensário de Puericultura da Escola ia além do propósito de salvar a infância da mortalidade. Buscava-se, principalmente, colaborar no processo de aperfeiçoamento da "raça", assunto que tão fortemente preocupou setores sociais e intelectuais paulistas, interessados na reorganização da sociedade e do Estado, sob pressupostos técni-co-racionalizadores, sobretudo nos anos 30. Nesta perspectiva, o Dispensário da Escola Profissional Feminina, passou a promover, anualmente, a partir de 1934, o famoso "Concurso de Robustez Infantil", que realizava-se em outubro, no "Dia do Lactente". Os concorrentes, que eram bebês de 6 a 30 meses, matriculados no Dispensário, eram rigorosamente classificados por pediatras designados pelo chefe do Serviço de Saúde Escolar (um departamento do Serviço Sanitário). Aos vencedores eram distribuídos prêmios em dinheiro, cabendo aos demais participantes presentes como roupas e brinquedos<sup>(73)</sup>. A premiação funcionava como uma estratégia

(72) Idem, p. 280.

Através de considerações igualmente elaboradas sob uma ótica economicista e contabilista, Maria Antonieta de Castro, apresentou, como fez Horácio da Silveira, os custos que demandam a produção de uma "maquina robusta" na sociedade brasileira, porém, comparativamente, aos custos desta mesma natureza em países desenvolvidos. "Tomada, por base, sua produção, um brasileiro robusto valeria, segundo a conhecida avaliação de Afranio Peixoto, 9:600\$000 (pouco menos que um americano, calculado em 3.500 dólares e, mais que um francês, em 6.000 francos)". Prosseguindo neste raciocínio técnico-racionalizador, em torno da questão da mortalidade infantil, Castro chamou atenção para os prejuízos que afetam o Estado e a sociedade quando as "máquinas" falham, pois, "o que se perdeu em segurança, em força produtiva, em energia intelectual, e... quantos perdeu o Estado, que não pagaram impostos? E, se multiplicássemos o número desses desaparecidos pelo preço de avaliação a que nos referimos?". CASTRO, Maria Antonieta de. "Desperdício do elemento humano". Revista IDORT, nº 85, Janeiro de 1939, p. 20.

(73) A respeito do "Concurso de Robustez Infantil", promovido pelo Dispensário de Puericultura, da Escola Profissional Feminina, em outubro de 1938, o jornal "O Estado de São Paulo" informou que, além dos prêmios em dinheiro, entregues às crianças vencedoras dos três primeiros lugares, nas duas categorias — a 1ª, crianças de 6 a 18 meses e a 2ª, de 19 a 30 meses —, "as alumnas procederam, também, à profusa distribuição de roupinhas e brinquedos pelas crianças matriculadas no Centro de Puericultura do Instituto". Jornal "O Estado de São Paulo", Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 23/10/1938.

para atrair as mães ao Dispensário, visto que só tinham direito de participar do concurso crianças que não só eram não cadastradas, mas que eram alimentadas e cuidadas de acordo com a orientação médica. Prestigiado pelo Governo, por agentes do Serviço Sanitário, por diversas associações — como a Cruzada Pró-Infância —, pela elite paulista e grande imprensa (74), o "Concurso de Robustez Infantil" da Escola Profissional Feminina acabava por canalizar a atenção de todos aqueles interessados na eugenização da sociedade. E,

"Eugenizar quer dizer seleccionar a espécie humana, fazendo com que o planeta se povoe de gente sã, isto é, sã moral e somaticamente. Quando ela se expurgar dos individuos doentes, incapazes, criminosos e amoraís; quando a terra fôr habitada por bem gerados, eugenizados, — o que não é utopia, então os descendentes de Adão viverão no Eden terrestre depois de haver, tão cruelmente e por milenios, pago o pecado original". (75)

Considerado uma experiência bem sucedida, o Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina — uma "explendida escola de eugenia, de hygiene e de patriotismo", na avaliação de Horácio da Silveira —, foi institucionalizado como modelo pelo Código de Educação de 1933, para os serviços congêneres a serem criados nas escolas

(74) Vários jornais, como "Folha da Manhã", "Diário de São Paulo", "Correio Paulistano", "A Gazeta" e "O Estado de São Paulo", comentaram o "Concurso de Robustez Infantil", organizado pela Escola em 1938, através de amplos artigos acompanhados por fotografias. Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina.

(75) Citação atribuída a Kehl e localizada num manual de puericultura, encontrado, no meio do acervo histórico da Escola Profissional Feminina. Por encontrar-se sem capa e a página de rosto, não foi possível identificar seu título e o nome do autor. Na última página lê-se que o livro foi publicado em 1935, através da Gráfica Brasil, de Ribeirão Preto.

profissionais femininas e mixtas do Estado de São Paulo. (76)

Todavia, o Estado procurou multiplicar as experiências do Dispensário, em escolas profissionais públicas, com infra-estrutura bem mais barata que a implantada na Escola Profissional Feminina, preservando, porém, as finalidades e a organização da instituição modelar. Enquanto o Dispensário da Escola Profissional Feminina envolvia um corpo técnico composto por 1 médico pediatra e duas educadoras sanitárias — além das duas professoras da Escola que ministram aulas teóricas de puericultura<sup>(77)</sup> —, o da Escola Profissional Mixta de Mococa contava apenas com um pediatra e uma professora que era encarregada tanto de coordenar as atividades do Dispensário como de ministrar aulas na cadeira de Economia Doméstica e Puericultura. Em referência a sua atuação no estabelecimento de ensino do interior do Estado, acima mencionado, Antonia Ramos lembrou que:

"Em 1934 o Sr. Horácio me chamou, convidando-me para trabalhar em Mococa. Modéstia a parte, eu havia me destacado, ao lado de Iris Krauss, nos trabalhos do Dispensário. Era para implantar na Escola Profissional daquela cidade a cadeira de Economia Doméstica e Puericultura e o Dispensário, tendo como modelo a Escola Profissional Feminina. As duas coisas foram por mim instaladas na-

(76) O artigo 508, do Decreto nº 5.884, de 24 de abril de 1933, que sistematizou o Código de Educação deste mesmo ano, estipulava que "O Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, mediante entendimento com o Serviço Sanitário, poderá instalar nas escolas profissionais secundárias femininas ou mixtas, um Dispensário de Puericultura, para o fim e com a organização do existente no Instituto Profissional Feminino". Governo do Estado de São Paulo, Coleção de Leis e Decretos-1933, p. 377.

(77) Horácio da Silveira, em 1933, informava que o corpo técnico do Dispensário de Puericultura da Escola Profissional Feminina era composto por "Dr. Rocha Botelho - Médico Pediatra — Da Inspetoria de Hygiene Infantil; Profª D. Maria de Lourdes Almeida — Educadora Chefe — Da Inspectoría de Hygiene Infantil; Profª Anna Maria Barreto — Educ. Auxiliar — Da Inspectoría de Hygiene Infantil; Profª D. Odilia Ferraz e Profª D. Ernestina B. Mattos — ambas professoras de Puericultura, do corpo docente do Instituto". SILVEIRA, Horácio da. "Uma grande obra de Educação Profissional". op. cit., p. 282.

quele mesmo ano. (...)

Com uma rotina semelhante a do Dispensário de Puericultura da Profissional Feminina de São Paulo, o Dispensário da Escola de Mococa atendia as mães sempre pela manhã. Lá, também, este serviço dependia da participação das alunas, sob minha direção. Elas eram divididas em vários grupos de trabalho — de recepção das mães, para fazer ficha das crianças, para medi-las, pesá-las, dar banho de luz, etc. Como no Dispensário do Brás, lá, também, havia o Lactário, lugar onde se preparavam mamadeiras, conforme prescrição médica, que eram levadas para casa. Enfim, acontecia no Dispensário da Escola Profissional Mixta de Mococa a mesma rotina do Dispensário da Escola Profissional Feminina. Só que em Mococa não havia a educação sanitária. Lá, éramos em dois: o médico pediatra e eu. Olha, de 1934 até início de 1936, trabalhei sob uma jornada exaustiva, que ia das 7:00 h da manhã até o final da tarde (sem contar que a noite eu preparava aulas e fazia relatórios). Eu trabalhava no Dispensário, pela manhã, supervisionando as tarefas das alunas e, na parte da tarde, ministrava aulas teóricas de Puericultura, Química e Higiene Alimentar e práticas de Culinária. Eu não tinha tempo para pensar. Mas como eu era e ainda sou muito idealista — eu dediquei toda a minha vida para o ensino profissional feminino — eu fazia tudo aquilo com muita alegria. Eu acreditava no valor do trabalho que estava fazendo, você comprehende?". (78)

Importa destacar que o Dispensário da Escola Profissional Feminina prosseguiu funcionando, com as finalidades e a organização acima comentadas até os anos '50. Todavia, sua importância social já mostrava sinais de declínio

(78) Depoimento de Antonia Ramos gravado em setembro de 1990.

no final dos anos 40, cujas razões não são tratadas no presente estudo, visto que nos ocupamos dos anos 1910/20/30.<sup>(79)</sup>

Na expectativa de aprimorar cada vez mais a formação da mulher enquanto verdadeira dona de casa e mãe de família, a Escola Profissional Feminina tratou de ampliar e aprofundar os programas de educação doméstica, paralelamente às atividades do Dispensário de Puericultura. Neste sentido, foram organizados programas de diferentes níveis deste ramo do ensino para os vários cursos mantidos pela Escola — Vocacional, Secundário, de Aperfeiçoamento e de Educação Doméstica Especializada (para formar profissionais de Educação Doméstica). Ao observar os programas do Curso Secundário (de habilitação profissional), de 1935, percebemos que, além de aprofundar conhecimentos em torno de Puericultura, Química e Higiene Alimentar, Culinária e Aranjos da Casa, foi introduzida no 2º ano, Contabilidade, que se dividia em 3 partes: Doméstica, Elementar e Geral. Por intermédio deste conteúdo programático as moças eram orientadas a organizar orçamentos compatíveis à renda familiar, a realizar registros de despesas e balanços mensais e assentamento das despesas diárias, tal como se procede numa empresa<sup>(80)</sup>. Aos olhos da dona de casa competente ne-

(79) Referindo-se à gradual desvalorização social dos dispensários de puericultura anexos às escolas profissionais, Maria Alice Ribeiro observou que "Pouco se pode dizer sobre o que contribuiu para este esvaziamento: se uma nova estruturação do serviço sanitário ou se o descenso das idéias sobre 'melhoria da raça'". RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Qualificação da Força de Trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942)". op. cit., p. 173.

(80) O item b do conteúdo programático de Contabilidade Doméstica tratava de "Organização de vários orçamentos segundo diversos rendimentos"; na parte dedicada à Contabilidade Elementar destacamos os seguintes itens: "1º) Livro de inventário, para registro de todos os bens de um lar: roupas de cama, talheres, louça, cristais, etc; (...) 3º) Assentamento das despesas diárias". Quanto à Contabilidade Geral, esta ocupava-se de: "1º) Registro de receita mensal; 2º) Registro de despesas e pagamentos effetuados; 3º) Balanço do mês para verificar o estado da Caixa". SILVEIRA, Horácio da. O Ensino Profissional e Doméstico em São Paulo. op. cit., p. 245.

nenhum objeto do lar, nenhum gasto da família poderia passar despercebido"; tudo deveria ser anotado em livros apropriados, conforme determinação da organização científica do trabalho.

Atentando para o programa de Educação Doméstica destinado a alunas do curso de habilitação profissional, de 1935, percebemos intenções de introjetar valores e regras de sociabilidade reconhecidos como fundamentais para a manutenção da boa ordem. Nesta perspectiva, as educandas eram orientadas em como arranjar mesa "para refeições diárias e mesas de cerimônia" e no uso correto da etiqueta para "servir mesa de jantar e lanches, café ou refresco em bandejas" <sup>(81)</sup>. Mediante este conteúdo entendemos que no imaginário dos promotores desta concepção de ensino para mulheres, à verdadeira dona de casa era insuficiente conhecer e praticar um saber-fazer construído cientificamente, bem como estar consciente de seu papel na construção de uma nação forte e uma sociedade harmônica: era necessário, também ser elegante, e ainda que fosse servir refeições em meios populares o ritual sacralizado nos grupos sociais privilegiados deveria ser preservado.

A preocupação crescente em torno de alimentação racional, manifesta em vários países do mundo <sup>(82)</sup> e que nos

(81) Idem, p. 245.

(82) Especialmente depois da Primeira Grande Guerra vários países europeus — como França, Inglaterra, Alemanha e o Japão voltaram-se para o problema alimentar, criando vários institutos de pesquisa, em torno desta questão. Neste contexto a dietética revestiu-se de grande valor, na medida que projetou-se como ciência que daria conta de preocupações como manutenção da energia humana, escassez de alimentos e parcos salários. Cf. AMARAL, Francisco Pompeu. *Jornal Folha da Manhã*, de 1938 à década posterior; *Revista IDORT*, números correspondentes aos anos 1930.

últimos anos da década de 30 vinha sendo frequentemente debatida em diferentes agências sociais e jornais paulistas, fez-se presente na Escola Profissional Feminina, em 1939, através da criação de dois cursos: Dietética para Donas de Casa e Auxiliares em Alimentação<sup>(83)</sup>. Estes cursos, que segundo Horácio da Silveira, constituíram-se numa "inovação no Brasil", foram pensados para contribuir na manutenção da energia nacional e no aperfeiçoamento da "raça", posto que

*"Sendo a vida alimento transfeito em energia, é sobre a mesa que se decidem verdadeiramente os destinos não só dos povos mas da humanidade".*

Portanto,

*"Banir da mesa todo e qualquer abuso e corrigil-a em todos os defeitos dietéticos, é um dever biológico com imperativos morais e sociais tão categóricos quanto o de só se commetterem actos dignos".*<sup>(84)</sup>

Na perspectiva de aperfeiçoar o preparo da mulher para que interferisse corretamente em favor da manutenção do trabalhador saudável e da produção de "máquinas perfeitas"

(83) Os cursos Dietética para Donas de Casa e Auxiliares em Alimentação foram criados pela Escola Profissional Feminina em 1939, pela Superintendência de Educação Profissional e Doméstica. O idealizador e professor por muitos anos destes cursos foi Francisco Pompéu do Amaral, médico que, desde os tempos de estudante vinha preocupando-se com a alimentação racional. A partir da "Folha da Manhã" — jornal para o qual escrevia desde 1934 — realizou intensa campanha em favor da racionalização da alimentação popular. Em 1938, ao publicar um artigo em que advogava a necessidade social da criação de cursos de dietética para donas de casa e nível profissional, acabou sendo convidado para trabalhar como médico-chefe da Superintendência do Ensino Profissional, situação que acabou por facilitar a concretização de suas propostas. Informamos que não foi possível comentar, no presente estudo, os programas dos cursos em pauta, em virtude do desaparecimento, do acervo da Escola, do único documento que os apresentava.

(84) Palavras textuais do dr. Hélio Póvoa citadas pela Folha da Noite, no artigo "O problema da Alimentação", de 17 de maio de 1939. Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina.

tas", foi criado o curso de Dietética para Donas de Casa, obrigatório a todas as alunas de escolas profissionais do Estado de São Paulo<sup>(85)</sup>. Em artigo, publicado no Diário da Noite, sob o título "A alimentação racionalizada como factor decisivo para melhoria da raça, por meio de formação de perfeitas donas de casa", Francisco Pompêo do Amaral argumentou que:

"É inutil falar sobre as vantagens indiscutíveis de uma alimentação racionalizada. Todos sabem que a boa alimentação é factor decisivo de saúde e contribue para a melhoria da raça".<sup>(86)</sup>

Enquanto o referido curso fora investido de finalidade exclusivamente educativa, o de Auxiliar em Alimentação tinha em vista qualificar a mulher no campo da dietética, que iria atuar como professora no ensino profissional e como orientadora do preparo de alimentação racional em lactários, hospitais, escolas particulares, etc.<sup>(87)</sup>. Destacamos ainda que, nos planos do idealizador deste curso, as moças por ele formadas poderiam atuar nos refeitórios populares, a serem implantados pelo Governo e empresários — pro

(85) Este curso, que foi inaugurado pela Escola Profissional Feminina, em março de 1939, foi introduzido em todas as escolas profissionais mixtas do Estado de São Paulo. "Situado nos programmas geraes das escolas profissionaes do Estado, nos dois ultimos annos do curso (que é de quatro) permittirá elle a divulgação, em larga escala, dos principios da alimentação racional". Jornal Correio Paulistano, "O ensino de alimentação racional nos cursos recem-creados na Superintendencia do Ensino Profissional". Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 12/03/1939.

(86) Jornal Diário da Noite, "A alimentação racionalizada como factor decisivo para a melhoria da raça. por meio de perfeitas donas de casa". Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 01/04/1939.

(87) "Este curso é destinado a preparar professoras especializadas para o ensino de dietética, nos estabelecimentos de ensino profissional do Estado. As moças nesse formadas estarão habilitadas também a auxiliar a campanha de divulgação que o governo porventura resolva promover nos estabelecimentos de ensino primario, secundario ou privado. E mesmo refeitorios publicos e particulares, cozinhas dietéticas, lactarios, etc., encontrarão nella excellentes orientadoras". Jornal Correio Paulistano, "O ensino da alimentação racional nos curso recem-creados na Superintendencia do Ensino Profissional". Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 12/03/1939.

jeto por ele formulado, inspirando-se em programas de rationalização da alimentação popular da Argentina e do Uruguai que nunca se concretizou.

Cabe destacar que, na ótica de alguns agentes divulgadores da alimentação racional, esta questão era importante para a política dos salários. Num momento em que estava sendo discutida a instituição do salário mínimo, na sociedade brasileira, Francisco Pompêo do Amaral levantou argumentos que sinalizam para posturas autoritárias, no sentido de técnicos realizarem intervenções orientadoras do gasto do salário com uma alimentação racional.

"Já tivemos occasião de manifestar que, melhor do que cuidar de salário mínimo, seria, entre nós, a realização de empreendimentos como este (criação de cursos de dietética). Com efeito, os poucos mil réis que se proporcionam a mais, a um indivíduo deshabitado a certas liberalidades, não melhoram seu conforto, nem sua nutrição. Concorrem, em geral, para accrescimo das verbas destinadas ao vício".

Mediante esta correlação entre bons salários e maus hábitos o referido médico ainda considerava

"Mais efficiente social, econômica e physiologicamente seria proporcionar refeições racionais aos trabalhadores de fábricas e operários em geral, a preço reduzido, invertendo nisso o Estado ou os patrões uma parcella de seus rendimentos".<sup>(88)</sup>

---

(88) Jornal Folha da Manhã, "São Paulo possue os primeiros cursos de dietética organizados no Brasil". Livro de Recortes. Escola Profissional Feminina, 18/05/1939.

E assim a Escola Profissional Feminina — instituição modelar que, no decorrer dos anos 30, norteou-se por uma concepção de ensino que valorizava a educação doméstica — depois de inovar o ensino de puericultura, através da criação do Dispensário, colocou-se mais uma vez como instituição pioneira ao criar cursos de dietética que, segundo seus promotores, visavam capacitar a mulher — enquanto dona de casa, professora e técnica — na divulgação da alimentação racional, em benefício da família e grandeza da nação.

Conforme ponderou Francisco Pompêo do Amaral

"(...) proporcionando às moças conhecimentos de dietética, hygiene, puericultura, bem como arte e contabilidade domestica (...) as autoridades trabalham para o levantamento do nível moral e material da sociedade". (89)

### 3.3 - Para o lar e para o mercado

Apesar das reiteradas afirmações, em diferentes oportunidades, no transcorrer dos anos 1930, no sentido de que a formação de mulheres como perfeitas donas de casa passou a ser o principal objetivo da Escola, documentos e depoimentos de ex-alunas da época sugerem que a instituição não negligenciou sua natureza profissionalizante. Ao contrário, aperfeiçoando-a através de medidas como a implantação dos cursos Vocacional e de Aperfeiçoamento, que visaram

(89) Diário da Noite, "A alimentação racionalizada como factor...", Livro de Recortes, Escola Profissional Feminina, 01/04/1939.

formar mestras e artífices competentes, conforme ordenamentos em direção à organização científica do trabalho. Ao justificar estas medidas, introduzidas na Escola com a Reforma de 1931, Horácio da Silveira argumentou que

"O objetivo da Escola é dar às suas alumnas, depois de conhecidas as suas aptidões naturaes, uma profissão, ministrando-lhes ao mesmo tempo, os conhecimentos precisos para que se tornem boas donas de casa". (90)

Estas considerações permitem antever claras intenções, no sentido de oferecer para as mulheres um ensino que conciliasse a qualificação feminina para o trabalho assalariado com a formação de donas de casa. Não podemos esquecer que esta proposta educacional vai de encontro com o pensamento de Fernando de Azevedo, a respeito desta mesma questão, exposto no Inquérito de 1926, onde afirmara que a educação doméstica tem

"com o ensino profissional pontos de contato ... que nos obrigam a entroncá-lo nesse ramo que lhe parece alheio". (91)

Reforçando a idéia que, a partir da Reforma Lourenço Filho, a Escola Profissional Feminina, norteou-se pelo objetivo de, simultaneamente, preparar mulheres para o trabalho assalariado e para o lar, Horácio da Silveira considerou

(90) Escola Profissional Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 12.

(91) AZEVEDO, Fernando de. A Educação na Encruzilhada. op. cit. p. 179.

"Pelo modo como vai sendo praticado esse ensino, não temos receio de afirmar que ao lado da escola profissional temos uma verdadeira escola doméstica, vasada em moldes modernos e com cunho muito original". (92)

Com a intenção de proporcionar um aprendizado calculado em concepções modernizadoras, tanto na instrução profissional como na educação doméstica, a Reforma Lourenço Filho formulou um projeto "inovador", para a seção de Cozinha, da Escola Profissional Feminina, no qual seus idealizadores preocuparam-se em solucionar um problema de caráter pedagógico — motivado por razões econômicas —, que consistia na impossibilidade de todas as alunas do 2º ano, do curso de habilitação profissional, vivenciarem, ao mesmo tempo, práticas de arte culinária.

"Para obviar essa falha, pensa a Directoria [Geral do Ensino] estabelecer um serviço regular de cozinha para fornecer pensão ao público. Com essa medida, teríamos um óptimo campo de experiência para as educandas, sem onus para o Estado, visto como todas as despesas de aprendizagem seriam cobertas pelo lucro da cozinha. Seria uma ideia original e de utilidade para o povo e de grande eficiência educativa". (93)

De acordo com esta proposta da Diretoria Geral da

(92) Escola Profissional Feminina de Artes e Ofícios (São Paulo). Historico e organização actual. op. cit., p. 12.

(93) Idem, p. 14. Segundo depoimentos das ex-alunas Iris Krauss e Antonia Ramos, este serviço não chegou a ser implantado. No entanto, a Cozinha da Escola, através da participação das alunas, atendia pedidos de fora, fornecendo doces e salgados finos para casamentos, batizados, etc.

Instituição Pública Paulista, a produção industrial, no ramo da culinária, seria a forma ideal de conciliar o ensino através da prática com a não disponibilidade financeira do Estado em assumir os encargos que demandavam tal forma de aprendizado. O Estado, reconhecendo a importância deste, dotou um edifício modelar com toda uma infra-estrutura para atender as necessidades do ensino de arte culinária, mas não dispunha de recursos para que tal iniciativa pudesse ser desenvolvida com eficiência.

Este encaminhamento, que assemelhava-se à organização e funcionamento das antigas oficinas de confecção de roupas, rendas e bordados, tinha por meta proporcionar às alunas vivências em todas as etapas da preparação das refeições, através de um esquema de rodízio:

"Em turmas de dez, para o preparo do almoço e do jantar, todas as alumnas, sucessivamente, fariam prática nos trabalhos de arte culinária, ao mesmo tempo que se exercitariam em outros serviços correlatos, desde a compra no mercado ou nas feiras, até a distribuição da comida.

Assim, por escala, seriam dispenseiras, copeiras, chefes de cozinha, caixas, escripturárias, encarregadas da execução de orçamentos, etc". (94)

Na realidade, não se tratou de algo novo na Escola, pois significou a ampliação da "seção industrial", que funcionava na Escola desde a sua fundação, através das oficinas de aprendizagem. Mediante a existência desta seção, a

---

(94) Idem, ibidem.

diretoria da Escola aceitava encomendas de "fora", com o duplo objetivo de proporcionar às alunas práticas no ofício escolhido e conseguir recursos que seriam revertidos no próprio estabelecimento. Assim, no momento da implementação da Reforma Lourenço Filho, quando Horácio da Silveira anuncava a ruptura deste estabelecimento escolar com o perfil de ensino que o marcara nas suas duas primeiras décadas, enfatizando priorizar, a partir de então, um ensino que resultasse na formação de mulheres para as atividades do lar, cogitava-se na ampliação da dimensão fabril da Escola, estendendo-se a um dos ramos de Economia Doméstica, cadeira que, segundo o seu diretor, teria por escopo formar "rainhas do lar".

Processo semelhante pode ser acompanhado no ensino de puericultura. No propósito de instruir as alunas através da observação, da experimentação para que aprendessem o como fazer fazendo, na arte de criar filhos, foi instalado anexo à Escola Profissional Feminina, o Dispensário de Puericultura. Este, cujo funcionamento era garantido pelo trabalho das alunas, prestava assistência médico-sanitária à primeira infância, preenchendo deficiência do próprio Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais básicas.

No período em que a direção da Escola enfatizava, a todo momento, preocupação de formar a mulher para o lar, não só aperfeiçoou a qualificação da mão-de-obra feminina, bem como ampliou e sofisticou a exploração das alunas enquanto mão-de-obra não remunerada. Confeccionando enxovais para noivas e bebês, preparando doces, bolos e salgados, e assistindo crianças pobres no Dispensário, as alunas esta-

vam como que sendo treinadas para a duplicidade de funções.

Não nos propomos a desenvolver este tema no presente estudo. Nosso objetivo limita-se a chamar atenção para intenções difusas e pouco estudadas, presentes no discurso recorrente nos anos 1920/30, que defendia a fixação de um modelo de mulher à vida doméstica. Nestas falas e práticas deparamos com fortes indícios de que formação de rainhas do lar e qualificação de mão-de-obra feminina não eram processos excludentes, ao contrário, articularam-se como que aceitando para a acomodação da mulher na dupla jornada de trabalho.

A destinação da mulher para o lar, conjugada a disciplinarização para o trabalho fabril coadunava-se com as políticas sociais e educacionais engendradas pelo Estado Novo. Neste sentido, a partir de 1937, os interesses de controle social redefiniram as relações familiares e as relações de mercado de trabalho. E a Escola Profissional Feminina, como instituição modelar de ensino "torna-se palco constante dessas experiências". (95)

Posto nestes termos, no contexto em que o fogão igualou-se em importância a serra, a vida no lar foi tão discutida como o mundo fabril e os afazeres domésticos reconstruídos, tal como o saber-fazer operário, conforme processos científicos do trabalho, toda uma fé foi devotada no propósito de que, a partir do ideário da racionalização, associado a uma determinada concepção de ensino "muito prática e muito paulista", seria possível plasmar uma mulher que, mesmo inserida no mercado de trabalho, seria capaz de condutor, soberanamente, o lar, para um futuro seguro e feliz, traçado pela certeza da ciência, precisão da técnica e eficiência da razão.

(95) Cf. REIS, Maria Cândida, op. cit., que ainda registrou: "É importante observar que o professor Horácio da Silveira, ex-diretor dessa escola, já como o Superintendente do Ensino Profissional no Estado de São Paulo, participou em 1936, junto com outros profissionais da educação, da comissão que elaborou o projeto para o "Plano Nacional de Educação de 1937. Nas assertivas desse plano, facilmente se reconhecem as orientações que, desde meados dos anos 20, vinham dirigindo as práticas pedagógicas no ensino profissional feminino paulista".

**"ESCOLA BARATA"**

"Transladamos para este modesto relatorio o despretencioso trabalho que, a pedido de V. Excia. escrevi, ha tempo. Trata-se de uma velha ideā, fructo de nossa longa pratica no mistér. Reputamo-na perfeitamente viavel e capaz de dar os melhores resultados na dissiminação do ensino profissional, tão ardenteamente reclamado por todos os municipios do Estado. É um typo escolar efficiente e baratissimo. Foi descripto mui succinctamente.

Em tempo opportuno poderá ser convenientemente desenvolvido, principalmente na parte que diz respeito á organização e simplificação dos cursos technicos.

#### UMA ESCOLA PROFISSIONAL

(POR 47:640\$000)

#### SUGESTÕES

O governo, para disseminar o ensino profissional, de accordo com as necessidades do nosso assombroso progresso industrial, poderia estudar um novo typo de escola, organizada em moldes mais simples do que as actuaes escolas profissionaes.

As escolas, do typo ora existentes, por serem mais completas e, por isso mesmo, mais onerosas ao Estado, seriam localizadas, nos maiores centros industriaes, nas cidades que fossem, pela sua collocação e vias de comunicação verdadeiros centros de zona.

As escolas de caracter mais simples, que constituem objecto deste plano, poderiam servir os bairros operarios desta Capital e as cidades, do interior, de pequeno desenvolvimento industrial.

Visei, principalmente neste ligeiro estudo, que poderá ser mais esplanado, em occasião

opportuna, o lado economico da questão, sem me descurar, no entanto, da parte technica do ensino. Procurei com a longa pratica que tenho do mistér e com o ardor com que me bato pelo magno problema da educação profissional da nossa mocidade, achar uma formula mais economica ao Estado para ser difundido o ensino technico industrial entre nós.

A escola que planejo funcionaria ao lado dos grupos escolares, sujeito á mesma direcção, com economia de predio e com reducção máxima de mestres. Os officios, a serem ensinados, seriam escolhidos de accordo com as necessidades do bairro da cidade onde fosse localizado esse tipo de escola.

Os mestres trabalhariam, como medida económica, em dois turnos.

Essas escolas não teriam porteiro, guarda-livros, escripturarios e outros funcionários existentes nos institutos profissionaes actuaes. O ensino ministrado seria o mais practico possível. Com dois annos apenas de curso os alumnos aprenderiam um officio.

Os que quizessem, poderiam aperfeiçoar-se nas escolas profissionaes de grau mais elevado, obtendo matricula em annos adeantados. Os alumnos menos favorecidos pela fortuna que tivessem necessidade immediata de ingressar nas officinas e nas fábricas, com as bases que levasssem da escola, progrediriam, estou certo, no seu officio, trabalhando e observando o serviço dos collegas mais aptos.

Nas nossas escolas profissionaes difficilmente os alumnos chegam a concluir o curso, conforme declararam os directores.

Logo que adquirem alguma habilitação, retiram-se da escola e vão ganhar a vida. Essa observação justifica ainda mais a criação de um curso profissional mais rápido e que possa receber os alunos dos grupos escolares logo que estes concluam os seus estudos.

Na Capital a escola planejada seria de grande conveniencia para o Estado e para as populações beneficiadas, por muitas razões, como sejam:

- a) Economia de terreno e de construção vultosas;
- b) Economia de custeio;
- c) Disseminação do ensino technico em todos os bairros operarios, com despesa minima.
- d) Vantagem do aluno poder aprender, no proprio bairro evitando perda de tempo e despezas de transporte.
- e) Vantagem do aluno poder empregar, parte do dia, a sua actividade em outro trabalho, sem sacrificio da sua aprendizagem profissional, ou de ajudar os seus paes, nos serviços caseiros."

## **A N E X O S**

## ANEXO I

**Regulamentos disciplinares de 1911 da  
Escola Profissional Feminina destinados  
às alunas e às professoras**

"As Sras Professoras chamarão a atenção das suas alumnas para as seguintes observações:-

- 1- Logo que chegarem à Escola, as alumnas devem ir para suas respectivas officinas, onde se conservarão em perfeita ordem, não lhes sendo permitido tocar em nenhum material ou instrumento de trabalho das referidas officinas.
- 2- Semanalmente serão destacadas duas alumnas em cada officina, uma das quaes deve vir para a Escola mais cedo (10-20), ficando a ordem da respectiva officina, sob sua responsabilidade até o inicio dos trabalhos:- a segunda deve ficar na officina durante o recreio, sendo igualmente responsável pela ordem da officina durante este periodo.

Para esse fim as Sras Professoras designarão semanalmente duas alumnas, não convindo que a mesma designação se repita em duas semanas consecutivas.

- 3- As alumnas devem comparecer ao trabalho escolar as 10h, 45, e quando chegarem tarde devem comparecer ao escritorio do Director para que este tome conhecimento de sua entrada tarde e as admita.

ta ou não ao trabalho nas officinas, conforme julgar conveniente.

4- As alumnas que faltarem devem, no primeiro dia de comparecimento após a falta, trazer comunicação escripta de seu pae ou responsavel declarando o motivo do não comparecimento.

5- As alumnas que, sem communicação, faltarem durante 15 dias consecutivos, serão eliminadas. Sêrão igualmente eliminadas as que derem 40 faltas, mesmo não consecutivas e ainda que sejam justificadas, — salvo com licença especial do Director.

6- As alumnas que precisarem retirar-se antes da hora fixada para terminação dos trabalhos devem trazer pedido escripto de seu pae ou responsavel, sem o que não sêrão dispensadas.

7- As alumnas que, por motivo de incommodo repentina precisarem retirar-se antes de terminados os trabalhos, só poderão fazel-o com licença do director e deverão trazer, no primeiro dia de comparecimento após a licença, uma justificação dessa licença.

8- Nenhuma alumna deve sahir fóra mais de duas vez por dia, no maximo, — sendo uma no primeiro periodo do dia escolar e — outra, no segundo. Sô poderá sahir fora uma alumna de cada ves.

9- As alumnas só devem utiliar-se da privada que estâ designada para sua officina.

10- Exige-se das alumnas o mais rigoroso asseio com o material escolar a seu cargo e com o instrumental das officinas, — assim como nos lavatorios, privadas, etc.

Qualquer material, instrumento ou objecto que se verifique ter sido intencionalmente extra-

gado por uma alumna, deve ser por esta pago ou substituido, — sendo esta condição essencial para permanencia da alumna na Escola.

11- O material, utensilios e instrumentos de trabalho das officinas ficam entregues à responsabilidade das alumnas, que devem zelar pela sua conservação. Si por ventura se der o desapparecimento de qualquer objecto e poder verificar-se qual a alumna responsável por esse facto, — essa alumna será eliminada da Escola.

12- Nas saídas das officinas para o recreio e na volta do recreio para as officinas; na terminação dos trabalhos diarios, como em todas as occasões em que as alumnas tenham de sair ou voltar junctas para as officinas, devem caminhar a passo-isoladamente e em perfeito silencio.

13- Durante o tempo de recreio as alumnas podem con servar-se nas respectivas officinas, não lhes sendo permitida a permanencia nos corredores ou em outras officinas que não a sua.

As alumnas não podem sob pretexto algum entrar em officina que não a sua, quer durante as ho ras de trabalho, quer antes do inicio das aulas ou durante o recreio.

14- As alumnas não podem trazer de casa nenhum trabalho para ser executado nas officinas da Escola. Taes trabalhos só poderão ser recebidos como encomendas e na forma estabelecida pelo Regulamento.

15- As alumnas devem tratar-se com toda a delicadeza, assim como com maxima delicadeza e respeito devem tratar igualmente todos os professores, professoras e funcionários da Escola.

16- Durante as horas de funcionamento das offici-

nas é absolutamente prohibido as alumnas reunirem-se nos lavatorios, corredores ou qualquer ponto da Escola.

Directoria da E.P.Fem. 12-12-1911

O Director

Miguel Carneiro Junior".

"A Directoria da Escola pede às Sras Professoras a observancia das seguintes disposições:-

- 1- As Sras Professoras devem comparecer 15 minutos antes da hora marcada para começo dos trabalhos (10,45), afim de assitirem á entrada das alumnas.
- 2- O ponto será encerrado as 11 horas em ponto.
- 3- As Sras Professoras que faltarem devem, no primeiro dia de comparecimento após a falta ou faltas, declarar na columna de observações do 'Livro de Ponto' e nos dias de faltas, o motivo que determinou sua falta ou essas faltas. Essa declaração deve ser datada e assignada.
- 4- De acordo com disposição regulamentar o unico motivo que permitte á Directoria justificar faltas é molestia da professora ou de pessoa de sua família.
- 5- As Sras Professoras devem acompanhar as alumnas, das respectivas officinas até o recreio, assim como devem recebel-as após o recreio e acompanhá-las até a classe ou officinas. Ao terminarem os trabalhos diarios as Sras Professoras devem a companhar as alumnas até a escada da saída do

terraço exterior, afim de zelar pela disciplina e boa ordem de saída.

6- As Sras Professoras devem tratar todas as alumnas com igual criterio disciplinar e com a máxima delicadeza e afectuosidade, não lhes permitindo, entretanto, familiaridades ou intimidades prejudiciaes.

7- O regimem disciplinar deve ter como base fundamental o princípio da responsabilidade. As Sras Professoras devem, pois, procurar desenvolver e robustecer no espirito de suas alumnas a noção de responsabilidade.

Que cada alunna tenha noção clara da sua responsabilidade e saiba assumir a responsabilidade de dos seus actos.

Tal é o principio de disciplina moral e educativa que a Directoria deseja, se estabeleça nessa Escola.

8- Fóra das respectivas officinas a accão das professoras não se limita á sua classe, — sua auctoridade é extensiva a todas as alumnas da Escola.

9- As Sras Professoras que faltarem prestarão á Directoria especial obsequio comunicando a falta antes do inicio dos trabalhos escolares, afim de que se providencie sobre a funcionamento da officina a seu cargo.

10- Durante o recreio as alumnas devem ficar sob immediata fiscalização das professoras, sendo essa fiscalização exercida pela forma seguinte:-

2ª feira - Int - off. nº 1 - Ext - off. nº 2

3ª feira - Int - off. nº 3 - Ext - off. nº 4

4ª feira - Int - off. nº 5 - Ext - off. nº 1

5ª feira - Int - off. nº 2 - Ext - off. nº 3

6<sup>a</sup> feira - Int - off. nº 4 - Ext - nº 5  
sabbado - Int - off. nº 1 - Ext - nº 2

E assim por diante, ficando sempre a professora de uma officina incumbida das fiscalização externa e outra da fiscalização interna, compreendendo-se nesta as officinas.

Directoria da E. Profissional, 15-12-1911

Miguel Carneiro Junior".

(Livro de Despezas de prompto pagamento  
de "Espedientes e Officinas" - Escola Pro-  
fissional Feminina, folhas nº 1, 2, 3 e  
4).

## ANEXO II

### Programa de Economia Doméstica e Puericultura da Escola Profissional Feminina (1929)

#### "ECONOMIA DOMÉSTICA

O curso comprehende tres partes: COZINHA, ROUPAS EM GERAL E PUERICULTURA. Estas materias podem ser ensinadas em 3 annos não como disciplinas especiaes, mas no proprio corriculo das disciplinas escolares.

#### 1º Anno

##### 1ª PARTE

###### ARTE CULINARIA

O ensino não terá em vista fazer quitutes, mas se conservará dentro destas linhas geraes:

- a) Preparação de alimentos simples e economicos. Uso de combustiveis, fogões diversos; prática de preparação do lume sem kerozene, alcool, etc.; uso dos fogões ou fogareiros electricos.

Preparação de alimenticios para velhos, para creanças, para pessoas de vida sedentaria; alimento de poupança.

BASTA PREPARAR UM PRATO EM COMMUN DE CADA VEZ, PARA SER EFFICIENTE O ENSINO. CONVIRÁ DE QUANDO EM VEZ, MANDAR QUE QUALUQER ALUMNA O REPRODUZA.

- b) Preparação de aves, conhecimento pratico de suas molestias.

A carne de vacca, de vitella, de porco — preparação;

molestias especiaes — conhecimento pratico. Hygiene geral dos alimentos; noções de chimi-

ca culinaria: — Acção dos acidos e dos caus-  
ticos; combinações perigosas de alimentos.

- c) Preparação do peixe, dos crustáceos e dos moluscos. Preparação dos legumes e farinaceos.
  - d) Limpeza da cozinha: — louças, metaes, vidros, desinfecção. Preparação de sabões. Tirar manchas, arear, polir, encerar.
  - e) Custo ou rol das despezas; orçamento para ver quem prepara uma refeição com o mínimo de despesa; visita ao mercado — preço, confrontos.
- ARRANJOS DO LAR.

#### 2ª PARTE

##### LAVAR, PASSAR, ENGOMMAR E COSTURAR

- a) Noções gerais de lavagem e engomado. Materiais empregados.
- b) Cuidados gerais com a roupa branca: remendar, serzir, pregar botões, fazer casas.
- c) Concertar meias pelo fio, colocar biqueiras e calcanhares.
- d) Tingir roupas brancas ou de lã.
- e) Fazer roupinhos para crianças, por moldes; roupas simples para cama, para senhoras, para homens.
- f) Elementos de bordados brancos. Pontos de marca. Crochet e tricot.

#### 2º Anno

##### 1ª PARTE

##### ARTE CULINARIA

Continuação do programma do 1º anno. Sobremezas.

#### 2ª PARTE

##### LAVAR, PASSAR, ENGOMMAR e COSTURAR

Continuação do programma do 1º anno. Aproveitamento de roupas e sobras caseiras.

3º Anno

### PUERICULTURA

O programma do curso, no 2º anno, deve ser orientado de modo que a moça saia da escola com a prática sufficiente para ser uma boa dona de casa.

Deve a professora abordar a delicada função de mãe, mostrando e educando as futuras esposas com tacto e proficiencia, para que bem saibam o futuro que as espera. O programma deve ser executado não à risca, numa ordem rigida, mas aproveitando todas as oportunidades para a educação domestica. Conviria que a escola obtivesse creancinhas de peito, de collo e já andando, irmãs da alumnas, para serem cuidadas, alimentadas: seria ensinar as alumnas a fazer, fazendo.

- a) Lavar e vestir creanças.
- b) Cuidados com a mamadeira; preparação do leite esterilizado em vidros proprios e em garrafas.
- c) Preparação de alimentos para a criança, nas diferentes edades; explicação dos phenomenos da vida vegetativa da criança; cuidados especiales das mães.
- d) Arrumar casa — por meio de estampas e com móveis adrede preparados: roupas, cortinas, quadros, plantas, flores e objectos de arte; apreciação dos enfeites; práticas moraes sobre o arranjo do lar; desenho applicado e pintura decorativa".

(Escola Profissional Feminina "Carlos de Campos" São Paulo. 3ª Conferencia Nacional de Educação 7-9-1929 - página não numerada).

### ANEXO III

Programa de Educação Doméstica  
adotado nas Escolas Profissionais  
Secundárias Femininas e Mixtas (1935)

"CURSO SECUNDARIO

Chimica geral e alimentar

2<sup>a</sup> Anno

THEORIA

1º - Definição da chimica - Sua divisão - Idéa geral da materia - Suas relações com as outras sciencias - Noções classicas de sua constituição - Importancia de seu estudo - Phenomeno physico e phenomeno chimico.

2º - Divisibilidade da materia - Mollecula - Átomo - Affinidade - Cohesão - Repuslão - Estados physicos da materia - Mundanças de estado.

3º - Corpos simples - Corpos compostos - Mistura e combinação - Combustões - Metaes e Metaloides.

4º - Differentes typos de reacção chimica - Analyses - Syntheses - Simples substituição e dupla troca.

5º - Nomenclatura chimica - Sua utilida de - Nomenclatura dos corpos simples e dos compostos - Idéa geral da função chimica - Acidos - Bases - Saes.

6º - Notação chimica - Noções sobre symbols e formulas - Peso atomico e molecular - Valen<sub>c</sub>ia - Equação chimica - Principaes leis e alguns problemas.

3º Anno

PRATICA

1º - Experiencias relativas á parte theoreti-  
ca.

2º - Distincção pratica de substancias áci-  
das, alcalinas, neutras e amphotericas.

3º - Algumas noções praticas sobre reconhe-  
cimento de ácidos, bases e saes.

4º - Reconhecimento elementar e preparação  
dos corpos chimicos mais usados na limpeza de rou-  
pas, vidros, metaes, ladrilhos, vasilhame e objec-  
tos de uso domestico.

5º - Preparação de sabões, sabonetes e pre-  
parados para a toilette. Applicação dos resíduos  
culinarios nos sabões e adubos.

6º - Estudo da chimica bromatologica elemen-  
tar applicada á economia domestica. Sua utilida-  
de - Modo pratico de verificar a pureza do sal de  
cosinha (CINa) Codimentos - Conservas - Latarias -  
Salsicharias - Vinhos - Assucares - Licores - Man-  
teiga - Leite - Banha - etc.

7º - Ainda com caracter pratico, alguns co-  
nhecimentos sobre toxicologia - Envenenamento pe-  
los toxicos mais comuns - CO<sub>2</sub> AS<sup>2</sup>O<sub>3</sub> - etc.

8º - Cuidados que se devem ter com as dro-  
gas e socorros immedios em caso de accidentes.

## Hygiene geral e da alimentação

2º Anno

1ª Parte

1º - Estructura geral do corpo humano. Noções praticas de anatomia e physiologia dos apparelos: respiratorio, circulatorio, digestivo.

2º - Noções praticas da anatomia e physiologia dos apparelos especiaes dos sentidos; visão, audição, tacto, paladar e olfacto.

2ª Parte

1º - O valor da saúde para o individuo e para a collectividade; causas geraes das molestias; agentes mechanicos physicos e biologicos.

2º - Modo de acquisitione e prophylaxia das principaes molestias evitaveis. Meios de protecção contra o mosquito e o ankilostomo. Meios de combater as moscas, mosquitos, ratos, etc.

3º - Hygiene pessoal; o asseio da pelle; os banhos; o vestuario com relação ao clima e os costumes; qualidades hygienicas do ar, hygiene da respiração; a agua como bebida e sua depuração. Hygiene alimentar; o alcool e o alcoolismo; os exercicios physicos e seu papel benefico sobre a saúde.

4º - Hygiene nos meios de transportes, nos logradouros públicos e nos logares de habitação collectiva.

5º - Hygiene escolar e da habitação; a luz e a sua função saneadora, as installações sanitarias, rede de exgotto.

6º - Hygiene domestica; a conservação dos alimentos; papel de esterilisação e refrigeração; o asseio da casa e de suas dependências. Meios de combater traças, baratas, formigas, etc.

## Puericultura

2º Anno

1ª Parte

## PARTE THEORICA

1º - Toda a criança tem o direito de ser bem nascida - Responsabilidade dos pais na saúde da criança - Morbilidade e mortalidade infantis - Consequências funestas dos factores da degenerescência humana: alcool e toxicomanias, syphilis e tuberculosis - Exame médico pre-nupcial.

2º - Higiene da gestante - Higiene do recém-nascido - Ophtalmia do recém-nascido e sua prophylaxia - Vacina B.C.G.

3º - Desenvolvimento da criança - Peso e medidas anthropometricas - Pesagem Systematica.

4º - Aleitamento materno e sua importância - Aleitação mercenaria - Higiene da nutriz. Cuidados a observar na amamentação - Deficiencia alimentar e super-alimentação.

5º - Aleitação mixta - Aleitação artificial - A escolha do leite: como e quando deve ser administrado à criança - Productos industriaes derivados do leite - Mammadeiras e bicos - Limpeza dos mesmos.

6º - Desmamme - Como e quando deve ser realizado - Farinhas - Mingaus - Sopas.

7º - Preparo dos alimentos mais comuns, usados no acto do desmamme e nos estados morbidos da primeira infancia.

8º - Asseio corporal - Banho - Vestuário da criança - Enxoval de um recém-nascido - Confecção do mesmo.

9º - Dentição - Higiene da boca - Higiene

dos olhos, nariz, ouvidos e garganta das crianças.

10º - Somno das crianças - O quarto, o berço - Perigo das historias emocionantes: lendas, bruxarias, superstícões, etc.

11º - Ar livre - Passeios - Inconvenientes das aglomerações - Protecção da criança contra a poeira - Parasitas - Beijos.

12º - Molestias mais communs na primeira infancia - Molestias infecto-contagiosas - Da chegada do medico e isolamento em caso de molestias contagiosas.

13º - A temperatura e o pulso da criança - O banho como anti-thérnico - Banhos medicamentosos - Cataplasmas.

14º - Acquisição de habitos sadios.

15º - Educação phisica da criança.

## 2ª Parte

Escripturação dos dispensarios de puericultura; fichas, estatísticas, graphicos, etc.

3º Anno

### PARTE PRATICA

#### Cosinha Dietética

- a) Reconhecimento das farinhas e productos caseinados.
- b) Leites em pó. Seu preparo simples ou com addição.
- c) Preparos de mingaus simples.
- d) Assucares nutritivos. Seu emprego.
- e) Leite albuminoso. Seu preparo (1º e 2º processos).

- f) Leitelho natural. Seu preparo. Dosagem do leitelho.
- g) Leitelho em pó. Seu preparo.
- h) Leite acidificado. Seu preparo.
- i) Leites caseinados. Seu preparo.
- j) Decocatos e mucilagens. Seu preparo.
- k) Butyro farinaceo. Seu preparo.
- l) Sopa maltada de Keller. Seu preparo.
- m) Sopas de legumes. Pastilhas. Seu preparo.
- n) Leite de amendoas. Seu preparo.
- o) Pirão de legumes, batatas, peras, e maças.
- p) Caldo de fructas. Geleás de laranjas. Omelette de bananas.

## 1º Anno

## ARRANJOS DE CASA

1º) a) Arranjos das diversas dependencias de uma casa com a preocupação de tornar o ambiente o mais agradavel possivel, sem esquecer porém, as condições materiaes da familia; b) Enfeites, quadros, plantas, cortinas e moveis adequados a cada dependencia do lar.

2º) a) Arranjos de mesa para refeições diárias e mesas de cerimonia; b) Etiqueta para servir mesa de jantar e lanche; c) Etiqueta para servir café ou refresco em bandejas.

3º) Arranjo de cama, de rouparia, de despesa, etc..

Nota: Estas aulas, na impossibilidade de serem completamente praticas, poderão ser dadas por meio de gravuras, organizando a professora com as alumnas, cadernos illustrados.

de seu conhecimento relativamente ao lar e à profissão.

2 - Utensílios de cozinha. Sua conservação e asseio. Conhecimento dos diversos preparados usados para a limpeza dos mesmos.

3 - O fogo. O forno. Maneira de preparal-os. Manejo dos principaes apparelhos de gaz, electricidade, gazolina, etc..

4 - Preparo da agua para as diversas applicações caseiras: café, chá, matte, chocolate.

5 - Conhecimento geral de carnes, suas qualidades e demonstração dos diversos pedados. Modo de cortal-a segundo a applicação.

6 - Do toucinho: Seu conhecimento, modo económico de derretel-o e purifical-o. Corpos gordurosos e oleoginosos empregados na alimentação.

## 2ª Parte

### Doces:

1 - Bolos simples, com recheio, com glacê.

2 - Bolinhos para lanche.

3 - Pão-de-lot.

4 - Sequilhos. Biscoutos.

5 - Doces simples para jantar e lanche: rocambole, vienenses, cocada, bombocado, doce de leite, etc.. Balas simples: de côco, leite, chocolate, etc.

### Salgados:

1 - Pratos do trivial: arroz, feijão, verduras, legumes, batatas, carne, ovos.

- 2 - Massas simples para pasteis e macarrão.
- 3 - Almondegas, macarronada, tijellada, torta, omelettes.
- 4 - Gallinha ensopada e assada; canja, peixe.
- 5 - Aproveitamento dos restos de carnes e massas.

2a Anno

*Doces:*

- 1 - Bolos finos, com recheios e enfeitados.
- 2 - Doces finos: amanteigados, nozes fингidas, sylvias-cakes, mãe-bentas, papos de anjo, etc..
- 3 - Creme e pudins.
- 4 - Balas finas: de ovos, de amendoim, etc.
- 5 - Frutas recheadas e crystallisadas.
- 6 - Geleias e gelatinas.
- 7 - Sorvetes.
- 8 - Licores.

*Salgados:*

- 1 - Massas folhadas.
- 2 - Empadinhas e canudo de camarão.
- 3 - Sandwichs e outros salgados finos".

(SILVEIRA, Horácio A. da. O Ensino Técnico-Profissional e Doméstico em São Paulo. Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. São Paulo, Emp. Graph. da "Revista dos Tribunais", pp. 233-247).

**FONTES E BIBLIOGRAFIA**

FONTES

AMARAL, Francisco Pompêo do. Aula innaugural dada pelo Dr. Francisco Pompêo do Amaral, médico-chefe da Superintendencia do Ensino Profissional, em 17 de maio de 1939, durante a cerimonia de abertura dos Cursos de Dietética no Instituto Profissional Feminino da Capital. Santos, Instituto D. Escolástica Rosa, 1939.

ARAUJO, Dalva. Hinos patrióticos. Edição Melhorada e Ampliada. São Paulo, Editora A Melodia, 1945.

AZEVEDO, Fernando de. A Educação na Encruzilhada. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1960.

\_\_\_\_\_. Novos Caminhos e Novos Fins. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

CARNEIRO, Levi. "Educação e Eugenia". in I Congresso Brasileiro de Eugenia. Actas e Trabalhos - volume I. Rio de Janeiro, 1929.

CASTRO, Maria Antonieta de. "Escola e Saúde", in Annaes da III Conferencia Nacional de Educação. Departamento de Publicidade da Directoria Geral da Instrucción Pública de São Paulo, 1930.

COUTO, Miguel. No Brasil só ha um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1927.

DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo - anos 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920-21, 1922.

DORIA, A. Sampaio. Questões de Ensino, volume I, São Paulo, Monteiro Lobato & Cia Editores, 1923.

EGAS, Eugenio. Galeria dos Presidentes de São Paulo. São Paulo.

ESCOLA NORMAL FEMININA DE ARTES E OFFICIOS (São Paulo). Historico e organização actual. São Paulo, São Paulo Editora Limitada.

ESCOLA PROFISSIONAL "Carlos de Campos" da Capital. Relatórios dos Trabalhos Escolares em 1930, São Paulo.

Escola Profisional Feminina "Carlos de Campos" de São Paulo. 3ª Conferencia Nacional de Educação. São Paulo.

. Despezas de prompto pagamento de "Espedientes e Officinas", São Paulo.

. Acta de Inauguração Official da Escola Profissional Feminina. São Paulo, 1911.

. Livro de Recortes. São Paulo.

. Livro de Visitas, São Paulo.

GONZAGA, Aprigio. "Finalidade do Ensino Profissional Feminino", in Annuario do Ensino do Estado de São Paulo - 1920-1921.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Coleção de Leis e Decretos, 1933.

LA MODE ILLUSTRÉE - Journal de la Famille. Paris, números correspondentes ao ano 1911.

LEÃO, A. Carneiro. "Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras", in Vicente Lícenio Cardoso (org.) - A Margem da Historia e da Republica. Rio de Janeiro, Annuario do Brasil, 1928.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA - Reconstrução Educacional no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932.

MELLO, Francisco Figueira de. "Inspetoria de Educação e Centros de Saúde", in Annaes da III Conferencia Nacional de Educação. Departamento de Publicidade da Directoria Geral da Instrucção Publica de São Paulo, 1930.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1942.

Revista Educação. Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo. Dezembro de 1933 e dezembro de 1934.

Revista Escolar. Órgão da Diretoria Geral de Instrucção  
Publica de São Paulo. Anno I, nº 6, junho de 1925.

Revista IDORT. Órgão do Instituto de Organização Racio-  
nal do Trabalho. Números correspondentes à decade de  
1930.

SILVEIRA, Horácio da. O Ensino Technico-Profissional e  
Domestico em São Paulo. Superintendencia de Educação  
Profissional e Domestica, São Paulo, Empreza Graphi-  
ca da "Revista dos Tribunaes", 1935.

TEPEDINO, A. Alma e Belleza. São Paulo, Edição Annunzia-  
to, 1938.

BIBLIOGRAFIA

ANTONACCI, Maria Antonieta. A vitória da razão (?). São Paulo, Marco Zero/CNPQ, 1992.

ANTUNHA, Heládio C.G. A Intrução Pública no Estado de São Paulo - Reforma de 1920. São Paulo, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. A Escola e a República. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. Experiências do Movimento Operário, São Paulo, Brasiliense, 1985.

CORIAT, Benjamin. El taller y el cronómetro. México, Siglo Veintiuno, 1988.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo .Juquery, a historia de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

DECCA, M. Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ENGUITA, Mariano. A face oculta da Escola. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

FAUSTO, Boris. Trabalhadores Urbanos e Conflito Social. São Paulo, DIFEL, 1976.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1988.

IGNATIEFF, Michael. "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico", in Instituições. São Paulo, ANPUH/Editora Marco Zero, 1987, revista nº 14.

LAURINDO, Arnaldo. Cinquenta Anos de Ensino Profissional no Estado de São Paulo. São Paulo, Fundo do Ensino Profissional, 1962, volume 1.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, Papirus, 1986.

LOURO, Guacira. Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1987.

LUZ, Madel. Medicina e ordem política brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MATE, Cecilia Hanna. "Dimensões dos conflitos educacionais em São Paulo nos anos 1920: inquirindo, reformando, legitimando uma escola nova". <sup>Já no PUC, p/ C</sup> Dissertação de Mestrado, Programa de História e Filosofia de Educação, PUC/SP, 1991.

MERHY, Emerson Reis Elias. O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas, Papirus, 1987.

NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade no Brasil - 1920 -

1929. Tese de Concurso de Docência - Livre na Cadeira de Pedagogia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciéncia e Letras de Araraquara. Araraquara, 1966.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

— RAGO, Margareth e Moreira. O que é taylorismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

REIS, Maria Cândida. Tessitura de destinos: mulher e educação (São Paulo, 1910/20/30). PUC/SP, dissertação de mestrado, mimeo., 1991.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942)", in RIBEIRO (org.). Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. Campinas, Editora UNICAMP, 1986.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", in: Educação & Realidade, Porto Alegre, Editora da UFRGS, volume 15, nº 2, julho/dez. 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

— OLIVEIRA Smet-Tarselli. Uma Colônia profissional Feminina nordestina 1910/20/30. São Paulo, PUC, durante os mestrados 1991-1992.

TEIXEIRA, Eliane Marta Lopes. "Histories de Femmes: uma revisão bibliográfica", in: Educação & Realidade, Porto Alegre, Editora da Universidade, volume 15, nº 2, julho/dez., p. 23.